

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

BOAVENTURA RODRIGUES VAZ HORTA SANTY

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS MUDANÇAS DO CLIMA E SUAS
IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO: OS BIJAGÓS DA
ILHA DE FORMOSA, GUINÉ-BISSAU

São Carlos-SP

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

BOAVENTURA RODRIGUES VAZ HORTA SANTY

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS MUDANÇAS DO CLIMA E SUAS
IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO: OS BIJAGÓS DA
ILHA DE FORMOSA, GUINÉ-BISSAU

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos à obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio

São Carlos-SP

2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S237rs

Santy, Boaventura Rodrigues Vaz Horta.

As representações sociais das mudanças do clima e suas implicações no processo de territorialização : os Bijagós da ilha de Formosa, Guiné-Bissau / Boaventura Rodrigues Vaz Horta Santy. -- São Carlos : UFSCar, 2012.
142 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Sociologia. 2. Mudanças climáticas. 3. Avaliação de riscos socioambientais. 4. Representações sociais. 5. Bijagós. 6. Guiné-Bissau. I. Título.

CDD: 301 (20^a)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Boaventura Rodrigues Vaz Horta Santy

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em 11 de junho de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio
Orientadora e Presidente
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar

Prof. Dr. André Ricardo de Souza
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Omar Thomaz Ribeiro
Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dra. Luci Hidalgo Nunes
Universidade Estadual de Campinas

Para uso da CPG

Homologado na 32.ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em _____

Prof. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso
Coordenadora do PPGS

A memória do meu pai Ventura
António Vaz Horta Santy, sempre presente
e zeloso.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, meu muito obrigado a professora Dr^a Norma Valencio, pela confiança e oportunidade no desenvolvimento desta pesquisa, pelos ensinamentos e amizade.

A Professora Dr^a Luci Hidalgo Nunes e ao professor Dr. André Ricardo de Sousa, pelos ensinamentos e sugestões ao trabalho durante a banca de qualificação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, a todos os docentes que dele fazem parte, a secretária do PPGS, Ana Maria Suficiel Bertolo e aos colegas de mestrado e doutorado, pela amizade e ensinamentos compartilhados.

A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela bolsa concedida no período de março de 2010 a março de 2012, que muito contribuiu para concretização desta pesquisa.

A Tiniguena pelo acolhimento e total apoio na realização desta pesquisa.

A população de Formosa, pela recepção, hospedagem e contribuição com a pesquisa.

Aos Colegas do NEPED (Núcleo de Estudo e Pesquisas Sociais em Desastre), em particular, Ilunilson Fernandes e José Augusto Carvalho de Araújo, que muito contribuíram com revisões e discussões teóricas.

Aos irmãos (as) e companheiros (as) de luta do CAASCAR (Comunidade Acadêmica Africana de São Carlos) extensivo aos de Araraquara.

A minha companheira Sueli Helena Rocha Lopes, pelo amor e apoio incondicional ao longo de todo esse tempo.

As minhas manas, Munira, Denise e Piki, a Maria Santy, minha mãe, e aos meus sobrinhos, pelo amor e apoio incondicional e por aceitarem a minha ausência ao longo de todo esse tempo.

Resumo

A pesquisa descreve e analisa sociologicamente, a partir de uma abordagem qualitativa, as representações sociais do povo Bijagó da ilha de Formosa acerca das possíveis ameaças relacionadas às mudanças do clima, seus desdobramentos em relação ao lugar, isto é, em termos da forma de ocupação territorial e correspondente modo de vida característico do referido grupo. Para isso, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: a) uma revisão do estado da arte acerca dos conceitos de vulnerabilidade relacionados às mudanças climáticas, à vulnerabilização, ao risco e às representações sociais; b) uma pesquisa documental e o trabalho de campo. Para os Bijagó o meio natural e o meio social são indissociáveis, na medida em que uma crise no sistema social teria reflexos negativos no sistema natural. Conclui identificando que, nas representações dos Bijagó, as mudanças adversas que vêm ocorrendo no meio natural, seriam sinais de desagrado de seus ancestrais com relação às divergências e crises dentro da comunidade, sendo estes os detentores do poder de controlar e manipular os eventos da natureza.

Palavras chaves:

Mudanças Climáticas, Riscos, Representações Sociais, Bijagós, Guiné-Bissau, África.

Abstract

The study describes and analyzes sociologically, from a qualitative approach, the social representations of the people of the island of Formosa Bijagó about possible threats related to climate change, its consequences in terms of the form of territorial occupation and way of life characteristic of that group. For this, we adopted the following methodological procedures: a) A review of the state of the art about the concepts of vulnerability related to climate change, the increasing vulnerability, risk and social representations, b) documentary research and fieldwork. For Bijagó the natural and the social are inextricably linked, to the extent that a crisis in the social system would have negative effects on natural system. Thus, the adverse changes that are occurring in nature around them, would be signs of displeasure from their ancestors about the differences and crises with the community, which are in power to control and manipulate the events of nature.

Keywords:

Climate changes, risks, Bijagós, Guinea-Bissau, social representations, Africa.

Lista de abreviaturas e siglas

AOSIS - Alliance of Small Island States
BM - Banco Mundial
CQNU - MC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
DENARP - Documento da Estratégia Nacional de Redução de Pobreza
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (Sigla em inglês)
FMI - Fundo Monetário Internacional
FMA - Fundo Mundial de Ambiente
IBAP- Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índices de Desenvolvimento Humano
ILAP- Inquérito Ligeiro de Avaliação de Pobreza
INE- Instituto Nacional de Estatística
IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change
MLN - Movimento de Libertação Nacional
NEPED - Núcleo de Estudo e Pesquisa Sociais em Desastre
OM - Organização Mundial de Meteorologia
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONG - Organização Não Governamental
PAE - Programa de Ajustamento Estrutural
PANA/GB- Plano de Ação Nacional para Adaptação às Mudanças Climáticas da Guiné-Bissau
PANA - Plano de Ação Nacional para Adaptação às Mudanças Climáticas
PEI - Pequenos Estados Insulares
PEID - Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
PMA - Países Menos Avançados
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RGB - República da Guiné-Bissau
TRS - Teoria das Representações Sociais
UE - União Europeia
UEMOA - União Económica Monetária do Oeste Africano
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (sigla em inglês)

Lista de Figuras

Figura 1: África com a Guiné-Bissau em destaque.....	20
Figura 2: A Guiné-Bissau com Arquipelago dos Bijagós.....	21
Figura 3: Zonagem do Complexo Urok.....	28

Lista de Quadros

Quadro 1: Grupo de países mais susceptíveis a subida do nível do mar.....	18
Quadro 2 : Representação dos grupos étnicos da Guiné-Bissau.....	24
Quadro 3: Representação de diferentes grupos de mandjuandadi.....	88

Lista de Fotos

Foto 1: Porto de Pindjiguiti	94
Foto 2: Vista principal do porto de Bissau	95
Foto 3: Principal porto de Formosa, <i>Ponta de Fanadu</i>	96
Foto 4: Placa da Área Marinha Protegida de Urok, porto de Formosa	97
Foto 5: <i>Ponta de fanadu</i> , embarque para Bissau	98
Foto 6: Interior da canoa com destino à Bissau	99
Foto 7: Abu, principal tabanca da ilha de Formosa	100
Foto 8: Vista de tabanca de Acóció.....	101
Foto 9: Casa na tabanca de Ambô.....	102
Foto 10: Ancião da tabanca de Cudjanqui, seu filho e o autor	103
Foto 11: O autor e jovens da tabanca de Pandja	104
Foto 12: O autor e jovens da tabanca de Uada, em <i>Cadjiqui</i>	105
Foto 13: Terreno preparado durante a primeira fase do trabalho de <i>lugar</i>	106
Foto 14: Ramo de palmeira, simbolizando a interdição.....	107
Foto 15: <i>Lugar</i>	108
Foto 16: Abrigo, reprodução de modelo de casa Bijagó no meio do <i>lugar</i>	109

Foto 17: O autor, uma anciã da tabanca de Ambô e o seu neto, no <i>lugar</i>	109
Foto 18: Tarrafe (mangue), alternativa nutricional nas ilhas.....	110
Foto 19: Extração de grãos de arroz no <i>lugar</i>	111
Foto 20: O autor e uma família Bijagó, no <i>lugar</i>	112
Foto 21: Mulheres colhendo arroz.....	112
Foto 22: Ancião Bijagó, no lugar	113
Foto 23: Ninhos de Pássaro em palmeiras.....	114
Foto 24: Criança vigiando plantação de arroz de ataque de animais	114
Foto 25: Guarida adaptada para vigiar a plantação de arroz	115
Foto 26: Crianças descansando sob a sombra de uma guarida	116
Foto 27: Arroz sob a proteção de mosquiteiro contra ataque de pássaro.....	116
Foto 28: Jovens coletando arroz	117
Foto 29: Coleta de arroz.....	117
Foto 30: Jovem com feixes de arroz	118
Foto 31: Feixes de arroz.....	119
Foto 32: <i>Mandjidura</i>	120
Foto 33: <i>Mandjidura</i>	121
Foto 34: Crianças com feixes de caju colhidos no chão.....	122
Foto 35: Reunião em Acóció I	123
Foto 36: Reunião em Acóció II	124
Foto 37: Reunião de Acóció III	124
Foto 38: Diversão de mulheres I	125
Foto 39: Diversão de mulheres II	125

Sumário

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	15
A) OBJETIVOS	26
B) RECORTE SOCIOESPACIAL DA ÁREA DE ESTUDO	27
C) PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	29
CAPITULO 1 - ANÁLISE DE ESTUDOS SOBRE VULNERABILIDADE RELACIONADA ÀS MUDANÇAS DO CLIMA	35
1.1 - VULNERABILIDADE BIOFÍSICA	36
1.2 - VULNERABILIDADE SOCIAL	37
1.3 - ANÁLISE DO RISCO NA VERTENTE CONSTRUCIONISTA	38
1.4 - ANÁLISE DO RISCO NA VERTENTE REALISTA	39
1.5 - O CONCEITO DE VULNERABILIDADE DE ACORDO COM O IPCC	43
1.6 - A VULNERABILIDADE COMO “PONTO FINAL”	45
1.7 - A VULNERABILIDADE COMO “PONTO DE PARTIDA”	46
CAPITULO 2 – GUINÉ-BISSAU: ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS	54
2.1 - BREVE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DA GUINÉ-BISSAU	54
2.2 - IDENTIDADES, TERRITÓRIOS (<i>TCHON</i>) E REPRODUÇÃO ÉTNICA NA GUINÉ-BISSAU	66
2.2.1 - <i>Reprodução do tchon</i>	67
2.2.2 - <i>Reprodução ligada às práticas religiosas</i>	68
2.2.3 - <i>Reprodução das línguas étnicas</i>	70
2.2.4 - <i>Relações inter- étnicas</i>	70
CAPITULO 3 - OS BIJAGÓ DE FORMOSA, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E O PROCESSO DE REPRODUÇÃO DA SUBSISTÊNCIA.....	72
3.1 - OS SUBSÍDIOS DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (TRS) PARA O ESTUDO DE CASO DOS BIJAGÓ	72
3.2 - SUPORTE DA METODOLOGIA DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO (DSC) PARA O ESTUDO DO CASO DOS BIJAGÓ	79
CAPITULO 4 – ASPECTOS DA SOCIABILIDADE DOS BIJAGÓ EM IMAGENS	94
CAPITULO 5 – AS AMEAÇAS E PERIGOS EXPRESSADOS PELOS BIJAGÓ EM RELAÇÃO A SUA SUBSISTÊNCIA E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS.....	136
GLOSSÁRIO	142

Apresentação

Talvez não fosse exagerado afirmar que a presente pesquisa começou a ser idealizada há onze anos, em 2001, quando participei, como aluno do ensino médio na Guiné-Bissau, numa visita de estudo às ilhas Formosa, N'ago e Tchediã, conhecidas atualmente como Urok (união na língua Bijagó¹). Tal visita tinha como lema: “conhecer para melhor proteger”, foi realizada pela ONG guineense Tiniguena (Esta terra é nossa na língua Cassanga²), que possui como parte de seus objetivos, a conservação do patrimônio ambiental e sociocultural do país e a promoção da cidadania. A visita a diferentes localidades e realidades das ilhas decorreu ao longo de uma semana. Ao regressar a Bissau, capital do país e cidade onde, nós alunos, residíamos, fomos desafiados a apresentar por meio de diferentes formas de expressão - desenho, poesia, conto - as nossas impressões, os aprendizados e possíveis impactos da visita nas nossas vidas. Alguns dos participantes, inclusive eu, estava viajando pela primeira vez para as ilhas. O encontro com o estranho, com o novo, com as histórias e curiosidades, deixou-me, particularmente, com um gosto de “quero mais”. Ensejava saber mais sobre as ilhas, sobre sua gente e a misteriosa relação que diziam manter com os ancestrais e com a natureza.

Durante minha graduação em Ciências Sociais, no Brasil, no meu último ano, por meio de colegas estudantes africanos, tive a oportunidade de conhecer o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), coordenada pela professora Dr^a Norma Valencio. Nessa época, no NEPED, havia sido iniciado a concepção de projetos de pesquisa que tinham como interesse discutir as implicações das mudanças climáticas para o continente africano. O NEPED conseguiu estabelecer contato com os pontos focais da Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe sobre as mudanças climáticas nas Nações Unidas com vista ao estabelecimento de parcerias com os respectivos governos, na área de estudos sociais das mudanças climáticas. A minha participação nesse debate, entretanto, foi através de um projeto de

¹ Um dos vários grupos étnicos da Guiné-Bissau.

² Um dos vários grupos étnicos da Guiné-Bissau.

mestrado sortido de um projeto maior do NEPED dedicado aos estudos de desastres sociais, vulnerabilidade das populações tradicionais e defesa civil na Guiné-Bissau. Daí a oportunidade de realizar a minha intenção de conhecer mais e melhor a sociedade Bijagó.

Tendo definido o objeto e o grupo social a ser pesquisado, após mais de um ano de revisão do estado da arte e discussões teóricas, parti para o campo. O tão esperado retorno às ilhas, desta vez, restringindo à ilha de Formosa, aconteceu três dias depois de chegar à Guiné-Bissau, após quase seis anos vivendo no Brasil. Passei seis meses no campo, entre a ilha de Formosa e Bissau, onde coletei os dados e tive mais tempo para viver entre os Bijagó e conhecê-los melhor. Impossível esgotar todo conhecimento existente. Sai de lá com ânsia de sempre aprender mais e mais sobre esta sociedade.

Depois de seis meses de campo na Guiné-Bissau, durante a minha viagem de regresso ao Brasil, para a apresentação dos resultados da pesquisa, viajei com quatro senhoras guineenses, membros de um partido político da Guiné-Bissau e que viajavam ao Brasil para participar de um congresso sobre o movimento feminista. Ao chegarmos ao Aeroporto Internacional de Fortaleza, aonde teriam que pegar outro avião para Brasília, seu destino final, como eu conhecia um pouco como as coisas funcionam aqui, ofereci minha ajuda em tudo que elas precisassem. A minha solicitude para com elas chamou atenção de uma delas que queria saber quem eu era. Falei meu nome, de novo, mas, o que ela queria saber era quem são meus pais. Ao falar o nome dos meus pais, ela sorriu para mim e me disse: “eu sabia que te conhecia de algum lugar”; ela conhecia minha mãe, de quem fora professora e colega de profissão. Ela nunca tinha me visto antes, mas ao saber de quem eu era filho, era como se ela me conhecesse a vida toda. Essa forma de identificação é das mais comuns na Guiné-Bissau. Por existir uma intensa relação comunitária, mesmo nas áreas urbanas: geralmente, as pessoas são identificadas por ser filho de fulano de tal ou de beltrano. Informalmente, e no imaginário social é isso que define quem é a pessoa. Por que contei a história do aeroporto?

A Guiné-Bissau é um país multiétnico. Tem por volta de 33 grupos étnicos diferentes num universo de um milhão e quinhentos mil habitantes, onde as várias formas de identificação identitárias, como vamos mostrar mais pela frente, no texto, assumem dimensões bem particulares. No entanto, quando cheguei à ilha de Formosa, um lugar onde quase todo mundo se conhecia e tinha algum laço de parentesco, a depender de como me apresentava ou fosse apresentando, aumentava ou diminuía o estranhamento dos membros da coletividade estudada em relação a mim. A primeira pessoa que me questionou sobre quem eu era foi uma anciã da principal tabanca³ de Formosa, Abu, que me fez a seguinte questão: “quem são seus pais”? Essa questão demonstra um estranhamento menor; em geral, ela é colocada a uma pessoa que lhe parece familiar. Um dos meus guias, entretanto, como uma forma de “quebrar o gelo”, resolveu apresentar-me como um dos meninos que haviam visitado à Formosa sob os auspícios da Tiniguena há dez anos atrás. Acredito que isso contribuiu para diminuição considerável do estranhamento, a meu ver, me tomavam como alguém da casa, ou seja, estive aqui quando era menino e voltou de novo, portanto, não seria tão estranho. A sociedade Bijagó é muito sigilosa, por isso, para os membros, falar do grupo ou pelo grupo exige legitimidade e responsabilidade no que será dito, e confiança em quem for falar.

Nas situações em que chegaram a perguntar de que etnia eu era, cheguei a temer que a minha resposta fosse criar algum constrangimento, influenciando em alguma medida a minha pesquisa. Contudo, ao dizer que eu era Pepel, as reações eram as mesmas: “Ah, somos etnias irmãs”. Durante o diálogo com os pesquisados, para quebrar barreiras ou para me testar, alguns esboçavam umas frases na língua Pepel, a qual eu não falo e entendo nada. Isso lhes soava um pouco estranho e a mim também. Meus pais nascido e criados em centros urbanos, durante o período colonial português, fazem parte da geração que foi educada sob a ótica do que Amílcar Cabral, num contexto diferente, viria a denominar mais tarde de “novos homens”, ou seja, pessoas desligadas, o máximo possível, de suas etnias e costumes considerados retrógrados pelos colonos. A estes era ensinado valores da civilização cristã europeia. Criou-se, desse modo, uma identidade peculiar do guineense civilizado, não europeu nem “totalmente”

³ Aldeia.

africano, uma identidade híbrida, o crioulo, que não consiste, no entanto, na identificação mais “legítima” do ser guineense. Eu fui criado no contexto desta hibridez, no entanto, assim como meus pais, procurei conhecer a minha origem étnica. Todavia, cada vez que me identifico como Pepel quando sou desafiado a fazê-lo, para mim soa estranho, em partes, por saber muito pouco sobre o que digo ser e por não ter grande identificação com os que também reivindicam tal identidade.

Todavia, nas ocasiões que me apresentei simplesmente como pesquisador para a coletividade estudada, no mais das vezes, foram muito espontâneos, disponibilizando-se para me informar não só sobre o que me interessava do ponto de vista do objetivo da pesquisa, como também, procuravam me mostrar seus problemas sociais, na esperança de que eu os ajudasse a procurar soluções.

A identificação como pesquisador, embora criasse nelas expectativas a mais sobre a minha presença ali, era o que me deixava mais tranquilo em relação àquelas pessoas e ao meu compromisso com o trabalho que ali fui realizar.

A despeito das minhas outras identificações, neste trabalho eu sou Boaventura Santy, um jovem pesquisador guineense, com formação no Brasil, preocupado e compromissado com a realização de um trabalho científico sério e credível.

INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas, a temática das mudanças do clima⁴ ganhou destaque crescente para se revelar centro de preocupação, sobretudo dos Estados nacionais e das grandes organizações transnacionais. Parte significativa da população mundial passou a tomar conhecimento da temática de mudanças do clima. Aqueles que ainda desconhecem a causa de eventos severos/extremos relacionados a elas, em algum momento, estão passíveis a experimentar os efeitos adversos que delas possam derivar (IPCC, 2007b). De acordo com o IPCC (2007b), os países africanos potencialmente serão os mais prejudicados pelos efeitos adversos das mudanças climáticas. Tais projeções são baseadas em uma leitura multidisciplinar e multidimensional envolvendo a análise do impacto físico e social, a vulnerabilidade dos sistemas sociais e a capacidade de mitigação e de adaptação dos mesmos. Os prognósticos revelam-se mais preocupantes quando se trata da grande maioria de países situados na região da África subsaariana. De acordo com o relatório anteriormente citado, isso se deve a problemas estruturais sérios, como: a pobreza, a má governação, a dependência financeira, as tensões e conflitos, entre outros.

Novos estudos confirmam que a África é um dos continentes mais vulneráveis à variabilidade e mudança do clima por causa de múltiplas tensões e da baixa capacidade de adaptação. Um pouco de adaptação à variabilidade climática atual está ocorrendo, contudo pode não ser suficiente para as futuras mudanças do clima (IPCC, 2007b, p.11).

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (IPCC, na sua sigla em Inglês) foi fundado no final da década de 1980, mais precisamente no ano 1988, sob os auspícios da Organização Mundial de Meteorologia (OMM), e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em meio ao debate da comunidade científica internacional sobre as causas e os possíveis efeitos do processo de alterações global do clima, num período de médio e longo prazo. O IPCC surgiu com os objetivos de realizar uma revisão abrangente do

⁴ As mudanças do clima, de acordo com o IPCC (2007a, p.3), “refere-se a qualquer mudança no clima ocorrida ao longo do tempo, devido à variabilidade natural ou decorrente da atividade humana” (IPCC, 2007a, p.3).

estado da arte dos estudos em mudanças do clima, produzir estudos científicos sobre as alterações do clima e seus potenciais impactos, com vista a subsidiar os debates em fóruns multilaterais, assim como embasar a formulação de estratégias políticas e científicas em resposta aos impactos que podem decorrer desse fenômeno socioambiental.

O aumento substancial da temperatura média global, do ar e do oceano, o derretimento generalizado da neve e do gelo, a elevação do nível global médio do mar, entre outros, constituem algumas das possíveis consequências das mudanças do clima. Tais alterações, em alguns casos, de acordo IPCC (2007a), já são observáveis nos sistemas biofísicos e com reflexos nos sistemas humanos. Contudo, tais impactos, segundo o IPCC (2007b), dependerão da capacidade de redução de vulnerabilidade e adaptação dos sistemas em causa, isto é: quanto maior a vulnerabilidade, maior a probabilidade de ser impactado de maneira desastrosa. Vulnerabilidade, na acepção do IPCC (2007b, p.28), refere-se ao “grau de suscetibilidade ou incapacidade de um sistema para lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, inclusive a variabilidade climática e os eventos extremos de tempo”. Com efeito, os grupos sociais cuja subsistência depende diretamente dos recursos naturais do entorno dos seus lugares de residência, seriam mais vulneráveis aos eventos adversos das mudanças do clima (IPCC, 2007a).

[...] estudos mostram que os impactos projetados da mudança do clima podem variar bastante em razão da trajetória de desenvolvimento adotada. Por exemplo, pode haver grandes diferenças regionais de população, renda e desenvolvimento tecnológico em cenários alternativos, as quais são com frequência um forte determinante do nível de vulnerabilidade à mudança do clima [...]. Para ilustrar, em uma série de estudos recentes dos impactos globais da mudança do clima na oferta de alimentos, risco de inundações costeiras e escassez de água, o número projetado de pessoas afetadas é consideravelmente maior no cenário de desenvolvimento do tipo A2 (caracterizado por uma renda per capita relativamente baixa e grande crescimento populacional) do que nos outros futuros do RECE. Essa diferença é explicada em grande parte não pelas diferenças das mudanças climáticas, mas pelas diferenças de vulnerabilidade [...] (IPCC, 2007b, p.26).

Assim como o IPCC, a FAO também se preocupa com as mudanças climáticas. Num recente relatório da FAO (2010), os sistemas sociais do continente africano constam como potencialmente mais vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas. Os impactos dos eventos relacionados às mudanças climáticas se farão sentir, sobretudo, nos setores chave da produção, como: na agricultura, na pesca, na pecuária e nos recursos hídricos. A segurança alimentar, que constitui, atualmente, grande desafio para o continente africano, de acordo com as projeções da FAO, poderá ser prejudicada, principalmente, pelas seguintes razões:

[...] because of the heavy reliance on rain-fed agriculture, the poor level of water control and the poor replenishment of reservoirs. Climate induced change in flow regimes has resulted in reduced flow velocity in watercourses, temperature changes as well as deterioration in water quality, particularly in sub-Saharan Africa. This has often affected functioning of irrigation schemes, hydroelectric power generation and created very conducive conditions for the proliferation of aquatic weeds [...]⁵ (Niasse *et. al.*⁶, 2004 *apud* FAO, 2010, p.3).

Os dois últimos documentos supracitados indicam também que a elevação do nível do mar como consequência das mudanças do clima, representará grandes limitações para os Pequenos Estados Insulares (PEI), dos quais muitos países africanos fazem parte, entre eles a Guiné-Bissau. Mudança no ecossistema do litoral terá uma incidência direta sobre assentamentos humanos. Significa dizer que moradores de áreas costeiras não terão alternativa senão migrar.

As pequenas ilhas, quer estejam localizadas nos trópicos ou em latitudes mais altas, têm características que as tornam especialmente vulneráveis aos efeitos da mudança do clima, da elevação do nível do mar e dos eventos extremos. [...] Prevê-se que a deterioração das condições costeiras, como a erosão das praias e o branqueamento dos corais, afete os recursos locais, como por exemplo, os criatórios de peixes, e reduza o valor desses locais para o turismo. [...] Prevê-se que a elevação do nível

⁵ [...] Por causa da forte dependência da agricultura de sequeiro, o baixo nível de controle da água e os pobres reposição dos reservatórios. A mudança climática induzida em regimes de fluxo resultou em velocidade de fluxo reduzido em cursos de água, mudanças de temperatura, bem como a deterioração na qualidade da água, particularmente na África subsaariana. Isto tem muitas vezes afetados funcionamento dos sistemas de irrigação, geração de energia hidrelétrica e criou condições muito propícias para a proliferação de plantas aquáticas [...] (tradução nossa).

⁶ NIASSE, M., AFOUD, A., and AMANI, A. (Eds.). Reducing West Africa's Vulnerability to Climate Impacts on Water Resources, Wetlands and Desertification: Elements of Regional Preparedness and Adaptation. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK. 2004.

do mar aumente as inundações, marés de tempestade, erosão e outros riscos costeiros, ameaçando, assim, a infra-estrutura vital, os assentamentos humanos e as instalações que propiciam os meios de subsistência das comunidades da ilha [...] (IPCC, 2007b, p.16)

De acordo com o relatório do IPCC (2007b), a Guiné-Bissau é o sétimo país mais susceptível à subida do nível do mar, e, conseqüentemente, encontra-se entre os que enfrentarão maiores desafios, num período de médio a longo prazo.

Quadro 1: Grupo de países mais susceptíveis a subida do nível do mar.

Países mais susceptíveis a subida do nível do mar	
1	Micronesia
2	Palau
3	Tuvalu
4	Marshall Islands
5	Moçambique
6	Polinésia Francesa
7	Guiné-Bissau
8	Nauru
9	Guiana
10	New Caledonia
11	Papua Nova Guiné
12	Kiribati
13	Maldivas
14	Vietnam
15	Cambodja

Fonte: IPCC,2007b. Adaptação nossa.

A subida excessiva do nível do mar poderá obrigar o deslocamento de um número grande de grupos sociais para lugares que apresentarem melhores condições de subsistência. A essa nova categoria de deslocados a literatura tem atribuído o nome de “deslocados ambientais”.⁷ O custo para adaptação aos impactos da subida do nível do mar nos países menos desenvolvidos poderá ascender a pelo menos de 10 a 50% do Produto Interno Bruto (FAO, 2010).

⁷“Os deslocados ambientais se diferenciam dos demais refugiados, por não serem “vítimas necessariamente de perseguições, mas são obrigados a deixar o território de origem ou de residência em virtude do desaparecimento das possibilidades de ali sobreviver” (COSTA, 2009, p.237)

Frente ao cenário que se desenha, de acordo com a FAO (2010), e o IPCC (2007b), os grupos humanos que mais serão afetados são as mulheres e as crianças. Nesse caso, em especial, mulheres de áreas rurais que se ocupam da agricultura de subsistência e gestão de recursos naturais disponibilizados pela natureza. Estas últimas geralmente vivenciam condições de trabalho muito degradantes. As crianças percorrem grandes distâncias para recolher água e lenha para a confecção de refeições (FAO, 2010). Ainda de acordo com as mesmas fontes, os impactos dos eventos relacionados às mudanças do clima também se farão sentir na saúde, a alta na temperatura poderá favorecer a proliferação de mosquitos e outros vetores de transmissão de doenças, criando graves problemas de saúde pública. O impacto sobre a produção dos alimentos e nutrição pode levar a maiores taxas de desnutrição e suscetibilidade a outras doenças, que poderá afetar a agricultura através de perda de mão-de-obra, conhecimentos e recursos.

Os relatórios do IPCC (2001, 2007b), entre outros estudos, evidenciaram a relação entre a condição de pobreza social - e um conjunto de limitações que dela pode advir - e a baixa capacidade de mitigação e adaptação aos impactos resultados dos eventos extremos relacionados às mudanças do clima. Em vistas disso, o grupo dos Países Menos Avançados (PMA), do qual faz parte a Guiné-Bissau, foi contemplado com um financiamento do Fundo Mundial para o Ambiente (FMA ou GEF, na sua sigla em inglês), no âmbito de adesão destes à Convenção–Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças do Clima (CQNUMC) e ao Protocolo de Quioto, para criação de um Programa de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PANA ou NAPA, sigla em inglês). O PANA pode ser considerado uma espécie de IPCC, que funciona em nível nacional, dos PMA, e tem como objetivos: a produção de conhecimento sobre as alterações do clima, os potenciais impactos biofísicos e sociais, a vulnerabilidade e a capacidade de mitigação e adaptação dos diferentes sistemas do país assim como a construção de políticas necessárias para fazer face ao desafio por estas apresentadas (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2006a).

A Guiné-Bissau, país onde se realizou o estudo, fica situada na costa ocidental do continente africano, entre a República do Senegal e a República da Guiné Conakry. Com o primeiro possui fronteira ao norte e, com o segundo,

mantém fronteira ao sul e este. Ao oeste, é banhado pelo Oceano Atlântico que ocupa toda a costa (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2006a).

A superfície total da Guiné-Bissau é de 36.125 km², destes apenas 27.700 km² constituem a superfície emersa. Devido à baixa altitude do país, relativamente ao nível médio das águas do mar, as marés penetram no interior até cerca de 150 km, fazendo com que algumas áreas fiquem parcial ou totalmente inacessíveis durante parte do ano, particularmente na época de chuva (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2006a). O país é constituído por duas regiões: a parte continental e a insular. A região insular engloba o Arquipélago dos Bijagós e algumas ilhas espalhadas pelo território nacional. Três províncias constituem a divisão administrativa do país, quais sejam: norte, sul e leste. As três juntas englobam oito regiões. As regiões de Bafatá e Gabu situam na província leste. Bolama-Bijagós, Quinara e Tombali situam na região sul do país. No norte encontram-se as regiões de Cacheu, Oio e Biombo, mais o Setor Autônomo de Bissau, a capital do país (Figura 1 e 2).



Figura 1: África com a Guiné-Bissau em destaque

Fonte: Worldatlas, 2012.



Figura 2: A Guiné-Bissau com Arquipélago dos Bijagós
 Fonte: IBAP, 2006.

A partir da perspectiva do IPCC (2007b), pode-se dizer que a Guiné-Bissau, assim como os demais Países Menos Avançados, reúne atualmente um conjunto de características que jogam para um desfecho desastroso da interação dos eventos relacionados às mudanças do clima e os sistemas socioecológicos. O país é assolado por um conjunto de tensões de várias naturezas. Atualmente, a preocupação recai, principalmente sobre a instabilidade político-militar, a qual já dura mais de uma década. Em 1998, o país imergiu numa guerra civil, que veio a terminar somente onze meses depois. De lá para cá, houve sucessivos golpes de Estado, quase todos resultando em derramamento de sangue, com assassinato

de altas chefias militares e, mais recentemente, em 2009, foram assassinados o Chefe de Estado Maior das Forças Armadas e o Presidente da República em exercício (SEMEDO, 2009). Em dezembro de 2011, houve uma perturbação da ordem social, anunciada, oficialmente, pelo governo como tentativa de subversão de ordem constitucional. Políticos e militares de alto escalão foram presos e outros perseguidos em decorrência de tal acontecimento. Vale dizer que, em janeiro de 2012, morreu por motivo de doença no hospital Val-du-Grâce em Paris o Presidente da República, Malam Bacai Sanhá. Em razão disso, foi realizada a eleição presidencial antecipada, onde o primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior foi o candidato mais votado no primeiro turno, com 48,97% dos votos em disputa com o ex-presidente Koumba Ialá que obteve 23,36%.⁸ Durante os preparativos para o segundo turno das eleições presidenciais no país, as Forças Armadas do país perpetraram mais um golpe de Estado: militares prenderam o Presidente da República interino, o Primeiro-Ministro e demais autoridades governamentais. Criou-se um Conselho Nacional de Transição, envolvendo militares e políticos da oposição. Entretanto, até o presente momento, não se tem definido planos para a transição política.

Essa onda de instabilidade tem refletido negativamente na sociedade guineense, sobretudo, na economia nacional, visto que mais de 35% de orçamento do Estado depende da ajuda externa de instituições multi e bilaterais para sustentar os compromissos financeiros e sociopolíticos (REPÚBLICA GUINÉ-BISSAU, 2011a). A instabilidade e a onda de violência institucional, contudo, tem repellido os parceiros internacionais. Desde 1994, altura em que foi realizada a primeira eleição democrática, os sucessivos governos nunca conseguiram terminar o seu mandato, deixando seus programas de governo sempre para concluir. Hodiernamente, os governantes têm concentrado no processo de reforma do setor da defesa e segurança. Só no bojo da estabilidade política se poderá desenvolver algum projeto sustentável e benéfico para o povo guineense.

A Guiné-Bissau, como a maioria dos países africanos, é caracterizada por uma sociedade multiétnica tradicional. Os diferentes grupos étnicos do país

⁸ Fonte: Jornal Nô Pintchá, edição nº 2182; março de 2012.

“constituem, no geral, visões de mundo, discursos e práticas sociais típicos de um modo de vida tradicional” (VALENCIO, 2009, p. 227).

A tradição reafirma-se a cada nova geração através não apenas de processos endógenos de transmissão e assimilação de valores, regras e rituais, mas quando este arcabouço cultural permite ao grupo, dentre outros aspectos, sobreviver em dado meio familiar e se manter pleno, na realização de sua humanidade, quando reconhece a si mesmo como parte constituinte de uma identidade coletiva. A experiência de fortalecimento da identidade para os diversos grupos sociais guineenses vem resultando em sínteses particulares entre componentes étnicos e religiosos e está incisamente atrelada com as interações estabelecidas em uma base territorial específica a qual, por seu turno, guarda suas características ecossistêmicas próprias (VALENCIO, 2009, p. 227).

O país conta, atualmente, com uma população total de 1.547.000, sendo que 70% residem na zona rural, e 30% na área urbana (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2011a). De acordo com Lopes (1989), a história contemporânea da Guiné-Bissau pode ser datada a partir do início do sec. XX, com a dominação e colonização do país pelos portugueses. A configuração territorial pós-colonial favoreceu a aglomeração de uma grande diversidade étnica, religiosa e linguística, conforme apresentamos no quadro 2. Não obstante a grande diversidade existente no país, na sua história contemporânea, ela nunca serviu de pretexto para erupção de tensões ou conflitos de grandes proporções. As relações territoriais e identitárias possuem uma característica muito particular. Sobre este assunto, trataremos com mais profundidade no segundo capítulo.

Quadro 2 : Representação dos grupos étnicos da Guiné-Bissau

Grupos Étnicos	População	Religião predominante	Idioma primário
Balanta, Kentohe	263.000	animismo	Balanta - Kentohe
Balanta, Mane	24.000	Islã	Balanta - Kentohe
Balanta, Nyakra	12.000	animismo	Balanta - Kentohe
Balanta, Naga	10.000	animismo	Balanta - Kentohe
Balanta, Ganja	1.300	animismo	Balanta - Ganja
Fulakunda, Peul	272.000	Islã	Pulaar
Fula Jalon	1.300	Islã	Pular
Crioulo, Geba, Cacheu	211.000	Cristianismo	Crioulo
Mandyak, Manjaco	189.000	animismo	Mandjak
Mandingo, Mandinka	154.000	Islã	Mandinka
Maninka, Western	13.000	Islã	Maninkakan, Western
Papel, pepel	140.000	animismo	Papel
Biafada, Biafar	46.000	Islã	Biafada
Mankanya, Mankanha	45.000	animismo	Mankanya
Bijagós, Bidyogo	31.000	animismo	Bidyogo
Ejamat. Jola-Felupe	22.000	animismo	Jola-Felupe
Maswanka, Kunante	16.000	Islã	Mansoanka
Bainouk, Banyum	9.100	animismo	Bainouk - Gunyuno
Nalu	9.100	Islã	Nalu
Jahanka	6.600	Islã	Jahanka
Jola, Fonyi	6.000	Islã	Jola-Fonyi
Jola, Bayot	2.300	animismo	Bayot
Badyara, Badyaranke	4.700	Islã	Badyara
Soninke, Serahuli	4.600	Islã	Soninke
Susu	3.900	Islã	Susu
Bambara	1.300	Islã	Bamanankan
Kobiana	700	animismo	Kobiana
Kasanga, Haal	600	animismo	Kasanga
Bassari	500	animismo	Oniyan
Total de Grupos étnicos: 31			
Indivíduos não classificados			
População Total (UN, 2011)	1.547.000		

Fonte: JOSHUA PROJECT, 2011. Adaptação nossa.

Todavia, o cenário ambiental sinalizado pelo IPCC (2007a), pela FAO (2010) e, no nível nacional, pelo PANA (REPÚBLICA DA GUINÉ- BISSAU, 2006a), prevê um grande desafio para estes grupos sociais, principalmente, na manutenção de seus modos de vida característicos, pautado por uma economia de subsistência, dependente, em grande medida, dos recursos naturais do entorno dos lugares onde residem.

[...] o arcabouço cultural da tradição pode, por um lado, ser visto como um recurso pouco válido para gerar respostas adaptativas na mesma celeridade como o contexto adverso vier exigir, suscitando situações coletivas de anomia, como a desesperança e prostração; ou, de outro lado, ser reafirmado ou renovado para compor, a partir do acesso, respeito e reiteração dos fundamentos de sua cultura, novas soluções para os novos desafios que o espaço apresentar (VALENCIO, 2009, p. 227).

A ambiguidade em relação à capacidade do saber tradicional para fazer frente aos efeitos adversos de mudanças do clima é, em parte, resultante do quase consenso em relação à origem das mudanças do clima no processo de modernização da sociedade ocidental. Sendo este um problema da modernidade, caberia aos saberes e valores modernos a sua resolução. Ainda que as sociedades tradicionais sejam apontadas como as mais suscetíveis, são raros os estudos, dentro da temática das mudanças climáticas com uma atenção voltada a compreensão do imaginário social dos povos tradicionais sobre tal temática. O PANA da Guiné-Bissau, em termos gerais, privilegiou soluções técnicas e científicas, em detrimento de um diálogo mais profícuo com as diferentes formas de saber existente nesta sociedade. As comunidades tradicionais são mantidas à margem do debate e do processo decisório. Sendo a Guiné-Bissau um país onde a maioria da população possui práticas e saberes típicos do modo de vida tradicional, é relevante um estudo que se proponha a compreender a relação dos diferentes grupos sociais da referida nação com o fenômeno em questão. Pretendemos, com este trabalho, somar a poucos trabalhos existentes sobre a temática das mudanças do clima no país, assim como gerar subsídios e construção de políticas públicas futuramente.

a) Objetivos

Na expectativa de trazer à ribalta a compreensão sociológica de aspectos que povos tradicionais da Guiné-Bissau possuem sobre as mudanças que estão ocorrendo no meio ambiente de seu lugar de residência e demais atividades reprodutivas cotidianas, esta pesquisa teve como objetivo geral descrever e analisar sociologicamente as representações sociais dos Bijagós da Ilha de Formosa em relação eventos relacionados às mudanças do clima. Como objetivos específicos: a) procurou descrever e analisar as representações sociais dos Bijagó sobre as repercussões das mudanças climáticas na sua reprodução social do lugar e b) descrever e analisar as representações sociais dos Bijagó relacionados ao processo de desterritorialização que vem ocorrendo nessa coletividade.

Antes de passar a apresentação dos procedimentos metodológicos e do modo como o texto é organizado, faremos uma breve descrição do recorte socioespacial da nossa área de estudo.

b) Recorte socioespacial da área de estudo

O nosso recorte socioespacial micro é a ilha de Formosa. Esta, e mais duas ilhas, Nago e Chediã, todas elas habitadas, formam o Complexo Urok, que também agrega mais algumas ilhas e ilhéus não habitados em regime permanente. As ilhas Urok possuem uma superfície de 94 200 ha, incluindo 14 700 ha de terras emersas, por onde estão distribuídos 33 tabancas (denominação para aldeia, em crioulo da Guiné-Bissau). E parte da região de Bolama-Bijagós, também conhecida como Arquipélago dos Bijagós, é constituída por um conjunto de 88 ilhas e ilhéu e abrange uma área de cerca de 10.000 km² (IBAP, 2007). Atualmente, são habitadas permanentemente cerca de 20 ilhas. O Arquipélago dos Bijagós possui grande importância em termos de recursos naturais. A beleza natural e o bom estado de conservação dos recursos haliêuticos e outros recursos naturais o fez virar alvo de interesses políticos e econômicos, tanto em nível nacional quanto internacional. Mediante solicitação do governo da Guiné-Bissau, em 1996, a UNESCO conferiu ao arquipélago o estatuto de Reserva de Biosfera, que corresponde a espaços “que preenchem certo número de requisitos ligados à gestão do território para a conservação, o desenvolvimento sustentável e à investigação” (IBAP, 2007, p.61).

Em 2005, às ilhas Urok, foi atribuído oficialmente, o estatuto de Área Marinha Protegida Comunitária “AMPC” (IBAP, 2007); no entanto, o processo de instauração da mesma remonta ao início da década de 1990, sob a coordenação da ONG guineense Tiniguena (AMBROISE; RAMOS; HENRIQUES, 2009). A AMPC, uma governação compartilhada dos recursos naturais envolvendo a comunidade local, o Estado e a ONG Tiniguena. (Figura 3).

Nossa pesquisa irá se focar sobre o grupo social da Ilha de Formosa, que é a maior e principal ilha do complexo Urok. De acordo com Said (2007), a ilha de Formosa possui um total de 1.991 habitantes, distribuídas pelas 14 tabancas existentes.

Zonagem do Complexo da Formosa (Urok)

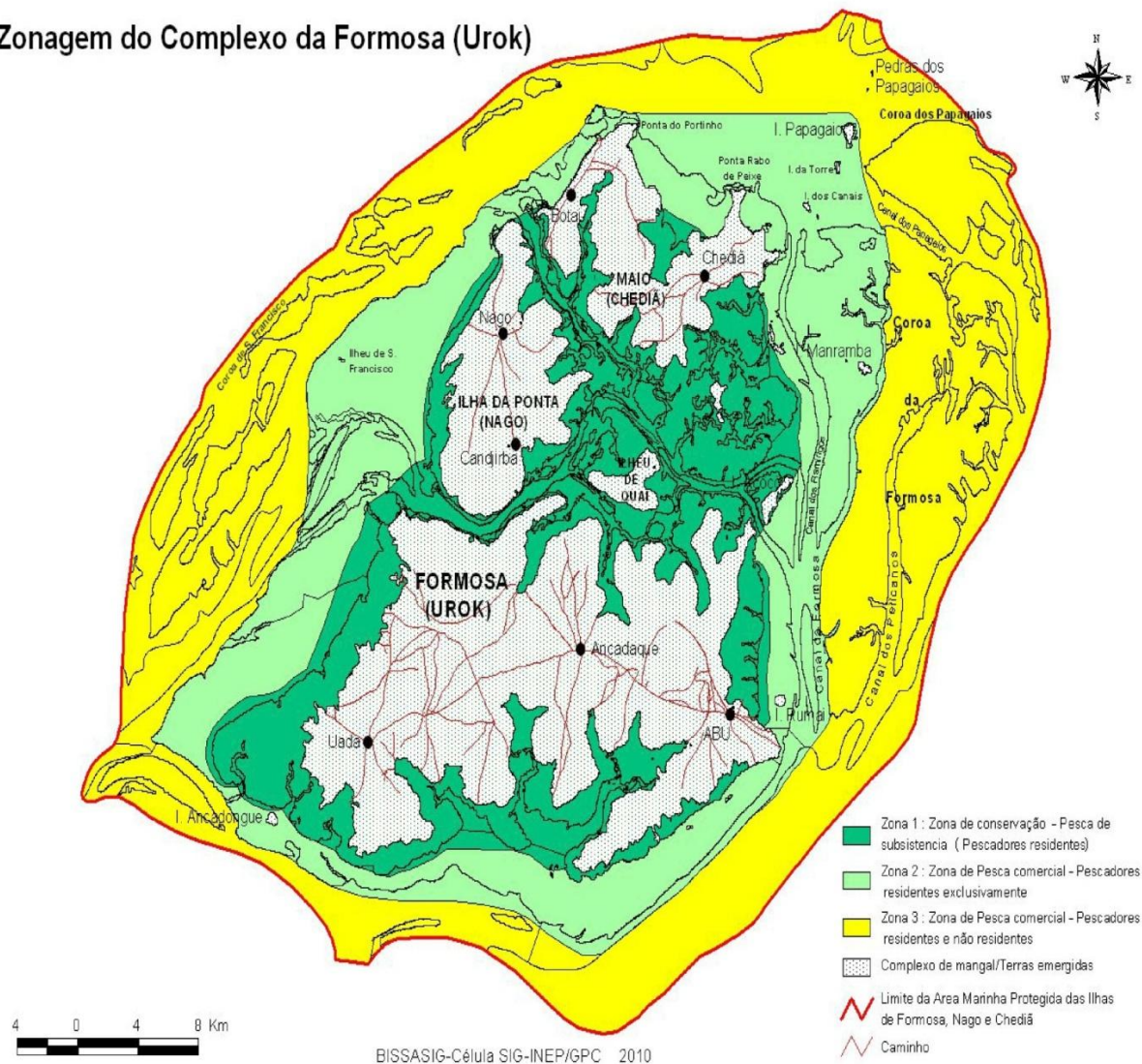


Figura 3: Zonagem do Complexo Urok

Fonte: IBAP, 2005

c) Procedimentos metodológicos e organização do trabalho

Esta pesquisa adotou uma metodologia qualitativa de pesquisa social e consistiu em um estudo de caso. A escolha do grupo social Bijagó para este estudo, seguiu o critério do PANA (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2006a), no que se refere à classificação das comunidades guineenses mais vulneráveis. De acordo com o PANA (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2006a), os eventos severos relacionados às mudanças do clima impactarão potencialmente os setores bases da subsistência da maioria das famílias guineense, nomeadamente o setor agrário (a agricultura, florestas e pecuária), o setor dos recursos hídricos e o setor das pescas. Previsões ratificadas pelos relatórios da FAO (2010) e IPCC (2007a, 2007b, 2007c), conforme foi citado anteriormente.

Na Guiné-Bissau, os impactos dessas mudanças já vêm sendo sentidos na economia desde algum tempo, particularmente devido à diminuição das chuvas e o aumento tendencial da temperatura. A nível dos recursos hídricos, são os aquíferos que têm menos água e são cada vez mais inundáveis pelas águas salinas, os lençóis freáticos cada vez mais profundos e lagos ressequidos; no sector agrário, a produção de cultura alimentar-base do guineense (o arroz), tem decrescido acentuadamente, também devido à salinização e acidificação dos solos hidromorfos e às inundações de arrozais; a temperatura do ar é mais elevada, tendo o nível médio do mar subido consideravelmente e, em consequência, as marés vivas são mais frequentes e impetuosos; os períodos de seca são mais prolongados, particularmente nas regiões do interior (leste do país); as zonas húmidas decresceram (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2006a, p.8).

Os impactos potenciais, de acordo com PANA (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2006a), incluem também: a perda de terras aráveis devido à salinização (subida de nível do mar), as inundações/cheias prolongadas, acidificação do solo (por falta de chuvas), provocando redução de rendimentos das culturas agrícolas em cerca de 20 a 30%. Falta de pastos e pontos de água para os animais; mudanças nas rotas dos cardumes dos peixes. Ainda de acordo com o mesmo documento, isso poderá levar, entre outras consequências: a acentuação da degradação do modo de vida das populações, sobretudo no meio rural, a maior incidência de conflitos entre os grupos de subsistência, agricultores e pastores,

muitas das vezes com imbricações étnicas; e aos conflitos e tensões decorrentes do deslocamento de pessoas e grupos humanos de seus lugares de origem para outros que ofereçam melhores condições de reprodução social.

Em relação ao Arquipélago dos Bijagós, segundo o PANA (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2006a), a preocupação maior recai sobre os seguintes aspectos: subida do nível do mar, salinização das bolanhas⁹, erosão costeira e desaparecimento gradual de mangais em razão das ações antrópicas. Todos estes aspectos estão diretamente ligados à noção de segurança alimentar. Segundo PANA (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2006a), a superfície costeira representa 61% do território nacional, sendo também a região que alberga, aproximadamente, 80 % da população do país. Contudo, a altitude dessa região costeira geralmente é muito baixa em relação a nível médio do mar, o que a torna suscetível a vários efeitos adversos. A subida do nível do mar, além de prejudicar a produção agrícola através da salinização das bolanhas, poderá provocar o deslocamento de grupos sociais de seus lugares de origem, em caso de subida excessiva projetadas em vários estudos, inclusive do IPCC (2007b). A agricultura de subsistência representa a base de “sobrevivência” de muitos grupos. Além de modo de produção, ela tem um papel fundamental na organização da vida social, na divisão e organização social de trabalho entre homens e mulheres e indivíduos de diferentes faixas etárias no interior das comunidades Bijagó. Apesar de ser habitante das ilhas, o Bijagó, por natureza sócio-cultural, não apresenta no seu quotidiano uma forte relação com a atividade pesqueira ou pescaria. Vive mais de atividade de recolha de conchas e moluscos que são simbolicamente utilizados em diversos rituais do grupo. De acordo como PANA (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2006a, p.23), alguns aspectos de pressão sobre recursos escassos já se faz sentir no arquipelagos, nomeadamente:

[...] o surgimento de inúmeros acampamentos ilegais (recenseados 12 na Região de Biosfera Bolama/Bijagós, em 2005, pelo IBAP) de pescadores oriundos da sub-região e pirataria na zona de pesca artesanal (até 12 milhas), as autoridades das pescas presumem que os níveis de captura tenham aumentado significativamente. Ademais, os pescadores acampados devastam o mangal para a fumagem do pescado ou para utilização como material de construção, desnudando expondo

⁹ Arrozal.

a costa à mercê da erosão marinha, para além de perturbar o habitat natural de muitas espécies haliêuticas.

Esses grupos, em geral, vivem do comércio internacional do pescado e o modo como fazem uso dos recursos pode entrar em conflito não só com as leis da reserva da biosfera mas, principalmente, com as dimensões culturais tradicionais dos grupos locais autóctones, nas quais muitas das regras oficiais adotadas atualmente se inspiraram.

Para realização desta pesquisa foram efetuados os seguintes procedimentos:

1) uma *revisão do estado da arte*, com foco, sobretudo, nos conceitos de a) vulnerabilidade relacionada às mudanças do clima (ADGER; KELLY, 2000; ADGER, 2006; O'BRIEN et al, 2004; BROOKS, 2003); b) vulnerabilização (ACSELRAD, 2006), c) risco (BECK; GIDDENS, 1997; DOUGLAS; WILDAVSKY, 1982) e d) representações sociais (JOVCHELOVITCH, 2008; MOSCOVICI, 2010)

2) Uma *pesquisa documental* concentrada nos seguintes documentos: a) Sumário para os Formuladores de Políticas do Grupo de Trabalho II do Painel IPCC (2007) e b) o PANA (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2006a), nos quais buscamos os discursos institucionais sobre os grupos sociais mais vulneráveis, e o que caracteriza sua vulnerabilidade. Ainda com base nestes documentos, apresentamos a problemática das mudanças do clima na Guiné-Bissau, em especial, no Arquipélago dos Bijagós.

3) E por último, uma *pesquisa de campo* que contou com os seguintes procedimentos: a) a coleta de relatos orais, por meio de entrevista semi-estruturada, com auxílio de um gravador de voz e diário de campo.

De acordo com Quivy e Campenhoudt (1998, p.193), a entrevista semi-estruturada permite:

a análise do sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêm confrontados: os seus sistemas de valores, suas referências normativas, as suas interpretações de situação conflituosas ou não, as leituras que fazem da própria experiência.

Esta permite que o entrevistado não se atenha especificamente ao roteiro de perguntas pré-definido pelo pesquisador e, no mais das vezes, possibilita aos mesmos adentrarem em assuntos não planejados a princípio; porém importante para a pesquisa e o objetivo que se requer (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998).

b) A fotodocumentação

A fotografia, de acordo com Martins (2006, p.11), “[...] é também uma construção imaginária, expressão e momento do ato de conhecer a sociedade com recursos e horizontes próprios e peculiares”. Nós optamos pelo seu uso neste trabalho a partir de uma perspectiva sociológica, conforme sugere Martins (2006, p. 28):

Diferentemente do uso que os historiadores fazem das fotografias, ao sociólogo da imagem fotográfica põe-se o fato adicional de que a fotografia não é apenas documento para ilustrar nem apenas dado para confirmar. Não é nem mesmo e tão somente instrumento para pesquisar. Ela é constitutiva da realidade contemporânea e, nesse sentido, é de certo modo, o objeto e também sujeito.

As fotografias foram feitas em diferentes momentos da nossa pesquisa, no trabalho procuramos organizá-la por tema. Para cada tema, utilizamos algumas fotografias que pudessem ilustrar diferentes momentos de sociabilidade, acompanhada do olhar do autor sobre o que está sendo apresentada.

Para Martins (2006, p. 28), “o que o fotografo registra na sua imagem não é só o que está ali presente no que fotografa, mas também, e, principalmente, as discrepâncias entre o que pensa ver e o que está lá, mas não é visível”.

O Deslocamento, a estadia e os primeiros contactos nas ilhas foram possibilitadas pela ONG guineense Tiniguena. Respeitando sempre os valores locais, buscamos, em primeiro lugar, conversar com as autoridades tradicionais, os(as) *Balobeiros(as)*¹⁰ das tabanca e, a partir daí pedir que nos indicassem alguém com quem pudessemos conversar. Ao contrário do que esperávamos, as indicações recebidas, através do método “bola de neve”¹¹, não se limitaram

¹⁰ Líder espiritual animista. Todas as tabancas Bijagó têm o seu Balobeiro ou Balobeira.

¹¹ Consiste em indicações contínuas obtidas por meio de contato com o grupo estudado até ao ponto de saturação das informações obtidas (NETO,1994).

somente às pessoas da mesma tabanca, sendo que estes constituem unidades sociais independentes umas em relação as outras. Houve várias vezes pessoas de uma tabanca que indicaram outras, de tabancas vizinhas, para serem entrevistadas, reconhecendo nelas, no mais das vezes, a qualidade de estabelecer um bom relacionamento com a terra. Colhemos, também, relatos orais de homens e mulheres com responsabilidades socioculturais diferentes, cuja experiência no trabalho direto com a terra e mar compõe o sentido de lugar, bem como os jovens, rapazes e raparigas, também envolvidos ativamente na produção da subsistência. Nas primeiras entrevistas, foram aplicadas questões elaboradas a partir de entendimentos resultantes da revisão bibliográfica e pesquisa documental. Por exemplo: quais são as repercursões das mudanças climáticas na sua atividade produtiva? No entanto, o desconhecimento de tal temática por parte do grupo social da nossa pesquisa, nos enveredou para um caminho diferente, que nos permitisse obter dados para o nosso estudo. Acreditamos que o mote da realidade concreta da subsistência do grupo nos traria melhores elementos sobre o imaginario social destes em relação às mudanças climáticas. Nesse sentido, junto aos entrevistados, procuramos saber: a) com base na sua experiência, quais são as mudanças que estão ocorrendo no processo de produção da subsistência? b) caso elas estejam ocorrendo, a que se devem no seu entendimento? c) O que constitui ameaça a sua produção de subsistência? d) quais suas possíveis repercursões no processo de reprodução socioespacial?

Para fim de análise, observamos as seguintes variáveis: representações sociais existentes sobre os eventos relacionados às mudanças do clima; repercursão de tais eventos no modo de vida, na reprodução produtiva e na reprodução territorial.

Todo o material coletado durante o trabalho de campo foi objeto de contínuas leituras, no sentido de apreender os diferentes aspectos dos relatos. E a interpretação dos dados colhidos foi realizada com subsídio da literatura que compõe o corpo do trabalho. As representações sociais colhidas foram organizadas em forma de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), como proposto por Lefevre e Lefevre (2003).

O trabalho encontra-se organizado de seguinte modo: quatro capítulos mais as considerações finais. No primeiro capítulo, fizemos uma revisão de estudos destacando a problematização do conceito de vulnerabilidade relacionada às mudanças do clima e o debate sociológico sobre o tema dos riscos. No segundo capítulo, apresentamos os aspectos históricos, políticos e socioeconômicos da Guiné-Bissau. No terceiro capítulo, apresentamos o grupo social focalizado nessa pesquisa, o seu modo de vida característico, a organização social, as relações de produção, as práticas espirituais e a sua relação com o meio ambiente no entorno de seu local de vivência. E, no quarto capítulo, apresentamos, de forma sistematizada, os resultados das representações sociais colhidas na pesquisa do campo.

CAPITULO 1 - ANÁLISE DE ESTUDOS SOBRE VULNERABILIDADE RELACIONADA ÀS MUDANÇAS DO CLIMA

Na presente unidade, abordaremos o debate teórico em torno da temática de vulnerabilidade relacionada às mudanças do clima. Apresentaremos a definição de vulnerabilidade presente no relatório do IPCC (2007b), as diferentes abordagens teóricas que participam do debate em torno da temática, bem como suas clivagens e convergências.

Estudos sobre vulnerabilidade, desde muito cedo, foram realizados em várias áreas de conhecimento. Em muitos casos, são alvos de pesquisas interdisciplinares, reunindo, entre outros, autores das áreas de engenharia, estudos do clima, ciências naturais e sociais. De acordo com Brooks (2003), a vulnerabilidade dos sistemas sociais e naturais relacionados às mudanças do clima constitui um campo de estudos relativamente novo, e, assim como referimos acima, também é uma temática que tem merecido atenção interdisciplinar. No entanto, segundo o autor, tal interdisciplinaridade teria servido, em alguns momentos, de entrave ao desenvolvimento da pesquisa na temática. Isso por que existe um conjunto infinito de definições de vulnerabilidade relacionados as mudanças do clima, cuja variação ocorre, sobretudo conforme a área de conhecimento. Brooks (2003) avalia que a grande diversidade das definições existentes propiciam, em grande medida, a existência de grande variedade de objetos e objetivos de estudo, assim como de metodologias utilizadas na sua realização, reduzindo a possibilidade de construção de uma definição interdisciplinar, que conseguisse agregar as diferentes formas de conhecimento envolvidas na pesquisa da temática.

Brooks (2003) sugere que os estudos sobre a vulnerabilidade relacionada à mudanças do clima, em geral, poderiam ser divididos em duas grandes abordagens conceituais: abordagem biofísica e abordagem social. A abordagem biofísica tende a concentrar-se no conceito de riscos e concebe vulnerabilidade como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos dos eventos relacionados às mudanças do clima sobre um determinado sistema natural ou social¹²

¹² Nicholls et al. Increasing flood risk and wetland losses due to global sea-level rise: regional and global analyses, *Global Environmental Change*, 9, 1999,p. S69-S87.

(NICHOLLS *et al.*, 1999 *apud* BROOKS, 2003). A abordagem social, por seu turno, refere-se a vulnerabilidade como um conjunto de fatores socioeconômicos que determinam a capacidade das pessoas para lidar com o *stress* ou adaptar o seu modo de vida¹³ (ALLEN, 2003 *apud* BROOKS, 2003). Segundo o autor, a sugestão de uso dos termos *social* e *biofísico*, acompanhando o termo vulnerabilidade, seria um recurso para superar a confusão decorrente de vários usos do conceito de vulnerabilidade. Na próxima seção, apresentaremos o desenvolvimento das duas abordagens.

1.1 - Vulnerabilidade Biofísica

A abordagem biofísica, de acordo com Brooks (2003), geralmente concebe vulnerabilidade em termos quantitativos, isto é, a partir de potenciais danos a ser causado a um sistema por um evento particular relacionado com o clima. Esta concepção teria surgido a partir de uma perspectiva de estudo baseada em avaliações de riscos e seus impactos. Ela concede uma importância mínima ao papel dos indivíduos e grupos sociais na mediação de resultados dos eventos de risco. Seu foco específico de estudo é a exposição humana ao risco, os eventos físicos e os seus níveis de periculosidade. O termo “biofísico” é utilizado, de acordo com o autor, para indicar a existência de uma componente física associada à natureza do risco, seus impactos de primeira ordem física e um componente biológico ou social, associado com as propriedades do sistema afetado, que atuam para ampliar ou reduzir os danos decorrentes desses impactos.

A preocupação maior desta perspectiva sobre os seguintes aspectos: a quantidade de danos experimentados como, por exemplo, a quantidade de casas destruídas, a quantidade de mortes, as perdas econômicas, etc. A vulnerabilidade dos sistemas sociais é medida em função dos seguintes aspectos: a natureza do perigo físico a que o grupo está exposta, a probabilidade ou frequência de ocorrência do perigo, a extensão da exposição humana ao perigo e a sensibilidade do sistema para os impactos do perigo (BROOKS, 2003).

¹³ Allen, K. Vulnerability reduction and the community-based approach, in Pelling (ed.), *Natural Disasters and Development in a Globalising World*. 2003, p. 170-184.

1.2 - Vulnerabilidade Social

Esta abordagem, ao contrário da primeira, concentra a sua análise nas condições estruturais do sistema social frente a um risco específico. De acordo com Brooks (2003), ela concebe a vulnerabilidade como um estado, ou seja, esta representa a condição interna de um sistema. Teria sua origem nos estudos que têm como objeto os fatores estruturais que fazem dos indivíduos e grupos sociais suscetíveis aos perigos externos (ALLEN, 2003 *apud* BROOKS, 2003). A vulnerabilidade, de acordo com esta aceção, é algo que reside no interior do sistema, por isso, é independente dos perigos advindos do exterior (BROOKS, 2003). O termo “vulnerabilidade social”, no entanto, é decorrente do foco desta abordagem nas características internas do sistema social que, porventura, possam determinar a sua fragilidade numa interação com algum evento do clima perigoso. Estes fatores internos poderiam ser: a pobreza, a desigualdade social, a marginalização, qualidade de habitação etc.¹⁴ (ADGER, 1999 *apud* BROOKS, 2003). Com isso, a chave para compreensão da causa do problema não reside no evento ameaçante do exterior mas, sim, nas condições anteriores do sistema social em causa.

De acordo com Brooks (2003), a “vulnerabilidade social” constitui um dos determinantes da vulnerabilidade do ambiente físico. A natureza da vulnerabilidade social dependerá do perigo a que o sistema social em causa está exposto. Entretanto, certas características dos sistemas poderão torná-lo mais vulnerável a determinados tipos de riscos físicos, por exemplo, de acordo com Brooks (2003): a qualidade de habitação pode ser um fator de vulnerabilidade em caso de inundações ou vendaval, mas não, necessariamente, em caso de seca. Nesse sentido, existiriam fatores de vulnerabilidade *genérico* e *específicos*, sendo o primeiro, relacionado à fatores estruturais gerais de um sistema, e o segundo, relacionado a um tipo específico de vulnerabilidade frente a ameaça. Conclui Brooks (2003), ao usar o termo *vulnerabilidade social* no sentido amplo, que o mesmo estaria englobado também a *vulnerabilidade biofísica*.

¹⁴ Adger, W. N. (1999) Social Vulnerability to Climate Change and Extremes in Coastal Vietnam, *WorldDevelopment*, 27 (2), 249-269.

Paralelamente ao debate que acabamos de abordar, existe outro em torno da temática dos riscos. No entanto, a discussão a que este se propõe abarca um escopo maior. Em geral, o risco é analisado a partir de uma teoria geral da sociedade. Neste debate, duas perspectivas teóricas se destacam, quais sejam: a abordagem construcionista e a abordagem realista do risco. A abordagem construcionista concebe o risco como resultado de percepções socialmente construídas; por isso, sugere que o estudo tenha como objeto a percepção dos indivíduos e grupos sociais sobre o fenômeno, em lugar de se focar no fenômeno em si. A abordagem realista, por seu turno, sugere que existem riscos reais e objetivos. Sua análise busca entender o contexto de surgimento dos riscos atuais, assim como as repercussões e transformações sociais ocasionados por estes (GUIVANT, 1998).

1.3 - Análise do risco na vertente construcionista

A abordagem do risco na vertente construcionista, também conhecida como teoria cultural dos riscos, tem como objeto de estudo a percepção e a relação que os indivíduos e grupos sociais possuem sobre o que constitui um fenômeno ou uma situação de risco. Esta abordagem não define o que seja risco, nem é sua intenção fazê-lo, isso porque ela se encontra fundamentada na concepção de que os indivíduos não só têm percepções particulares dos fenômenos como também lhe atribuem seus próprios significados. Implica dizer que não existe um parâmetro único de mensuração e compreensão destes.

A tese principal desta acepção, desenvolvida por Douglas e Wildavsky (1982), sugere que a escolha dos riscos não responde a fatores naturais, mas sim a fatores sociais e culturais. Nesse sentido a “evidência científica” não seria preponderante em tal processo. Tal afirmação caminhou na contramão do que vinha sendo produzido dentro da temática, particularmente, os estudos com abordagem técnica-quantitativa, onde o conhecimento perito constaria como o único válido para compreensão dos fenômenos e, conseqüentemente, serviria como parâmetro para construção de políticas públicas a serem implementadas no processo de administração de possíveis problemas decorrentes do risco.

De acordo com Douglas e Wildavsky (1982), é questionável a convicção dos estudos técnicos em relação a existência de uma lei geral de estimação dos riscos, onde haveria escalas de aceitabilidade de riscos passível de ser utilizado universalmente. Segundo os mesmos, existem leis, regras e métodos próprios de cada contexto social e de cada cultura para estimação do que os próprios entendem por risco. Nesse sentido, a concepção do risco seria subjetiva, assim como partilhada coletivamente, envolvendo valores e interesses dos quais os peritos não estão isentos. Decorre daí a necessidade de colocar questão do tipo: Quão seguro é seguro o suficiente para esta cultura particular? (DOUGLAS; WILDAVSKY, 1982).

Partindo desta perspectiva, para Douglas e Wildavsky (1982), não existe um conhecimento único em se tratando dos riscos, existiria, sim, um tipo específico de conhecimento que é dominado por peritos que, no entanto, devido seu alto grau de especialização, deixam de contemplar conhecimentos tidos como “senso comum”, cujo valor é compartilhado e considerado de suma importância para indivíduos pertencentes a uma determinada comunidade. Igualmente, muitas vezes, os riscos que seriam tidos como de grande importância, portanto merecedores de uma atenção especial por parte dos indivíduos e grupos sociais, geralmente, não passariam de vieses técnicos, cujas concepções dos leigos não são contemplados.

1.4 - Análises do risco na vertente realista

Guivant (1998) faz um importante apanhado das contribuições das Ciências Sociais no debate sobre o risco no qual ela cita autores como Beck e Giddens. Ao debruçarmos diretamente na obra destes autores, verificamos que, de facto suas interpretações são diferentes embora haja possibilidades de suas perspectivas serem complementares.

Beck (1997) e Giddens (1997) não definem o que seja o conceito de risco. No entanto, o consideram como algo tanto objetivo (real) como subjetivo (não visível), que pode ter repercussões adversas sobre indivíduos e grupos sociais, assim como pode proporcionar crise de consenso, ocasionando menor coesão

entre os mesmos, em torno de um fenômeno ou situação específica. Em princípio, as características acima referidas não constituem novidades em relação à definição dos riscos. Contudo, de acordo com os dois autores, a diferença entre os riscos do passado e os do presente reside tanto na forma como eles são originados, como na abrangência e nas características específicas de suas repercussões. Os autores supracitados sugerem que os riscos atuais, em particular, os ambientais e tecnológicos, refletem, em grande medida, os limites do projeto da modernidade, isto é: o desenvolvimento científico e tecnológico levado a cabo durante o processo de modernização da sociedade ocidental, o que teria trazido consigo resultados satisfatórios e importante para o desenvolvimento social, assim como teria ocasionado resultados desfavoráveis para o mesmo. Os riscos atuais, porém, são partes desse processo. Estes, todavia, não teriam surgido necessariamente como um resultado não esperado, mas sim como um “efeito colateral”, em tese, esperado e possível de ser controlado pelo conhecimento que o produz. Os avanços científicos e tecnológicos assumem, com isso, um papel preponderante na produção dos riscos atuais. O excesso de confiança na possibilidade de controle efetivo dos chamados “efeitos colaterais” teria permitido com que esses riscos fossem assumidos pelos seus “produtores”. Os riscos, por seu turno, ganharam vida própria e autonomia frente o conhecimento científico que os “produziu”. De acordo com Beck (1997), os riscos atuais seriam responsáveis pela construção da “primeira sociedade global”, ou seja, a unificação global se daria por meio da produção dos riscos comuns. Assim, os riscos criados nos países industrializados afetam, na maior parte das vezes, de forma mais intensa, os países não industrializados, como são os casos de: aquecimento global, poluição ambiental, riscos tecnológicos, etc.

A sociedade contemporânea, de acordo com Beck (1997), é uma sociedade do risco, devido o seu papel estruturante dos indivíduos e grupos sociais, assim como a sua influência preponderante na criação de novas formas de relações políticas, sociais e econômicas. O risco, de acordo com o autor, teria implementado uma nova forma de democracia, por atingir a todos independentemente da condição social ou do país, ainda que suas repercussões guardem particularidades conforme o sistema social. Entretanto, a sociedade de risco seria caracterizada pela “reflexividade”, que segundo o mesmo autor,

significa “autodissolução”, “auto-perigo”. Ou seja: a ciência teria criado, por meio de suas invenções, riscos não cognoscíveis e incomensuráveis. Esse desconhecimento residiria nos “efeitos colaterais”, que seria o termo utilizado pela ciência para escamotear sua falta de conhecimento. Para Beck (1997) a sociedade de risco ou a modernidade reflexiva é caracterizada pelo não conhecimento, pelo obscuro, isto é, a autodissolução esta no desconhecido, aonde a ciência e a tecnologia não alcançam, o que por sua vez, traria insegurança em relação ao que se produz ou que se consome, em relação ao futuro, bem como o medo constante da possibilidade de ocorrência de catástrofes.

Giddens (1997) prefere o termo alta modernidade para nomear a sociedade contemporânea. Diferentemente de Beck (1997), para Giddens a alta modernidade é caracterizada pelo conhecimento. Sendo assim, de acordo com o autor, hodiernamente a diferença entre o conhecimento perito e o conhecimento leigo teria se reduzido consideravelmente. Com efeito, um aspecto específico dos riscos atuais estaria no fato de que é estimado constantemente pelos leigos, que, assim como os peritos, têm grande acesso ao conhecimento especializado. Essa relação entre leigos e peritos resulta de um acesso maior e facilitado ao conhecimento, por um lado, e desencantamento da ciência, que passou a ser colocada em xeque, devido, sobretudo, à constatação de que ela é incapaz de obter um controle total sobre os riscos atuais e projetar um futuro mais seguro para os indivíduos e grupos sociais, por outro lado. A insegurança cotidiana e em relação ao futuro reside no fato destes conhecerem os perigos a que estão expostos constantemente, e os limites da ciência na sua tentativa de controlar os mesmos. Todavia, ainda que existam riscos objetivos, o seu controle não se daria por meio de métodos quantitativos, em razão dos mesmos serem incomensuráveis. Com isso, haveria necessidade da ciência moderna abrir maior espaço a outras formas de pensar, mais racionalidade científica e tecnológica, de acordo com o autor, não seria a resposta para a questão em causa.

Entretanto, de acordo com Costa (2004), é importante compreender a teoria de risco e reflexividade de Beck e Giddens a partir de um contexto histórico, geográfico e sociopolítico específico. Caso contrário, sua generalização poderá nos induzir a erros, isso porque, a reflexividade, principal conceito dos dois autores, nas palavras de Costa,

[...] não é ideal emancipatório abstrato passível de “encarnar-se” em formas sociais concretas, seguindo padrões culturais distintos, como são, por exemplo, cidadania, reconhecimento ou os direitos humanos. Na definição de Giddens e Beck, reflexividade é a marca distintiva de uma forma cultural de vida particular, aquela que acentua a des-tradicionalização e a autocrítica (COSTA, 2004, p.97).

Assim, as análises desenvolvidas por Beck e Giddens, de acordo com Costa (2004, p.95) “[...] acaba descrevendo a globalização como o processo evolucionista e monocêntrico de expansão de uma certa “constante” social, a reflexividade”(COSTA, 2004, p.95). Expansão essa que ocorreria a partir da Europa para o resto do mundo. Portanto, não caberia essa análise em contextos tradicionais, como é o caso da nossa pesquisa.

Na próxima seção, apresentaremos as definições de vulnerabilidade de acordo com o Painel Intergovernamental sobre as Mudanças do Clima (1995, 2001, 2007), assim como o debate que ela suscita entre alguns dos principais autores que se dedicam ao estudo das vulnerabilidades relacionadas às mudanças do clima.

1.5 - O Conceito de vulnerabilidade de acordo com o IPCC

O IPCC, sendo a maior autoridade científica mundial em matéria de mudanças do clima, tem buscado ao longo de suas pesquisas uma definição de vulnerabilidade que servisse de modelo para os estudos em diferentes áreas de conhecimento. Contudo, o consenso almejado parece estar ainda longe de se concretizar. Suas definições de vulnerabilidade têm suscitado grandes debates no meio científico, sobretudo, em relação a sua capacidade de agregar as diferentes áreas de conhecimento, bem como oferecer subsídio teórico e metodológico capazes de proporcionar resultados científicos satisfatórios e contribuir na redução efetiva de vulnerabilidade dos mais suscetíveis. De acordo com Adger e Kelly (2000), o segundo relatório do IPCC, publicado em 1995, definiu vulnerabilidade como: “the extent to which climate change may damage or harm a system; it depends not only on a system’s sensitivity but also on its ability to adapt to new climatic conditions”¹⁵. (WATSON et. al, 1996 apud ADGER; KELLY, 2000, p.326-327). A sensibilidade seria medida pela capacidade de resposta do sistema às mudanças, nesse caso, as do clima. Esta definição, de acordo com os dois autores, sugere que vulnerabilidade seja avaliada a partir de estimativas do “potencial de mudança do clima” e as “respostas adaptativas”.

Em 2001, foi lançado o terceiro relatório do IPCC, nesse documento, a vulnerabilidade passou a ser definido como:

The degree to which a system is susceptible to, or unable to cope with, adverse effects of climate change, including climate variability and extremes. Vulnerability is a function of the character, magnitude, and rate of climate variation to which a system is exposed, its sensitivity, and its adaptive capacity (IPCC, 2001 apud BROOKS, 2003, p.5)¹⁶.

A partir do terceiro relatório, a vulnerabilidade passou a ocupar lugar de

¹⁵ Na medida em que a mudança do clima pode danificar ou prejudicar um sistema, que depende não apenas da sensibilidade de um sistema, mas também da sua capacidade de se adaptar às novas condições climáticas (tradução nossa). WATSON, R. T. ZINYOWERA, M. C., and MOSS, R. H. (eds.): ‘Climate Change 1995’, in Impacts, Adaptations and Mitigation of Climate Change: Scientific-Technical Analyses, Cambridge University Press, Cambridge, 1996.

¹⁶ O grau em que um sistema é suscetível a, ou incapaz de lidar com os efeitos adversos da mudança climática, incluindo variabilidade climática e os extremos. Vulnerabilidade é uma função do caráter, magnitude e taxa de variação climática ao qual um sistema é exposto, sua sensibilidade e sua capacidade adaptativa (tradução nossa).

destaque no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, ao figurar-se como um dos principais temas do II Grupo de Trabalho, junto com impactos e adaptação às mudanças do clima (O'BRIEN et al., 2004). Em 2007, foi publicado o quarto e mais recente relatório do IPCC, e, conforme dito anteriormente, a vulnerabilidade é definida como: “grau de suscetibilidade ou incapacidade de um sistema para lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, inclusive a variabilidade climática e os eventos extremos de tempo” (IPCC, 2007b, p.28). As definições de vulnerabilidade de acordo com IPCC, e desde o início, são orientadas por um foco específico na exposição dos sistemas a determinado evento de risco relacionado às mudanças do clima e a capacidade destes de lidar com tais mudanças, sobretudo no período após o impacto. Os eventos externos possuem muita importância em tais definições, sobretudo, porque eles determinam o nível de vulnerabilidade do sistema. Quanto maior a gravidade de um evento, maior suscetibilidade é projetada para o sistema. Entretanto, como havíamos dito, não existe um consenso entre os pesquisadores da temática em relação a uma definição conceitual de vulnerabilidade. Existe, sim, um debate em que é colocada a seguinte questão: a vulnerabilidade é determinada puramente pelas características internas de um sistema ou ela depende só da probabilidade de que um sistema vai encontrar um risco particular?

Adger e Kelly (2000) realizaram uma revisão teórica e metodológica das abordagens que retratam a temática de vulnerabilidade relacionado às mudanças do clima. De acordo com os dois autores, os estudos sobre a vulnerabilidade poderiam ser resumidos em duas abordagens teóricas e metodológicas, a saber: vulnerabilidade como *ponto final* e vulnerabilidade como “ponto de partida”. Vulnerabilidade como ponto final seria resultado da interação entre impactos de mudanças do clima e o processo de adaptação empreendido. O impacto da interação do evento ameaçante com o sistema, e a capacidade de mitigação do mesmo, revelam quão vulnerável é ou não. Por seu turno, a vulnerabilidade como “ponto de partida”, seria um estado, resultado de vários processos de carácter ambientais e sociais, mas que podem ser agudizadas pelos eventos relacionados às mudanças do clima (KELLY; ADGER, 2000). Esta perspectiva está preocupada com as condições anteriores ao impacto e a possibilidade de reduzir os impactos dos eventos ameaçantes.

De acordo com O'Brien et al (2004), a forma como a vulnerabilidade é definida terá implicações na ação dos tomadores de decisão política, assim como diferentes interpretações poderá resultar em diagnósticos diferentes do problema de mudanças do clima e, conseqüentemente, resultará em diferentes tipos de soluções. Na próxima seção, apresentaremos com mais detalhes as duas abordagens teóricas e metodológicas acima referidas.

1.6 - A vulnerabilidade como “ponto final”

De acordo com Adger e Kelly (2000), esta perspectiva tem como ponto de partida o estudo de dimensão natural das mudanças do clima, a saber: projeções de tendências futuras emissões, desenvolvimento de cenários climáticos, impacto biofísico. Após compreender tais aspectos, busca identificar as possibilidades de adaptação e, por fim, avaliar o grau de vulnerabilidade do sistema. Significa dizer que, a vulnerabilidade é determinada, em grande medida, pelos eventos físicos ameaçantes, por isso, a necessidade de uma especial atenção em relação aos mesmos. As conseqüências adversas ocorridas na interação dos eventos com o sistema, definem o grau de vulnerabilidade do sistema, ou seja: a vulnerabilidade é medida pelo número de mortos, o nível de destruição das infraestruturas, o impacto na economia, etc. Diante disso, a avaliação de vulnerabilidade deveria ser condicionada a estimativas do potencial de mudança do clima e as respostas adaptativas (ADGER; KELLY, 2000).

De acordo com O'Brien *et al* (2004), o diagnóstico dos eventos biofísicos relacionados às mudanças do clima constitui a principal preocupação desta perspectiva. Geralmente, as soluções proposta pelo mesmo são as seguintes: reduções de emissões de gases de efeito estufa e redução da sensibilidade dos diversos agentes econômicos, setores sociais e ambientais etc. Ainda segundo os autores, as ciências exatas e naturais teriam um papel central nesta abordagem, na medida em que elas constituem os principais instrumentos de diagnóstico dos problemas ambientais, bem como principais provedores de soluções. Soluções estas que passam pela promoção de adaptações técnicas, através de produção e transferência de tecnologia de países menos suscetíveis para os mais suscetíveis;

aumento de fonte de financiamento, bem como o foco em questões de equidade e compensação (O'BRIEN *et al*, 2004). Segundo O'Brien *et al* (2004), a definição de vulnerabilidade na perspectiva do IPCC (1994, 2001, 2007b), teria muita proximidade com a abordagem “ponto final”, na medida em que, entre outras similaridades, ambos priorizam os aspectos biofísicos da vulnerabilidade em detrimento dos aspectos estruturais do sistema social.

Como apresentaremos na próxima sessão, ao contrário da primeira, a abordagem “ponto de partida” concentra seu foco no prognóstico, através das condições sociais anteriores, com objetivo de diminuir vulnerabilidades atuais e futuras.

1.7 - A vulnerabilidade como “Ponto de Partida”

Enquanto a abordagem “ponto final” define a vulnerabilidade em termos de capacidade de adaptação, a abordagem “ponto de partida” avalia vulnerabilidade independente de previsões de comportamento adaptativo, ou seja do que vai ocorrer após o impacto (ADGER; KELLY, 2000). Sua análise concentra-se, antes de tudo, na avaliação de provável sensibilidade do sistema, o que inclui a sua capacidade de resposta diante dos efeitos adversos. Este passo, de acordo com Adger e Kelly (2000), constitui o ponto de partida para qualquer análise de impacto. Todavia, a análise de vulnerabilidade deverá estar sempre ligada a um risco específico ou um conjunto de riscos. Em outras palavras, podemos dizer que a exposição é um dos principais determinantes da vulnerabilidade e, embora sejam autônomos, não existe um sem o outro, por isso, revela-se importante explicitá-lo.

A vulnerabilidade diz respeito a capacidade dos indivíduos e grupos sociais para responder a - ou seja, para lidar com, recuperar ou adaptar-se - qualquer *stress* externo colocado em seus meios de subsistência e bem-estar, com foco no desenvolvimento sócio-econômico e restrições institucionais que limitam a capacidade de responder de forma eficaz (ADGER; KELLY, 2000). A adaptação, nesse caso, dependerá da capacidade de redução de vulnerabilidade no período anterior ao impacto do evento adverso previsto. Ao fundo, esta abordagem procura a avaliar a capacidade de resposta de indivíduos e grupos frente a um

stress específico, ao identificar as sensibilidades que, porventura, possam limitar ou aumentar a sua capacidade de resposta.

A analogia com a metáfora do “soldado ferido”, ilustra bem a fundamentação desta perspectiva. Um soldado ferido deitado em pleno campo de batalha, ou seja com as suas capacidades de resistência, em grande medida, limitada, encontra-se em riscos de ataque. A sua vulnerabilidade, no entanto, não se deve a possibilidade de ser atacado ou ser morto pelo inimigo, mas pela sua ferida anterior que o impossibilita lutar de igual para igual, ou mesmo, decidir por uma opção diferente. Assim, a vulnerabilidade deverá ser definida pelo estado existente (a ferida existente) e não por aquilo que pode ocorrer no futuro (qualquer ataque mais) (ADGER; KELLY, 2000). Devido o foco nos fatores pré-existentes que restringem a capacidade de responder, de acordo com os dois autores, não será necessário uma definição precisa de potenciais impactos, nem das medidas de adaptação a serem levados a cabo, como propõe a primeira abordagem.

Adger e Kelly (2000) chamaram atenção para o carácter especulativo da abordagem “ponto final”. Segundo os dois autores, cada vez que se tenta prever o futuro, tanto por meio de projeções de eventos de risco, como pela projeção de possíveis impactos, maior incerteza se cria. E a incerteza é geradora de insegurança que, por seu turno, coloca os mais suscetíveis em dúvidas em relação a sua capacidade de redução de vulnerabilidade e, por conseguinte, adaptar-se a mudança que porventura possa ocorrer. Além disso, a vulnerabilidade social coloca em pauta a questão dos valores, e, conforme os autores supracitados, as suas aspirações para o futuro. Por exemplo, pode afetar a percepção do grupo em relação a sua vulnerabilidade, a intersubjetividade, aos seus valores, fazendo com que suas recomendações estejam mais pautadas em intervenções de carácter paliativas, em lugar de medidas consistentes de medio a longo prazo.

O indicador final desta abordagem conceitual, segundo Adger e Kelly (2000), é o contexto institucional, que, de acordo com os mesmos, tem a ver com as estruturas políticas formais, as regras do jogo, as normas sociais e culturais. Decorre disso, a necessidade de compreender a “arquitetura dos direitos”, os fatores sociais, econômicos e institucionais de um sistema, na medida em que

estes influenciam, em grande medida na promoção ou restrição das opções para adaptação. De acordo com O'Brien *et al.* (2004), além de permitir ao pesquisador identificar a capacidade de adaptação de indivíduos e grupos, a abordagem ponto de partida também permite-o ter uma visão em relação as oportunidades e limitações para implementação de políticas de adaptação específicas. Ou seja: é possível prever, ainda que com algumas limitações, a possibilidade de sucesso ou fracasso de políticas planejadas com objetivo de fazer face aos desafios da vulnerabilidade. Ainda de acordo com os mesmos, esta abordagem permite a adaptação à incerteza, que tem sido cada vez mais identificado como uma característica distintiva da mudança ambiental e de sua política.

Embora as duas abordagens se dediquem ao estudo da vulnerabilidade relacionada às mudanças do clima, os pontos de convergência são quase inexistentes, comparado aos pontos de divergências, tanto teóricas, quanto metodológicas. O'Brien *et al.* (2004) concluem que a diferença entre a abordagem "ponto final" e abordagem "ponto de partida" reside no fato de que o primeiro tem como objetivo inicial quantificar a vulnerabilidade às mudanças do clima. De acordo com os mesmos, as questões colocadas pela abordagem "ponto final" são: "Qual é a extensão do problema das alterações climáticas?" E "Os custos das alterações climáticas superam os custos de mitigação de gases de efeito estufa? " A ocupação territorial seria usada como critério para classificação dos indivíduos e grupos sociais mais vulneráveis, ou seja, os que vivem em áreas mais suscetíveis às mudanças físicas do clima seriam, nesse caso, os mais vulneráveis. No entanto, estudos sociais também têm sido empreendidos por pesquisadores que seguem essa abordagem, mas, utilizam-na como complementares aos estudos dos aspectos físicos, fugindo, desse modo, por completo do cerne da questão posta pela abordagem ponto de partida (O'BRIEN *et al.*,2004). Como havíamos referido, as soluções apontadas por esta abordagem, geralmente, são de caracter técnico, como a necessidade de uso de tecnologias mais sofisticadas, como barragens, diques, cujas consequências, de acordo com Pittock (2000 apud O'BRIEN *et al.*, 2004) pode tornar a sociedade mais vulnerável no longo prazo, porque pode levar a maiores investimentos e concentração de população em locais sujeitos a riscos climáticos.

A abordagem ponto de partida, por seu turno, de acordo com O'Brien et al (2004), teria como objetivo inicial identificar as causas de vulnerabilidade e a forma como ela é distribuída num determinado sistema. Ela coloca as seguintes questões: "Quem é vulnerável às mudanças do clima e por quê?" E "Como pode ser reduzida a vulnerabilidade?" Ainda que o foco principal seja os fatores sociais, esta perspectiva reconhece a influência de condições biofísicas no processo de vulnerabilização dos sistemas, estas, contudo, possuem um papel secundário.

De acordo com Adger (2006), a relação de determinação entre a capacidade de adaptação e o PIB dos países são paradoxais, na medida em que existem estudos que mostram que muitos grupos sociais, por exemplo, da região do Sahel, no continente africano, possuem conhecimentos locais e experiência para lidar com variabilidade; portanto, possuem uma capacidade significativa de adaptação. Nesse sentido, de acordo com o mesmo autor, tais conclusões são limitadas, por não refletirem a complexidade, a diversidade e a riqueza dos fatos sobre causas e consequências da vulnerabilidade às mudanças do clima.

Segundo Adger (2006), a maior parte de "vulnerabilidade vivida", que se refere à experiência de vulnerabilidade vivenciada por um indivíduo ou por grupos sociais, decorre da percepção de insegurança, sendo esta segurança caracterizada no seu nível mais baixo, ou seja, mais do que insegurança alimentar e de bem estar econômico, mas também a liberdade de luta e conflito. Os indivíduos ou grupos sujeitos em uma determinada situação de vulnerabilidade se vêm em frente a uma situação de incapacidade de resolução de seus problemas, devido às opções limitadas que conseguem vislumbrar no futuro. Posto isso, Adger (2006) sugere que devemos levar em conta dois aspectos muito importantes na pesquisa em vulnerabilidade relacionados às mudanças do clima. Primeiro, é preciso considerar a diferença existente entre vulnerabilidade, riscos objetivos e aqueles percebidos, isto é: os estudos majoritariamente, concentram suas análises nas condições objetivas dos riscos. No entanto, a percepção da vulnerabilidade e a experiência para com a mesma, geralmente, é muito diferente entre os pesquisadores e os próprios sujeitos de pesquisa. Esta percepção e experiência própria, muitas das vezes, podem definir a importância que ambos dão ao assunto. O sentimento de insegurança gerado pelas mudanças do clima,

pode variar muito a depender das experiências anteriores ou da percepção que a comunidade possui sobre um determinado evento ameaçante.

A *vulnerabilidade vivida*, de acordo com Adger (2006), é um desafio para os pesquisadores desta área, tanto para os construcionistas, quanto os realistas.

Segundo, diz respeito a desafio de gestão de vulnerabilidade e implementação de soluções de governança às mudanças ambientais. De acordo com o autor, os indivíduos e grupos sociais mais vulneráveis, na maioria das vezes, são excluídos do processo decisório, de acesso ao poder e aos recursos. Por isso, conclui Adger (2006), há necessidade de reconhecer a pluralidade de tipos de conhecimentos e de sistema de governança. A concentração do poder decisório nas mãos dos técnicos e planejadores de políticas públicas, no mais das vezes, resulta na redução de vulnerabilidade daqueles que estão melhor posicionados para tirar vantagens das instituições do Estado, ou seja, os que estão melhores organizados politicamente, ao invés daqueles que são realmente mais vulneráveis.

Em consonância com a última perspectiva, Acselrad (2006), por um lado, considera a vulnerabilidade como fruto de um processo socio-histórico, por isso, sugere o uso de um termo alternativo: “vulnerabilização”. Por outro lado, a condição de vulnerabilidade seria decorrente das relações sociais estabelecidas entre as diferentes partes em interação, a partir, sobretudo, de um campo de disputa do poder. Por exemplo, a relação entre o Estado e as minorias sociais de uma determinada sociedade.

De acordo com Acselrad (2006), o processo de vulnerabilização seria conotado frequentemente a três aspectos: individuais, político-institucionais e sociais. Quando se opta por uma explicação a partir do indivíduo, a este é incumbido, em grande medida, o sucesso ou insucesso de suas escolhas e ações e, por conseguinte, é responsabilizado pela condição social em que se encontra. Significa dizer, que o foco da análise muda completamente do processo social para o indivíduo, considerando-o somente como ator de suas ações, e não, necessariamente, como parte de uma relação em que as “práticas político-institucionais” entrariam também como fator de vulnerabilização de determinados indivíduos ou grupos sociais. Para contornar esta compreensão da

vulnerabilidade, o autor sugere que os vulnerabilizados sejam concebidos “como vítimas de uma proteção desigual” (ACSELRAD, 2006, p.1). Ao se focar na responsabilidade e na capacidade de resposta do Estado e não dos indivíduos, poder-se-ia compreender os mecanismos que contribuem para que um sujeito se torne vulnerável e, só assim, se poderá alterar as formas de relação e processos decisórios políticos que servem de mecanismos de vulnerabilização dos menos protegidos. Para o autor, é importante deixar patente, a priori, que a proteção aos cidadãos é da inteira responsabilidade dos Estados, assim um dos principais variáveis de análise, quando se requer compreender o processo de vulnerabilização, deveriam ser, os processos pelas quais a “capacidade de defesa” dos grupos sociais é diminuída, por um lado, e as medidas do Estado com vistas à proteção deste mesmo grupo, ou seja, que ações estão sendo empreendidas com intuito de minimizar o processo de vulnerabilização, por outro lado.

A esse conjunto de relação anteriormente citado, Acselrad (2006) denomina de “relação de vulnerabilidade”. Segundo o mesmo:

Se a vulnerabilidade é decorrência de uma relação histórica estabelecida entre diferentes segmentos sociais, para eliminar a vulnerabilidade será necessário que as causas das privações sofridas pelas pessoas ou grupos sociais sejam ultrapassadas e que haja mudança nas relações que os mesmos mantêm com o espaço social mais amplo em que estão inseridos (ACSELRAD, 2006, p.2).

Significa dizer que avaliar os mecanismos de distribuição de proteção do Estado entre os diferentes grupos sociais é essencial para encontrar formas de respostas eficientes para diminuir o processo de vulnerabilização. Ante o processo de vulnerabilização, as exigências de tomada de medidas concretas por parte do Estado variariam conforme o contexto e o grupo social. Conforme salienta Acselrad (2006, p.3):

Sabemos que os grupos sociais convivem com horizontes e expectativas de vida distintas: quanto mais estreito for o arco das expectativas, maior a propensão a aceitar condições, em outras circunstâncias, momentos e lugares, inaceitáveis.

Em outras palavras, os grupos socialmente menos favorecidos tendem a se conformar com medidas paliativas e pouco efetivas, em grande medida, isso por que são fortemente destituídos tanto de recursos materiais, como de recursos simbólicos, o que inclui sua capacidade de vocalização política. Tais relações produzem o que o autor denomina de “superposição de carências”.

Em geral, de acordo com Acselrad (2006), existe uma disputa pela autoridade de definir e nomear os vulneráveis, conjunto de discursos precipitam em tal sentido. Essa disputa visa não somente a nomeação por parte dos atores envolvidos de acordo com sua aceção de vulnerabilidade como também define e direciona as medidas a serem tomadas em face de tal vulnerabilidade. Nela envolve geralmente, Estado e movimentos sociais que procuram denunciar a desumanidade de tais condições. Nessa disputa, no mais das vezes, interesses pessoais e institucionais são velados. Conforme Salienta Acselrad (2006, p.4):

[...] Pode ocorrer, assim, uma espécie de retórica “transferencial”: alega-se preocupação com as populações em situação de “risco social” para empreender, de fato, ações de proteção da própria empresa contra o risco que a sociedade pareça oferecer aos seus negócios. Ou então um discurso eufemístico típico de organismos multilaterais: textos do Banco Mundial nomeiam as populações a serem deslocadas compulsoriamente para a construção de barragens pelo setor elétrico como “populações em risco de empobrecimento”... ou “em risco de mobilidade social descendente” quando descreve-se os que apresentam “desvantagem competitiva em sua capacidade de responder a crises e acessar a estrutura de oportunidades econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade” (**grifo do autor**).

Por fim, assevera o autor, sendo a vulnerabilidade decorrente de formas específicas de relação e não uma “carência”, “a oferta compensatória de bens” não poderá servir como medida eficaz ao seu combate é necessária sim uma contextualização e caracterização dos processos dos processos pelos quais os sujeitos são vulnerabilizados, com vistas a interrompê-las posteriormente.

A revisão do estado da arte dos estudos sobre vulnerabilidade nos possibilitou, entre outros, compreender melhor as várias concepções existentes em torno do conceito, bem como direcionar a perspectiva de análise do nosso trabalho. Em se tratando da análise do modo como os documentos oficiais,

PANA (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU) e IPCC (2007b) concebem as comunidades vulneráveis, em particular os povos tradicionais do continente africano e a análise do imaginário social de tais povos tradicionais tendo como método um estudo de caso. Acreditamos que o conceito de vulnerabilização de Acelrad nos ofereceu melhores subsídios para a análise preconizada neste trabalho.

CAPITULO 2 – GUINÉ-BISSAU: ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS

2.1 - Breve história contemporânea da Guiné-Bissau

A atual configuração territorial da Guiné-Bissau começou a ser desenhada no final do século XIX e início do século XX, com a sua invasão e colonização por Portugal após a conferência de Berlim que ocorrera entre 1884 e 1885. Nessa conferência foi decidida a divisão e a invasão do continente africano pelas potências europeias. A ocupação política e militar que constituía um dos requisitos básicos para o reconhecimento da posse da colônia por parte dos signatários do acordo de Berlim (SANTOS, 1989) começou em 1901, com a chamada “campanha de pacificação” do que viria a ser denominada Guiné Portuguesa. As investidas do imperialismo português, contudo, se depararam com grandes focos de resistência por parte dos diferentes grupos autóctones. “Mas a insubordinação mais importante dar-se-ia em 1907 na região de Cuór, a qual está [...] ligado o nome de Infali Sonco” (LOPES, 1989, p. 247). Este foi um dos principais nomes da resistência dos autóctones frente ao domínio português, durante os primeiros anos do processo de dominação colonial.

Além da superioridade bélica dos portugueses, a sua “campanha de pacificação” foi favorecida, sobretudo, por dois aspectos locais: a resistência isolada dos autóctones e o uso do “fogo amigo” contra os mesmos.

Tomando como marco inicial a delimitação do atual território da Guiné - 1886 -, podemos afirmar que, nessa altura, nenhum dos grupos étnicos que formavam a sua população estava organizado num estado mais ou menos centralizado, não existindo relações evidentes de dominação entre eles. Esses grupos coexistiam de forma um tanto pacífica, em territórios mais ou menos delimitados e com algumas relações de troca, cuja amplitude e natureza variavam segundo os grupos e áreas (SANTOS, 1989, p.191).

Com efeito, estes, ao responderem às agressões dos portugueses, fizeram-no de forma isolada e não através de uma ação conjunta e coordenada; algo, em princípio, muito difícil de ocorrer, devido ao contexto histórico acima descrito. Por

outro lado, de acordo com Lopes (1989), frente à resistência que encontrara, Portugal estabeleceu alianças estratégicas com alguns chefes locais que haviam perdido suas possessões a favor de outros grupos ou os que simplesmente pretendiam expandir suas possessões e manter alianças. Com isso, nos meados de primeira quinzena do sec. XX, sob o comando de Teixeira Pinto, Portugal conseguiu “pacificar” a Guiné, passando assim a ter domínio político e militar sobre todo o território. Esta, no entanto, se deu por meio de ataques violentos e de grande crueldade, com registro de casos de massacres de aldeia inteira de autóctones.

Portugal dá início à segunda fase de ocupação e consolidação do domínio, com implementação de leis e estatutos territoriais. Em 1930, foi publicado o ato colonial. Este documento, conforme salienta Lopes (1989, p.251):

[...] consolidava um colonialismo centralizador, estimulante indispensável para o crescimento do grande capital, pelas medidas protecionistas que preconizavam. As colônias devem servir a grande burguesia metropolitana e proporcionar um surto industrial à custa de capitais que vão sendo acumulados no comércio colonial. Na Guiné é sobretudo a exploração da borracha e a especulação comercial que contribuem para esta estratégia.

Diferentemente de suas outras colônias, Moçambique, Angola e Cabo Verde (SEMEDO, 2009), a Guiné Bissau, não serviu como colônia de povoamento; o interesse da colonização focou-se sobretudo na exploração dos recursos naturais, e da mão de obra barata, com condições análogas a escravidão, utilizada na produção de matérias primas necessárias para alimentação das indústrias na metrópole. O modo de administração colonial adotado pelos portugueses, contudo, proporcionou o estabelecimento de relações sociais que, em condições normais, demorariam mais tempo para ocorrer, ou talvez nunca chegassem a ocorrer. Conforme aponta Santos:

A ocupação efetiva do território traz consigo dois fatores fundamentais que terão enorme influência no “aumento” das relações entre os diversos grupos étnicos:

- A integração progressiva de toda a população num mercado econômico único.
- A instalação de uma administração centralizada, e o conseqüente aparecimento dos primeiros centros urbanos, e um veículo de comunicação administrativa, a língua portuguesa (SANTOS, 1989, p.192).

Lopes (1989, p. 255), contudo, vai um pouco mais ao fundo da questão, ao afirmar que:

as conseqüências da introdução, na Guiné, de modo de produção capitalista não apagou a chama da resistência. Os colonialistas viram-se assim obrigados a enfraquecer a coesão da sociedade africana, criando uma elite autóctone, educando certo número de “indígenas”, possibilitando o acesso de certos africanos a cursos universitários, formando quadros técnicos, ao mesmo tempo em que enfraqueciam o poder dos chefes tradicionais e das estruturas de que estes dependiam, transformando-os em fantoches, com um decréscimo de influência popular.

Os grupos pertencentes à nova classe social que se formara, sobretudo os mestiços, seriam considerados cidadãos portugueses de segunda classe. A sua formação teria, como um dos motivos, o estabelecimento de um novo tipo de colonialismo baseado na substituição, num primeiro momento, dos colonos na administração pública pelos autóctones; principalmente, em cargos de segundo escalão. É no seio desta classe que, mais tarde, se conformará a ideia do nacionalismo guineense. O afrouxamento considerável dos seus laços com os grupos étnicos de origem, o maior contato com os colonos e a relação de subordinação em relação aos mesmos, além de melhor conhecimento do contexto político local, nacional e internacional, entre outros, influenciaram, em grande medida, o surgimento de uma atitude mais crítica em relação à sua condição de colonizado.

Amilcar Cabral, seu irmão Luis Cabral e mais outros quatro companheiros, quais sejam: Aristides Pereira, Inácio Júlio Semedo, Fernando Fortes e Elisée Turpin fundaram, no dia 19 de setembro de 1956, o Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) (SEMEDO, 2009), durante uma reunião clandestina realizada em Bissau, então capital da Guiné Portuguesa. Essa organização que possui um caráter particular, por ser um partido binacional¹⁷, foi

¹⁷ Para aprofundar o assunto vide Semedo, 2009.

um dos movimentos anti-colonialismo de maior sucesso, tanto em nível do continente africano, quanto em nível mundial. Esse sucesso, de acordo com Semedo (2009), deve-se, em partes, a grande capacidade de liderança e de articulação política de Amílcar Cabral. Filho de país cabo-verdianos, nascido em Bafata, região leste da Guiné-Bissau, ainda criança, muda-se com a família para Cabo Verde, onde conclui o seu ensino médio. De lá, partiu para Portugal com uma bolsa de estudo para frequência do curso de Engenharia Agrária no Instituto Superior de Agronomia (ISA), em Lisboa. Durante sua residência em Portugal, Cabral constrói amizade com estudantes advindos de outras colônias portuguesas, nomeadamente: Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Da convivência que resulta desse encontro, nascem convicções políticas e ideológicas que mais tarde viria a transformar-se em movimentos anticoloniais nos seus respectivos países de origem.

O contexto internacional que se vivia à época, a independência e o reconhecimento pelas Nações Unidas de alguns países africanos, a Guerra Fria e o apoio dado aos movimentos independentistas pela maioria dos países comunistas e por alguns países africanos recém descolonizados, influenciaram, em certa medida o nascimento do PAIGC (SEMEDO, 2009). O movimento começou reivindicando a transição do poder dos colonialistas para os autóctones de forma pacífica. Para isso, muitas tentativas de negociação foram empreendidas, sem sucesso. No entanto, o estopim para o início de uma ação mais concreta, foi o “Massacre de Pindjiguiti”, ocorrido em 3 de agosto de 1959, onde trabalhadores em greve foram violentamente reprimidos pela administração colonial, resultando em dezenas de mortos e centenas de feridos (SEMEDO, 2009, p.16). A partir desse acontecimento, o PAIGC começa suas ações de sabotagem no campo e preparação para uma ação mais efetiva. Em 23 de janeiro de 1963, já com uma condição melhor em termos materiais e de recursos humanos, daria início a uma violenta luta armada pela independência que viria a terminar somente onze anos depois. Em 1973, por motivos de contradições internas, Amílcar Cabral foi assassinado no dia 20 de janeiro, por companheiros de armas, aliados ao colonialismo português. No mesmo ano, em 24 de setembro, tendo reconquistado a maior parte do território nacional, PAIGC, declara

independência unilateral, que viria ser a reconhecida pelo governo português, após um ano, em 10 de setembro de 1974.

Após a independência, a recém-nascida Guiné-Bissau, precisava se afirmar como um Estado independente, capaz de prover a sua população as condições mínimas, como educação, saúde e saneamento, assim como precisava envidar esforço para prosseguir uma tarefa que parecia mais complexa, que seria a construção de um Estado-Nação de fato. Os primeiros anos da independência foram caracterizados por grandes desafios. A situação social herdada da colonização portuguesa era caracterizada por pouca oferta educacional, saúde e, sobretudo, o empobrecimento da grande maioria da população, resultado, em grande medida, do modelo econômico colonial, baseado essencialmente na exportação de produtos agrícolas e recursos minerais (EMBALO, 1993) e adoção de relações de trabalho análogas à escravidão.

Com efeito, dois complexos desafios se apresentavam: um, em nível nacional e o outro, em nível internacional. Em nível nacional, o desafio se apresentava de forma mais complexa. O país era caracterizado por um estado de carência de tudo: recursos financeiros, instituições estatais consistente e estrutura administrativa eficiente, infra-estruturas favoráveis ao desenvolvimento socioeconômico e, principalmente, de recursos humanos suficientemente qualificados para levar adiante as reformas políticas necessárias para superação dos problemas herdados do Estado colonial. Em nível internacional, o país precisava alargar as bases de suas alianças políticas e buscar a consolidação das já existentes. Durante a Guerra Fria, embora tivesse um apoio declarado, principalmente, dos países comunistas durante a luta-anticolonial, Amílcar Cabral sempre procurou não tomar partido de forma clara e buscou sempre apoio das duas partes para concretização dos seus objetivos. Para o mesmo, nem o comunismo, nem o capitalismo, a Guiné-Bissau precisava encontrar um modelo político próprio para sua realidade sócio-histórica (TOMÁS, 2007). Essa mesma perspicácia parece que faltou ao PAIGC no período pós-independência. Foi adotado um modelo de partido único com características muito próximo ao socialismo, e uma relação privilegiada com países como a Ex-União Soviética, a China e Cuba. Contudo, de acordo com Fernandes (1993, p.14):

A prioridade em consolidar e reforçar o poder estatal e manter a estabilidade a todo o custo, refletida na crescente tendência para a centralização burocrática obsessão com a “segurança”, teve como consequência isolar a liderança da população (grifo do autor).

De acordo com muitos analistas, não houve um corte drástico com as políticas coloniais. Semedo (2009), por exemplo, sugere que houve se não um processo de troca de dominação estrangeira para dominação dos nacionais. Em relação a isso, de acordo com Fernandes (1993, p.16):

Na tentativa de consolidar a soberania a nível econômico, [PAIGC] não só tentou monopolizar o comércio externo, mas também tentou controlar as atividades comerciais internas, tal como fizera o Estado colonial. Mas foram feitos escassos esforços para melhorar as infra-estruturas físicas e as condições de mercado herdadas, para estimular e expandir a produção e o comércio. Consequentemente, houve uma escassez generalizada de produtos de primeira necessidade e, de modo crescente, os produtores rurais viraram-se para o mercado informal e o contrabando de mercadorias através das fronteiras – tal como faziam nos tempos coloniais.

O partido único, instituído logo após independência, manteve-se durante dezesseis anos dando início, em 1990, ao processo de abertura política. No ano 1994 são realizadas as primeiras eleições presidenciais e legislativas. Entretanto, a mudança projetada em termos de melhorias efetiva de condição de vida da população do país não se concretizaram devido, sobretudo, a má gestão dos bens públicos, o autoritarismo, os conflitos no interior do partido governante etc (SEMEDO, 2009).

De acordo com Semedo (2009), as disputas pelo poder e conflitos no interior do PAIGC constituiu um dos grandes entraves ao desenvolvimento da Guiné-Bissau. Intentonas, golpes de estado e assassinatos deliberados são uma constante na história do país. A década de 1980 foi marcada por sucessivos momentos de sobressaltos político-militares. O primeiro deles foi o golpe de Estado de 1980 liderado por João Bernardo Vieira (Nino Vieira) contra o então presidente Luis Cabral. Entre outras consequências, ocorreu a separação da unidade entre Guiné-Bissau e Cabo Verde¹⁸. Na mesma década houve dois acontecimentos de alegadas tentativas de golpe de Estado seguido de ajuste de

¹⁸ Para aprofundar o assunto vide Semedo, 2009.

contas. No entanto, um dos acontecimentos chamou atenção tanto da opinião pública nacional como internacional, que foi o caso 17 de outubro, que culminou em assassinatos de oficiais militares e políticos de alto escalão do PAIGC, havendo neste caso imbricações étnica (SEMEDO, 2009). No final da década de 1990, concretamente no ano de 1998, o país imergiu numa guerra civil colocando, de um lado, o então presidente Nino Vieira¹⁹, apoiado por militares do Senegal e da Guiné Conakry, e de outro lado, um grupo militares, paramilitares e civis sob a liderança do brigadeiro Ansumane Mané ex-chefe de Estado Maior. O conflito durou onze meses, terminando com a deposição e exílio de Nino Vieira. Volvidos treze anos após o início do conflito, o país ainda vive em sucessivas situações de instabilidade político-militar. Durante esse período, foram assassinadas altas figuras políticas e militares, das quais três chefes de Estado Maior e um Presidente da República em exercício. A Guiné-Bissau, como a grande maioria dos países africanos, não se tornou totalmente independente. O funcionamento do Estado depende, em grande medida, de ajudas financeiras dos parceiros multilaterais. Nos primeiros anos de independência, a situação, todavia, era mais delicada. De acordo com Cardoso (1996), na primeira década do PAIGC no poder, foi adotado um modelo econômico mais próximo do socialismo.

Esta opção tinha sido motivada essencialmente por duas razões. Por um lado, a ajuda recebida dos países socialistas e particularmente da então União Soviética tinha que ser de alguma forma reconhecida, ao mesmo tempo que se deviam criar condições internas para que, através de um relacionamento de “novo tipo”, se pudessem preservar os “aliados naturais”. Por outro lado, os países que tinham ensaiado um modelo de desenvolvimento de tipo liberal viram as suas estratégias fracassadas (CARDOSO, 1996, p.15)

Esse modelo, contudo, não vingou no contexto social guineense. Além dos problemas internos nos primeiros anos da independência dos quais falamos, para Cardoso (1996), a crise na antiga União Soviética, nos finais da década de 1970 e

¹⁹ Após seis anos de exílio em Portugal, Nino Vieira voltou à Guiné Bissau para disputar eleição, da qual foi vencedor como candidato independente [...]. Não conseguiu terminar outra vez o mandato pelo qual foi eleito, tudo porque no dia 2 de março de 2009 foi assassinado por um grupo de militares, supostamente revoltados com o assassinato do chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, general Baptista Tagme na Waie (SEMEDO, 2009, p. 92).

início de 1980, teve fortes reflexos na Guiné, pois aquele era seu maior e principal parceiro internacional à época.

Para superação de tal situação, uma das medidas adotadas foi a liberalização da economia com adoção de vários planos de desenvolvimento. O mais importante deles foi o Plano de Ajustamento Estrutural (PAE), financiado principalmente pelo Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI). O PAE pressupunha uma reforma radical do modelo econômico em vigor, e entre os seus objetivos destacam-se: a liberalização completa do comércio interno e externo (para fazer jogar as leis do mercado); privatização das empresas públicas e restrição da função econômica do Estado. Todavia, de acordo com Embalo, o sucesso de tal reforma:

[...] pressupõem uma economia homogênea, isto é, sem disparidades em termos de organização da produção e das relações de produção, e uma base produtiva diversificada de forma a permitir um acesso ao mercado concorrencial a todos os agentes econômicos. (EMBALO, 1993, p.56).

Estes requisitos, entretanto, estavam longes do contexto socioeconômico guineense; pelo contrário, os moldes em que a reforma foi concebida e executada, não teria mínimas condições para alcançar resultados satisfatórios. Conforme Embalo (1994), existiriam um conjunto de gargalos que precisavam ser observados durante o processo de concepção e execução da reforma, quais sejam:

- dez anos de economia dirigida e com monopólio do comércio externo e industrial do Estado;
- 80% da população vivendo nas áreas rurais, numa economia informal de subsistência, pouco ou quase nada monetarizada, em que o objetivo essencial das trocas é a satisfação imediata de necessidade vitais (ausência da noção de acumulação alargada do capital);
- uma economia essencialmente agrícola, com uma base produtiva pouco diversificada e insuficiente para o provisãoamento do mercado interno (essencialmente produtos agrícolas, pequena

produção artesanal), tornando-se inevitável o recurso à importação, três vezes mais importante que as exportações;

- uma exportação dependente de um número reduzido de produtos agrícolas, sujeita a instabilidade do mercado internacional (tendência desfavorável dos preços e retraimento da procura);
- sistema deficiente de armazenagem e de comercialização de produtos, motivado, entre outros, por falta de infraestruturas económicas, formação dos agentes, etc;
- uma classe empresarial pouco numerosa e embrionária, com fraca capacidade produção, de investimento e de acumulação;
- inexistência de poupança interna;
- um setor informal urbano crescente, caracterizado em épocas de crise de abastecimento por trocas diretas de produtos;

Para a sociedade guineense, as consequências foram várias. Entre outras destacamos: o aumento da dívida internacional, o qual o país nunca conseguiu saldar, tendo sido perdoado a maioria dela somente em 2010; o aumento da desigualdade social; um pequeno grupo social, próximos ao regime, beneficiou-se dos créditos financeiros e das vantagens oferecidas pela nova política económica, enquanto a grande maioria da população viu a sua condição económica degradar ainda mais. Apesar do fracasso da primeira reforma, de acordo com Sylla (2002), durante o período de 1993 a 1997, o FMI financiou mais dois projetos de reformas estruturais, desta feita com um relativo sucesso.

Em 1997, a Guiné-Bissau passa a ser membro da União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), uma zona económica exclusiva com uma moeda única, o franco cfa, e da qual fazem parte mais sete países, a saber: Senegal, Togo, Costa de Marfim, Níger, Benin, Burkina Faso e Mali.

A partir de 1998, com o conflito político-militar que assolou o país, a sua débil economia entrou num estado muito crítico. Durante os primeiros anos pós-conflito (2000-2004), o produto interno bruto real (PIB) só progrediu 1% (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2005b); no ano de 2002, o PIB chegou a registar uma taxa de crescimento negativo de -7,2%.

Dados atuais do DENARP (REPÚBLICA DA GUINÉ- BISSAU, 2011a, p.8), mostram, contudo, um cenário relativamente diferente:

Após um longo período de recessão no início da década, seguido de uma leve recuperação em 2007, a economia da Guiné-Bissau entra numa nova dinâmica de crescimento a partir de 2008. Assim, apesar de um ambiente desfavorável (instabilidade política e institucional, graves carências de infra-estruturas econômicas de base, incluindo de energia e de transporte, o impacto da crise econômica internacional e do petróleo), a taxa de crescimento real foi em média de 3,2% em 2008 e 2009, uma melhoria acentuada em comparação com os resultados de 2006 e 2007 (1,2% em média). [...] Em 2010, esta taxa deverá chegar a 3,5%.

De acordo com o documento anteriormente citado, o setor da agricultura continua sendo o pilar da economia nacional guineense com um total de 60% na contribuição sobre PIB. Emprega 82% da força de trabalho e fornece mais de 90% das receitas de exportação do país. A exportação de castanha de caju, em seu estado bruto, representa 90% do total das exportações, e 17% das receitas do Estado. Esse cenário, porém, só demonstra que o modelo econômico em uso, embora tenha sofrido significativas adaptações, continua a ter por base o modelo colonial, caracterizado por exportações de produtos agrícolas e outros recursos naturais, em estado bruto (COMODITES). São poucas as indústrias transformadoras capazes de agregar valor aos produtos. Dominam a prática de importação massiva de produtos, sobretudo os alimentícios de primeira necessidade, entre elas, o arroz, a base da dieta alimentar no país. O fornecimento de energia e água potável constitui ainda um enorme desafio para o Estado guineense.

Na Guiné-Bissau pós independência, “o aparelho estatal e o partido único transformaram-se pouco a pouco e cada vez mais num instrumento em função do autoprivilegiamento da classe dirigente” (AUGEL, 1996, p.71). Apesar de haver, num primeiro momento, a substituição da elite colonial pelos “combatentes da liberdade da pátria”, o país conheceu um processo de modernização conservadora que teve como principais bases o autoritarismo e todos os males a eles associados, a saber: a violência, a corrupção, a insegurança, e a centralização do poder, tanto a nível pessoal quanto geográfico. Bissau, a capital, durante muito tempo, ainda que a condição social dos seus residentes não se

diferencie muito do resto do país, foi a única merecedora da atenção por parte do Estado, sendo a maior parte do país relegada ao abandono.

Volvidos quase 40 anos após a independência, a população do país ainda vive na esperança de uma mudança profunda e positiva na sua condição de vida. No entanto, os dados demonstram um cenário extremamente complexo. De acordo com o último relatório do PNUD (2010), a Guiné-Bissau encontra-se na posição de 6º pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), num universo de 169 países que compõem o ranking. Dados recentes do II Inquérito para Avaliação da Pobreza (ILAP) (REPÚBLICA DA GUINÉ- BISSAU, 2011a), indicam que, aproximadamente, 70% da população guineense vivem em condição de pobreza, sendo 33% em condição de pobreza extrema.

De acordo com II ILAP (REPÚBLICA DA GUINÉ- BISSAU, 2011b), 48,6% de indivíduos a partir de 15 anos são analfabetos, sendo que 62% do total são mulheres. Esse número chega a 73,8% se considerarmos o total de mulheres que residem fora da capital, Bissau. A pequena parcela da população que consegue ter acesso a educação oficial, na sua maioria residente nas zonas urbanas, depara-se como uma instituição deficitária, com sérios comprometimentos em termos de qualidade de serviço prestado. Dados do DENARP (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2005b, 2011a) revelam um cenário muito inquietante: em 2005, apenas 38% da população tinha acesso a um serviço de saúde de qualidade. Segundo dados do Banco Mundial (2008), atualmente, duas em cada dez crianças da Guiné-Bissau morrem antes de completarem cinco anos de idade. Doenças como paludismo, tuberculose, VIH/SIDA, assim como o ressurgimento frequente de cólera, constituem preocupação devido à dimensão que estão tomando, e a pouca eficácia na resposta das autoridades competentes. O acesso a água potável e saneamento básico permanecem sendo motivo de grande preocupação na Guiné-Bissau (BANCO MUNDIAL, 2008).

Em relação à saúde, um número importante da população recorre a diferentes sistemas tradicionais de curas existentes no país para resolução dos seus problemas. Isso se deve, por um lado, à legitimidade simbólica que a tradição possui na explicação da realidade objetiva e não objetiva da vida social. Além de fazer uso de remédios tradicionais para cura de doenças, acredita-se,

também, que alguns problemas que afetam a saúde física são decorrentes de enigmas espirituais, os quais só podem ser resolvidos por meio de procedimentos tradicionais realizados por pessoas na comunidade preparadas para tal. Por outro lado, o difícil acesso a rede pública de saúde, baixa qualidade de prestação de serviço, o custo alto do serviço prestado nas clínicas particulares e mesmo na rede pública, descrédito no sistema perito, tudo isso contribui para procura de instituições tradicionais de cura, cuja eficiência nem sempre é garantida, principalmente quando se trata das doenças dos tempos modernos.

Prestações de proteção social formal, como seguro de saúde e sistema de pensão, são privilégios de uma pequena parcela da população. Os programas de transferência de fundos do governo para os mais desfavorecidos têm impacto e abrangência limitados. Devido a estas limitações, vários grupos da população apoiam-se em estratégias informais de gestão de riscos, incluindo as redes sociais, bem como o apoio comunitário baseado na confiança mútua e em sistemas de poupança. (BANCO MUNDIAL, 2008, p.5)

De certo modo, as condições acima descritas justificam a esperança de vida a nascença na Guiné-Bissau que é de 47,4 anos, bem abaixo do indicador dos países da sua sub-região.

Vale ressaltar que a execução satisfatória do PANA, assim como vários outros projetos do Estado da Guiné-Bissau têm sido inviabilizadas pelas constantes alterações constitucionais e instabilidade político militar que o país vem sofrendo há quase uma década e meio. Devido essa relação de contingência, ultimamente, as instituições têm optado por projetos de curto e médio prazo, que ofereçam riscos menores em termos de tempo de execução. Devido à fraca consistência das instituições do Estado, as mudanças do regime têm se traduzido em fim dos projetos do Estado com os parceiros internacionais, sobretudo. Agenda do regime anterior é, no mais das vezes, descartada.

2.2 - Identidades, territórios (*Tchon*²⁰) e reprodução étnica na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau, como demonstramos anteriormente, é um país com grande diversidade étnica. Os grupos étnicos se diferenciam, em grande medida, pela língua, pelos costumes e práticas culturais tradicionais. Essa diversidade faz do conceito de etnia uma variável importante para análise e compreensão das dimensões políticas sociais do país. Essa é uma particularidade que vale a pena ressaltar, para uma melhor compreensão da relação das diferentes comunidades sociais com o seu território que, nesse trabalho, será referido como *tchon*, em referência ao termo nativo em uso na Guiné-Bissau.

A identidade guineense, pode-se dizer, foi forjada durante o processo de luta anti-colonial. O movimento libertação do país, liderado pelos autóctones, conseguiu promover a união de diferentes grupos sociais, que compunham a então Guiné Portuguesa, em torno do mesmo objetivo (LOPES, 1989). Desta união não só resultou a libertação física e política do país, como também dela resultaram novos atores sociais que viriam a ser denominados “novos homens”²¹. “Novos homens” seriam, na verdade, indivíduos que, por meio da educação formal, se “despreendem” dos valores que os tornavam reféns de sua etnia e solidariedade étnica e poderiam, a partir disso, forjar uma consciência nacional. Com isso, acreditava-se que o país, no período pós-independência, estaria livre de conflitos internos de caráter étnico-social.

Vale ressaltar que o MLN não engendrou por si só o processo de unificação do povo da Guiné-Bissau, embora fosse um elemento de capital importância no seu processo de construção. Esse projeto de unificação étnica não se realizou de todo. Entretanto, o movimento de criação da identidade alcançou grandes êxitos ao firmar uma elite política e econômica formada pelos “novos homens”, no sentido de que se tem uma primazia da identidade nacional que subsiste de forma hierárquica com as identidades étnicas. Guardadas as devidas proporções,

²⁰ Um termo nativo em crioulo da Guiné-Bissau, que significa território. Na Guiné-Bissau é utilizado para se referir a território étnico, ou seja, expressa a relação simbólica e sagrada entre os grupos étnico e seu território de residência, sobretudo.

²¹ A expressão “novos homens” está usada entre aspas, pois é assim que é nomeado, pelas pessoas do próprio movimento, um dos objetivos do MLN.

podemos dizer que se configurou uma relação de “sociedades englobantes”²², representada em grande medida pelos “novos homens” através do poder do Estado, e “sociedades englobadas” representadas pelos diferentes grupos étnicos remanescentes por meio do poder tradicional.

De acordo com Zocizoum (1988), a reprodução étnica refere-se a dois aspectos essenciais: o primeiro, o processo espontâneo ou não de destruição-conservação das etnias e que é, ao mesmo tempo, um processo dinâmico de diferenciação de classes e camadas sociais da sociedade moderna. O segundo, à forma como o Estado gera este processo, como o acelera, o trava e oculta a continuidade e a transformação das etnias.

Para compreender a dinâmica de reprodução étnica na Guiné-Bissau, destacaremos três aspectos importantes, a saber: a relação com a terra e o espaço étnico, as práticas espirituais e a língua.

2.2.1 - Reprodução do *tchon*

A relação com a terra e o espaço étnico refere-se à afinidade primordial que os grupos étnicos da Guiné-Bissau possuem com o território de origem. A terra é, antes de tudo, a base da subsistência destes grupos, visto que a maioria pratica agricultura. Todavia, as relações ultrapassam a dinâmica territorial, no sentido de que para estes “a terra, a base e fonte da vida, é sagrada; é uma unidade presente, soberana e dada como tal, não sendo nem apropriável, nem alienável” (ZOCIZOUM, 1988, p.12). Constitui espaço importante de reprodução étnica, e se restringe, no mais das vezes, à aldeia e o seu entorno. Esse espaço denomina-se *tchon*. *Tchon* serve de referência tanto para os residentes na aldeia quanto para os que vivem fora dela. Estes últimos, ainda que não conservem, em grande medida, os costumes tradicionais. É, sobretudo, na sua relação com o *tchon* que se manifesta a identidade étnica. Exemplo: guineense que se tenha ajustado a parte dos valores do mundo urbanizado, por vezes, mesmo sendo praticante da

²² Vide Amselle (2008)

religião católica, quando tem que realizar um ritual de iniciação ou cerimônia exigida pela sua pertença, por nascimento ou por outras formas de afinidades a uma determinada linhagem ou grupo étnico, é no *tchon* que ela tem que ser realizada, para que o ritual tenha validade simbólica e seja reconhecida pelo grupo ao qual pertencem.

Na Guiné-Bissau, por exemplo, é comum o uso de expressão “*tchon* dos Bijagó”, “*tchon* dos Balantas” e “*tchon* dos Mandingas”, para designar o lugar onde estes constituem maioria em termos de fixação e reprodução de seus valores sociais. “O país se apresenta como um mosaico de paisagens as quais expressam a riqueza cultural da pluralidade de povos que mantém e/ou reinventam suas identidades étnicas, na conformação singular de seu “chão” [*tchon*] (VALENCIO, 2009, p.228). Importante ressaltar que, ironicamente a relativa ausência das instituições do Estado moderno, o isolamento social a que os grupos não urbanizados são submetidos, a ausência de educação formal, que chegou servir como principal instrumento na conformação dos “novos homens”, constituem alguns dos fatores que possibilitam a reprodução e manutenção de muitos valores étnicos na sociedade pós-colonial guineense.

2.2.2 - Reprodução ligada às práticas religiosas

No que se refere à relação entre as diferentes formas de práticas espirituais na Guiné-Bissau, existem poucos estudos sobre a mesma. Essa é uma parte do trabalho que carece mais estudo teórico e empírico. A descrição e análise que se segue decorre da experiência do autor enquanto parte desta realidade. Diríamos que a relação entre as diferentes formas de práticas espirituais e étnicas se configura de modo muito peculiar, posto que a etnia e a prática espiritual são representadas como uma única coisa, uma só identidade no imaginário social de boa parte dos guineenses. Exemplo disso são as constante referências aos fulas e mandingas como etnias muçulmanas, por serem majoritariamente praticantes da fé islâmica, por um lado. Por outro lado, todos os não islâmicos são vulgarmente considerados cristãos, independente de praticarem ou não a fé cristã. As linhas são muito tênues entre a religião e a etnia.

Em caso de possível tensão ou conflito entre pastores fulas, conotados ao islamismo, e agricultores balantas, conotados ao cristianismo, ao invés de considerá-lo um conflito entre formas de reprodução da subsistência, no mais das vezes conflitantes, este poderá ser considerado tanto um conflito étnico como religioso. Significa dizer que a pertença desses grupos à uma identidade decorrente de práticas religiosas poderá escamotear os verdadeiros fatores do conflito, posto que a rivalidade maior, entre diferentes religiões e etnias, se sobrepõe, num primeiro momento, à qualquer explicação real dos fatos.

Os praticantes do animismo têm uma menor afirmação em termos de sua identidade espiritual, e são alvos, constante, do proselitismo por parte dos islâmicos e cristãos, posto que aceitam melhor o sincretismo. Este se refere, aqui, à fusão de crenças e práticas religiosas. Geralmente, ela funciona na relação entre o catolicismo e o animismo. Estas coabitam, embora não seja legitimado pela Igreja Católica. Já a Igreja Evangélica é muito menos tolerante em relação ao sincretismo.

O islamismo e o animismo constituem as duas maiores formas de práticas espirituais existentes na Guiné-Bissau em termos de números de praticantes. No entanto, o cristianismo se sobrepõe em termos simbólicos. O calendário do Estado ainda permanece aquele herdado da recente colonização portuguesa, onde as datas festivas da fé cristã estão todas incluídas e respeitadas. Atualmente se incorporou também as datas festivas da fé islâmica, embora num menor grau.

No imaginário social de parte dos guineenses, o cristianismo seria parte do processo civilizatório, enquanto as práticas animistas diriam respeito ao compromisso dos indivíduos com o seu grupo de origem e com o seu *tchon*. Tornar-se católico significa um passo importante para se tornar civilizado, condição indispensável para ser aceito na convivência dos indivíduos “civilizados” das áreas urbanas.

2.2.3 - Reprodução das línguas étnicas

Outro estudo que carece maior aprofundamento teórico e empírico é o papel da língua na reprodução identitária na Guiné-Bissau. O *kriol* de base léxica portuguesa se tornou, em relativamente pouco tempo, o idioma mais falado no país (DJALÓ, 1989). O seu uso em massa iniciou, sobretudo, durante o processo de descolonização, servindo-se como instrumento “neutro” de comunicação entre indivíduos de diferentes grupos étnicos. O *kriol* seria a principal língua de comunicação entre os chamados “novo homem”, e teria servido como instrumento de resistência e dominação cultural dos colonialistas. O surgimento de um novo grupo social e de uma nova língua, resultado de colonização, ao invés, de ascensão dos já existentes, permitiu escamotear as hierarquias existentes na sociedade guineense. Isto é, tanto o *kriol* como o “novo homem” são considerados o “jeito guineense” de ser, e se configuraram como modelo padrão, para os que estabelecem vínculos fortes com sua etnia. As línguas étnicas são, cada vez mais, restringidas aos espaços étnicos, sendo o *kriol* a língua de uso urbano. O *kriol* e, sobretudo o português, constituem mecanismos de diferenciação social, subsumindo as demais línguas nacionais. Nesse sentido, alguns aspectos da ideologia colonial ainda se encontram bem presentes.

2.2.4 - Relações inter- étnicas

Segundo Cardoso (1996), a integração entre as diferentes etnias que se verificou na Guiné-Bissau, torna complexo falar em clivagens étnicas rígidas, mesmo em relação à reprodução do *tchon*. Diferentes etnias convivem num mesmo *tchon* e estabelecem tanto de conflito como de cooperação, sendo que o ocupante tradicional é visto pelos “outros” como representante legítimo na relação simbólica e ancestral com o *tchon*.

O “tribalismo moderno” surge, portanto, como um sistema de elementos significantes que é manipulado tanto pelos dominantes quanto pelos dominados no interior de um espaço nacional ou internacional; é igualmente um meio de definição social e um sistema de classificação que dá a cada um sua posição no interior de uma determinada estrutura política (AMSELLE, 288, p.39).

Com efeito, pode-se dizer que existem tanto confluências quanto clivagens entre os grupos étnicos que compõem a população da Guiné-Bissau, contudo, as clivagens, por exemplo, não funcionam em nome de uma superioridade “natural” ou social dos grupos, ou seja, a partir de características essenciais, elas operam sim,

em conjunturas modernas política e economicamente dadas, tanto num sentido como noutro. Nestas condições, estão vazias do seu conteúdo e a sua evocação frequente levanta, sobretudo ideologismos ou etnocentrismos malévolos (ZOCTIZOUM, 1988, p.19).

Em geral, os sucessivos governos da Guiné-Bissau têm deixado os povos tradicionais do país à margem dos debates mais profícuos sobre o Estado da Nação. O povo tradicional foi e continua sendo alienado do poder e das relações políticas existentes. Os políticos mais astutos têm aproveitado sua pertença a uma determinada etnia para estabelecer uma relação instrumental com o seu grupo, exercendo influência e manipulação, tirando dividendos individuais. Esse *modus operandi* tem sido cada vez mais disseminada e assimilada pelos demais representantes políticos como a nova regra do jogo político na Guiné-Bissau. O contato do Estado e da classe política da Guiné-Bissau com os povos tradicionais após a abertura política em 1994, tem se restringido, no mais das vezes, aos momentos das eleições. Sendo esta a única forma de participação na democracia e no debate político que os povos tradicionais possuem atualmente.

No próximo capítulo, apresentamos o grupo social do nosso interesse, os Bijagó.

CAPITULO 3 - OS BIJAGÓ DE FORMOSA, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E O PROCESSO DE REPRODUÇÃO DA SUBSISTÊNCIA

Os Bijagó constituem um dos vários grupos étnicos da Guiné-Bissau, representando 2% da população total do país (JOSHUA PROJECT, 2011). Residem, na sua grande maioria, no arquipélago que leva o mesmo nome, onde tradicional e simbolicamente são reconhecidos como *donas do tchon*. Atualmente, não existe um consenso entre cientistas sociais e historiadores em torno da origem social e o período em que estes ocuparam as ilhas (BIAI; CARDOSO, 2008; CARDOSO; PEREIRA; CARDOSO, 2008).

Neste trabalho, contudo, demos prioridade à história social contada e partilhada pela própria comunidade, através de relatos orais. Nesse sentido, pediremos licença para reproduzir mais adiante, ainda neste capítulo, na integra a história da origem de uma das tabancas da ilha de Formosa: tabanca de Ambô. Isso nos possibilitará compreender melhor a base social e simbólica do conjunto de práticas sociais, políticas e religiosas do grupo estudado.

3.1 - Os subsídios da Teoria das Representações Sociais (TRS) para o estudo de caso dos Bijagó

A Teoria das Representações Sociais (TRS) é relativamente nova. De acordo com Jovchelovitch (2008), ela surgiu com o estudo pioneiro de Moscovici sobre a recepção da psicanálise na França, publicado na década de 1960. Tal estudo teve como objetivo entender o modo como diferentes grupos sociais da sociedade francesa entraram em contato com a psicanálise, assim como o uso e o imaginário social existente sobre a mesma. Isto é, buscou compreender o entendimento que os leigos possuíam daquela disciplina. Com aquele estudo, o autor pretendia compreender a dinâmica da construção e comunicação cotidiana do saber . De acordo com a Jovchelovitch (2008, p.88):

[...] a teoria das representações sociais luta contra a idéia de que o conhecimento cotidiano é distorção e erro; pelo contrário, ela tenta recuperar o status epistemológico dos saberes ligados à vida cotidiana e ao senso comum e “entender os entendimentos” que eles expressam.

Segundo Moscovici (2010, p.33), a TRS se encontra baseada na seguinte premissa:

[...] cada um de nós está [...] cercado, tanto individualmente como coletivamente, por palavras, idéias e imagens que penetram nossos olhos, nossos ouvidos e nossa mente, quer queiramos quer não, e que nos atingem, sem que o saibamos, do mesmo modo que milhares de mensagens enviadas por ondas eletromagnéticas circulam no ar sem que as vejamos e se tornam palavras em um receptor de telefone, ou se tornam imagens na tela de televisão.

Com efeito, Moscovici (2010) indica que o ambiente social poderia ser considerada como uma espécie de “atmosfera social e cultural”, a qual exerce uma importante influência sobre o modo de ser, de pensar e as práticas de indivíduos e grupos sociais que dele compartilham. Ao explicar como tais influências ocorrem, Moscovici (2010, p.34) sugere que elas se dão por meio da convenção e da prescrição, isto é, por um lado:

[...] elas convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo partilhado por um grupo de pessoas. Todos os novos modelos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele. Essas convenções nos possibilitam conhecer o que representa o quê: uma mudança de direção ou de cor indica movimento ou temperatura, um determinado sintoma provém ou não, de uma doença; elas nos ajudam a resolver o problema geral de saber quando interpretar uma mensagem como significante em relação a outras e quando vê-la como um acontecimento fortuito ou casual.

E por outro lado,

[...] as representações são prescritivas, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que esta presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado (MOSCOVICI, 2010, p.36).

Nesse sentido, os parâmetros de análise e as referências que indivíduos e grupos sociais possuem sobre a realidade, subjetiva, objetiva e intersubjetiva são anteriores aos mesmos, significa dizer que:

“[...] cada experiência é somada a uma realidade predeterminada por convenções, que claramente define suas fronteiras, distingue mensagens não significantes e que liga cada parte a um todo e coloca cada pessoa em uma categoria distinta (MOSCOVICI, 2010, p.35)”.

Ainda de acordo com esta perspectiva, com isso conclui-se que:

nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que esta condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções.²³

Assevera o autor, as representações sociais não são pensadas pelos indivíduos ou grupos sociais: estes simplesmente ressignificam as idéias dadas e que se encontram na realidade objetiva, as quais “repensam, re-citam e re-apresentam”. Mais do que isso, para o mesmo, as nossas representações sociais,

[...] são impostas sobre nós, transmitidas e são o produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações. Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente (MOSCOVICI, 2010, p.37).

Significa dizer que “[...] no que se refere à realidade, [...] representações são tudo o que nós temos, aquilo a que nossos sistemas perceptivos como cognitivos, estão ajustados” (MOSCOVICI, 2010, p.32).

²³ Loc. cit.

Não obstante o grande peso das estruturas sociais, a autonomia dos indivíduos, não é de todo anulado por estas, segundo Moscovici (2010). Há, sim, possibilidades destes tornarem-se conscientes das convenções que, em grande medida, influenciam na percepção de uma dada realidade objetiva e, assim, se livrarem das amarras que estes o impõem. Entretanto, ressalta o autor, é impossível os indivíduos se livrarem sempre de tais convenções, ao ponto de se viver livre de todos os preconceitos presentes numa determinada comunidade ou meio ambiente ideológico.

“Como comunidades diferentes, em diferentes contextos e com diferentes padrões culturais, constroem saber sobre o mundo?” Esta, de acordo com a Jovchelovitch (2008), constitui um dos questionamentos centrais da teoria das representações sociais.

De acordo com Moscovici (2010, p. 48), as representações sociais são construídas por meio da comunicação e da cooperação. Elas têm sua origem na interação entre dois ou mais indivíduos, onde, através de instrumentos simbólicos e da comunicação, tomam corpo e se materializam. Ao se materializar, contudo, “elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem”.

Em razão disso, estudar representações sociais significa procurar entender o modo como os indivíduos e grupos sociais buscam conhecer e compreender a realidade, tanto na sua dimensão subjetiva, como intersubjetiva e objetiva (JOVCHELOVITCH, 2008). Ou seja: “enquanto [...] [o ser humano] faz perguntas e procura respostas ou pensa e não enquanto ele processa informação, ou se comporta” (MOSCOVICI, 2010,p.43). Afirma, ainda, o autor supracitado: “[...] pessoas e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam” (MOSCOVICI, 2010, p. 45). Implica dizer que:

[...] existe uma necessidade contínua de re-construir o “senso comum” ou a forma de compreensão que cria os substrato das imagens e sentidos,

sem a qual nenhuma coletividade pode operar. Do mesmo modo, nossas coletividades hoje não poderiam funcionar se não se criassem representações sociais baseadas no tronco das teorias e ideologias que elas transformam em realidades compartilhadas, relacionadas com as interações entre pessoas que, então, passam a constituir uma categoria de fenômenos à parte. E a característica específica dessas representações é precisamente a de que elas “corporificam idéias” em experiências coletivas e interações em comportamento, que podem, com mais vantagem, ser comparadas a obras de arte do que a reações mecânicas (MOSCOVICI, 2010, p. 46).

Para que se possa compreender em que base se constroem e se fundamentam as representações dos indivíduos e grupos sociais, é preciso buscar entender em que consiste o seu “alimento para o pensamento” e o modo particular como ele é comunicado e compartilhado entre os membros de uma dada comunidade.

Existe, de acordo com Moscovici (2010), dois universos de conhecimento, isto é: dois ambientes de construção e comunicação do saber e das representações, quais sejam: universo reificado e o universo consensual. No universo reificado, conforme o autor:

[...] a sociedade é transformada em um sistema de entidades sólidas, básicas, invariáveis, que são indiferentes à individualidade e não possuem identidade. Esta sociedade ignora a si mesma e a suas criações, que ela vê somente como objetos isolados, tais como pessoas, ideias, ambientes e atividades. As várias ciências que estão interessadas em tais objetos podem, por assim dizer, impor sua autoridade no pensamento e na experiência de cada indivíduo e decidir, em cada caso particular, o que é verdadeiro e o que não o é. Todas as coisas, quaisquer que sejam as circunstâncias, são, aqui, a medida do ser humano (MOSCOVICI, 2010,p.50).

A este universo pertencem a ciência, a técnica, o sistema perito, etc.; nele, as regras do conhecimento são baseadas no uso da razão carteseana, no distanciamento e na imparcialidade do indivíduo para com o objeto de interesse. Esta sociedade é reconhecidamente desigual: nem todos estão autorizados a falar, geralmente esse ambiente é constituído por um grupo restrito de pessoas, onde a autoridade dos indivíduos é definida pela competência que os mesmos possuem em dada matéria, ou seja, funciona de acordo com o mérito.

No universo consensual, por seu turno:

[...] a sociedade é uma criação visível, continua, permeada com sentido e finalidade, possuindo uma voz humana, de acordo com a existência humana e agindo tanto como reagindo, como um ser humano. Em outras palavras, o ser humano é, aqui, a medida de todas as coisas (MOSCOVICI, 2010, p. 49).

Ainda de acordo com Moscovici (2010), o universo consensual é também caracterizado pela igualdade e liberdade dos indivíduos. Nele, cada membro tem possibilidade de falar em nome do grupo com o aval do grupo, isto é: parte-se do pressuposto de que todos possuem sua competência própria, mas que, no entanto, estes compartilham de conhecimentos próprios do grupo, fazendo com que cada um se reconheça no outro, ou seja, existe uma identidade que caracteriza o grupo. Devido isso, afirma o autor:

as representações [...] restauram a consciência coletiva e lhe dão forma, explicando os objetos e acontecimentos de tal modo que eles se tornam acessíveis a qualquer um e coincidem com nossos interesses imediatos (MOSCOVICI, 2010, p. 52).

Conforme Moscovici (2010), o fim último de todas as representações é tornar familiar algo não familiar; isto é, as representações sociais que são frutos de universos consensuais constituem um lugar de conforto e de segurança, onde os corpos ali presentes recusam qualquer possibilidade de estranhamento.

“Em seu todo, a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas (MOSCOVICI, 2010, p.55)”. A possibilidade de perder suas referências, a ameaça da descontinuidade, de acordo com o autor, é insuportável para os indivíduos e grupos sociais. Com isso, buscam sempre “re-apresentar” as suas representações, isto é: transfere-se o que constitui ameaça, o que é perturbador do seu universo exterior; nesse caso, desconhecido, para o interior, o conhecido. A transferência, todavia, ocorre por meio de dois aspectos centrais no processo de representação social, a saber: a ancoragem e a objetivação.

A ancoragem é o processo através do qual os indivíduos e grupos sociais transformam algo estranho, em sistemas de categorias a qual comparam com um paradigma de uma categoria que lhe é familiar ou que lhe seja apropriada

(MOSCOVICI, 2010). Em suma, ancorar significa classificar, atribuir nome a um determinado objeto. De acordo com Moscovici (2010), algo não classificável, isto é: que não se enquadra em nenhuma das categoriais familiares aos indivíduos, é visto como um fator de risco e de ameaça para os mesmos. Por isso, a ancoragem é uma forma de normatizar os objetos, ou seja, é uma maneira de julgá-lo a partir dos padrões normativos do indivíduo que o avalia.

Com a ancoragem os indivíduos procuram localizar um lugar para o objeto estranho dentro do seu quadro de referência, sendo que seu “objetivo principal é facilitar a interpretação de características, a compreensão de intenções e motivos subjacentes às ações das pessoas, na realidade, formar opiniões (MOSCOVICI, 2010, p. 70)”.

A objetivação, por seu turno, consiste em materializar a idéia, ou seja: transformar uma determinada idéia ou teoria em algo que possa ser visto na realidade objetiva. Isto é:

A defasagem entre a representação e o que ela representa é preenchida, as peculiaridades dos fenômenos, ou do ambiente ao qual eles se referem, tornam-se a referência real do conceito. Todos podem, por isso, hoje em dia, perceber e distinguir as “repressões” de uma pessoa, ou seus “complexos” como se eles fossem suas características (MOSCOVICI, 2010, p. 74).

Os indivíduos e grupos sociais, através de seu referencial transformam suas representações em realidade. Todavia, conforme salienta o autor, as referências utilizadas por estes, em geral, são várias, não se restringindo a um único parâmetro de análise. A compreensão da diversidade existente é de capital importância para das diferentes formas de representação social existente numa dada sociedade.

A TRS nos possibilitou entender em que base as representações sociais ou imaginário social dos Bijagó se sustentam. Isto é, os paradigmas que embasam a sua expressão discursiva, bem como suas ações diante das transformações que estão ocorrendo no ambiente natural do seu entorno.

3.2 - Suporte da metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) para o estudo do caso dos Bijagó

Para organização dos dados recolhidos durante a pesquisa de campo, recorreremos a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), proposto por Fernando Lefèvre e Ana Maria Cavalcanti Lefèvre (2000). A metodologia do DSC foi criada no intuito de servir de complemento ao estudo das representações sociais, oferecendo uma proposta inovadora de organização de dados, de acordo com os autores.

De acordo com Lefèvre e Lefèvre (2000), os discursos que expressam representações sociais de uma dada comunidade se autonomizam, na medida em que eles deixam de pertencer aos indivíduos que os expressam, para se constituir em um conjunto de discursos pertencentes ao grupo em que os mesmos se encontram, ou seja: a representação toma a forma do coletivo em detrimento do individual. Com isso, mais do que uma “soma aritmética”, elas são constituídas por pedaços de diferentes discursos expressados pelos indivíduos, que, ao se misturar, formam um discurso coerente.

É importante observar que o conteúdo do DSC é composto por aquilo que um dado sujeito individual falou e também por aquilo que poderia ter falado e que seu “companheiro de coletividade” atualizou “por ele” já que o pressuposto sociológico de base é que o DSC é a expressão simbólica do campo a que ambos pertencem e da posição que ocupam dentro deste campo, ou de uma cultura organizacional (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2000, p. 30)

Para melhor compreensão de sua proposta metodológica, Lefèvre e Lefèvre (2000) propõem que concebamos o imaginário social como uma espécie de “meio ambiente ideológico”, que do mesmo modo que o meio ambiente físico, exercem influências, de forma objetiva e subjetiva, sobre indivíduos que compartilham uma dada realidade social. Com isso, estes tendem a produzir discursos semelhantes ou, no mais das vezes, complementares.

Neste modelo, contudo, os indivíduos particulares da pesquisa, não são identificados pelo seu discurso, na medida em que cada um representa o coletivo.

[...] Podemos dizer que o pensar dos indivíduos atuando e interagindo no dia-a-dia da vida social, tanto no plano sincrônico quanto no diacrônico, expressa-se através de uma série de conteúdos que, reunidos, acabam, juntamente com outras fontes discursivas, conformando o meio ambiente ideológico, do qual cada pessoa ou grupo de pessoas, vivendo na formação social, nutre-se e embebe-se de forma natural e espontânea, para pensar e emitir seus juízos particulares, dar explicações ou justificativas sobre os mais variados temas [...] (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2000,p. 34)

Ainda de acordo com os autores, esta metodologia, todavia, não foi pensada no intuito de responder a questão do tipo: “o que as pessoas pensam sobre o tema x, mas a outra questão: o que se pode pensar sobre o tema x” (LEFÈVRE; LEFÈVRE,2000, p. 34). Em outras palavras,

[...] o pensar das pessoas sobre o tema x não é apenas o equivalente ao conteúdo que eventualmente verbalizam nas entrevistas, mas além e mais do que isso é aquilo que podem pensar, ou seja, o que está no horizonte de pensamento de uma dada cultura. Isto significa, por exemplo, que o pensamento de um dado indivíduo pode incluir também aquilo que outros indivíduos socialmente equivalente verbalizam por ele²⁴.

De acordo com Lefèvre e Lefèvre (2000), o DSC pode ser construído através de quatro figuras metodológicas, a saber: a ancoragem, a idéia central, as expressões-chave e o discurso do sujeito coletivo. Estes podem ser utilizados de forma ordenada, isto é: do modo linear, respeitando a ordem acima apresentada, assim como, em alguns casos, poderia ser apresentado de forma aleatória.

Em seguida, passaremos a apresentação de cada uma das figuras metodológicas, o modo como pode ser utilizado, bem como a sua importância no processo de construção do DSC.

De acordo com os autores, grande parte de discursos são ancorados, significa dizer que estes, em geral, estão baseados em pressupostos, teorias, conceitos e hipóteses. As ancoragens podem ser dissipadas através de marcas linguísticas contidas nos discursos, seja ela de que natureza for. Contudo, esse processo requer um conhecimento profundo do grupo em estudo por parte do pesquisador, para que, mesmo nos mínimos detalhes, consiga separar o discurso

²⁴ Loc. cit.

da sua âncora, e, assim evitar uma interpretação equivocada do que seja ancoragem.

Segundo Lefèvre e Lefèvre (2000), num depoimento, a idéia central, é aquela afirmação ou conjunto de afirmações que permitem ao pesquisador decodificar o essencial dos discursos dos indivíduos e grupos sociais.

“As expressões-chave são constituídas por transcrições literais de partes dos depoimentos, que permitem o resgate do essencial do conteúdo discursivo dos segmentos em que se deve o depoimento” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2000, p.18). Em geral, o DSC é construído pelo conjunto das expressões chaves extraído nos discursos recolhidos. Conforme os autores, elas “são uma espécie de “prova discursivo-empírica” da “verdade” das idéias centrais e das ancoragens e vice-versa”²⁵. Significa dizer que ao fazer a transcrição literal dos discursos, o pesquisador os apresenta da forma como foi expressado pelos indivíduos da pesquisa (sujeitos da pesquisa), podendo o leitor analisar a pertinência e a veracidade do conjunto do discurso organizado sob a forma de DSC.

Segundo Lefèvre e Lefèvre (2000), o DSC tem como proposta a “redução da variabilidade discursiva empírica”. Entretanto, conforme salientam os autores:

[...] com o DSC, os discursos não se anulam ou se reduzem a uma categoria comum unificadora, já que o que se busca fazer é precisamente o inverso, ou seja, reconstruir, com pedaços de discursos individuais, como em um quebra cabeças, tantos discursos-síntese quantos se julgue necessário para expressar uma dada “figura”, ou seja um dado pensar ou representação social sobre um fenômeno (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2000, p. 19).

O DSC procura apresentar o essencial de um imaginário social a partir da síntese dos discursos enunciados pelos indivíduos que compartilham do mesmo. O discurso, segundo os autores, constitui o modo mais fiel de representar a forma como indivíduos reais pensam e se expressam.

A elaboração do DSC obedece a seguintes passos (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2000, p.20):

²⁵ Loc. cit.

- a) Decomposição dos discursos em estado bruto e seleção de principais ancoragens e/ou idéias centrais presentes em cada um dos discursos individuais e em todos eles reunidos;
- b) Realizada a decomposição analítica, busca-se a reconstrução do discurso da representação social.

Em geral, os discursos podem ser organizados de duas maneiras:

- A) Na primeira forma (Forma A), analisam-se cada depoimento e extraem-se, de cada um, as diferentes (mas complementares) Ideias Centrais e suas respectivas Expressões- Chaves. Em seguida, agregam-se ou “somam-se”, as Ideias Centrais e/ou suas Expressões- Chave para obter o DSC.
- B) Na segunda forma (Forma B), analisam-se cada depoimento, extraíndo-se as Ideias Centrais. Em seguida identificam-se as Ideias Centrais iguais ou equivalentes e suas respectivas Expressões - Chave.

Entretanto, existe uma terceira via, que seria o uso das duas formas em simultâneo, para construção dos discursos do sujeito coletivo (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2000). Nesta pesquisa optamos pela segunda forma.

Lefèvre e Lefèvre (2000), contudo realçam que existem algumas regras básicas a serem observadas no processo de construção do DSC, com vista a oferecer maior qualidade e confiabilidade ao “produto final”, quais sejam: a coerência, posicionamento próprio, nesse caso a originalidade deve vir de quem o expressa em relação ao assunto em pauta.

Ainda de acordo com os autores, tendo em vista que o objetivo do DSC é fazer com que o discurso coletivo pareça, ao mesmo tempo, expressado por uma só pessoa, torna necessário efetuar algumas alterações nos pedaços selecionados de discursos, com vista a limpar algumas particularidades que ali possam aparecer, como, por exemplo: um discurso que se refere a uma pessoa em particular. Por outro lado, como foi citado anteriormente, a narrativa dos discursos deve ser bem encadeada para que possa apresentar sequência clara e coerente.

O DSC nos permitiu fazer uma análise mais aprofundada dos dados levantados, isto é: entre vários discursos e representações sobre as transformações que estão ocorrendo no ambiente existentes no contexto social do grupo estudado, foi possível extrair aquele que entendemos ser o genuíno, baseando, principalmente, na sua fundamentação argumentativa.

3.3 - Como foi descoberta a tabanca de Ambô

De acordo com Ferreira (2009), *antigamente, as ilhas Bijagós não eram povoadas. Segundo a história, havia Irãs²⁶ que saíam do sul, concretamente no Tchon Nalu, à procura da residência. Eram duas gerações: Orakuma e Ogubani. Foram primeiro para Orango, depois para Uno e daí foram para a ilha de Karaz; e foi a partir desta é que se deslocaram para a ilha Formosa. O primeiro rio que visitaram nesta ilha foi o de Ankapandja. A ponta de Kadiguer, um lugar à beira mar foi também outro local visitado. Desceram da piroga e Mancabo, da geração dos Ogubani, disse a seu irmão Oronho para tomar o sítio e que dele fizesse um local para a cerimónia de fanado²⁷ das mulheres da geração de Ogubani e local onde os defuntos pudessem dançar (ponta do fanado de Kadiguer). Embarcaram de novo e depois de se terem afastado da ponta de Kadiguer, avistaram os poilões da tabanca Kumpada e dirigiram-se para lá. Ao chegarem, visitaram o local e daí, seguiram viagem para a ponta do mato da tabanca de Ambo. Ao chegarem, verificando que o lugar era bonito, Mancabu virou-se para o Ukante, da geração dos Orakuma, e disse-lhe que tomasse esse lugar e o fizesse o local de cerimónias dos homens. E foi assim que este mato à beira do rio de Ankapandja passou a ser a ponta de fanado dos homens da geração dos Orakuma. Continuaram a viagem em descobertas de outras zonas da ilha. Foi assim que chegaram ao porto de Ankanankina entre as tabancas de Ambo e Cabinhate.*

Foi daí que Oronho, Wamembaña e Ekinera subiram para a margem e caminharam até descobrirem Cabinhate. Mancabo, Weto, Ukante, Esoro e Nopoko, que também se juntaram à caminhada e chegaram a um poço chamado

²⁶ Entidade sagrada de práticas espirituais animista, existente na maioria do povo tradicional da Guiné-Bissau.

²⁷ Um dos principais e mais sagrados cerimoniais de iniciação dos Bijagó.

Anébogo (local de pedras). Aí, Mancabo e Weto decidiram fundar a sua tabanca, propriedades dos Ogubanis. Exonrô, Ukante e Nopoko continuaram a caminhar com decorridos uns 300 metros, chegaram num grande poilão, e ao constaterem que o local era bonito e agradável, decidiram instalar-se ali e chamaram-lhe Ansô. E foi assim que esta zona passou a ser propriedade dos Orakumas. Mais tarde, Exônôr, disse ao seu irmão mais novo, Nopoko que se deslocasse um pouco mais adiante para um outro local que ele achava bonito e que aí fundasse uma nova tabanca. Anjopandja. Passado pouco tempo após a criação da tabanca, faleceu o filho de Mancabo. Na hora do enterro, tentaram abrir a cova mas não conseguiram porque havia muitas pedras neste local tal como o seu próprio nome (Anébogo). Esoro e Ukante disseram ao Mancabo que lhe iriam mostrar um outro lugar melhor e aí poderiam enterrar o seu filho e fundar uma nova tabanca.

E foi assim que surgiu a tabanca de Ambô que embora pertencente à geração de Orakuma, foi-lhe permitido instalar-se aí e os homens grandes pediram-lhe para ser o responsável dessa tabanca. O Mancabo respondeu-lhes que estava contente do cargo que lhe era atribuído, mas gostaria de agradecer em primeiro lugar a bondade destes homens grandes por terem permitido enterrar o seu filho. Depois, ele tentou ser claro para eles ao lhes dizer: “Concordo com a vossa proposta de ser responsável e vigilante da tabanca contra todos os males que poderão advir mas façamos um acordo. Tenho um tocador de bombolom e queria que, sempre que houver uma cerimónia de fanado na tabanca, seja ele a fazer todas as manifestações até às pessoas irem para o mato.”

Não pediu grande pagamento, somente 2 litros de feijão, porque ele era da tabanca e devia também contribuir como toda a gente. Como a tabanca de Ambo faz fronteira com Akuno, Abu e Ankadaque e as comunidades destas outras tabancas invadiam frequentemente as matas pertencentes à geração de Orákuma. Ukante, como irmã mais velha, chamou os seus irmãos para uma reunião a fim de escolher onde cada um deveria instalar-se para vigiar e controlar a fronteira do seu território.

Após verificação dos limites fronteiriços, ficou decidido que o Nopoko, ficaria instalado numa zona de poilões e controlaria a fronteira que passa perto das

tabancas de Soié, Acuno e Ankadaque. Foi assim que, mais tarde, surgiu este local conhecido por Pandja surgindo aí a tabanca.

Assim, os moradores de Pandja são originários de Ambo, eram pessoas que foram vigiar a mata da mulher grande Ukante. Ela e os seus irmãos disseram ao Nopoko, que além da vigia da mata, ele iria ser responsável da tabanca de Pandja. Desta forma, Mancabo, da geração dos Ogubanes passaram ser os controladores e responsáveis pela segurança do povo de Ambo. E como o irã Ambo foi levado para Pandja para apoiar Nopoko na vigilância dos limites fronteiriços, todas as cerimónias de N'dôdô da tabanca de Ambo (última fase de cerimónia dos homens) passaram a ser feitas em Pandja. Foi esse facto que deu importância cultural a esta. Nesta viagem em descoberta de novos lugares para povoar, viajava no grupo um feiticeiro. Um dia, durante a viagem, o fogo que levavam apagou-se. Então, pediram a este feiticeiro que fosse buscar o fogo mas este recusou, alegando a distância ser longa. Depois, pensando, disse para os que o acompanhavam: “Se eu conseguir fazer fogo, qual será o meu pagamento?” Os responsáveis pelo grupo responderam-lhe: “O teu pagamento será ter o direito de matar todas as pessoas que adoecerem na tabanca”. Foi assim que surgiram os feiticeiros nas tabanca e estes passaram ser amigos dos irãs. Daí dizer-se que quando morre alguém doente devido ao feiticeiro este não é inimigo dos parentes do defunto, mas sim reclamou um pagamento dum acordo feito em tempos passados.

Esta história constitui o que se chamaria “mito fundador” da tabanca de Ambô, assim como esta última, todas as tabancas Bijagó possuem sua história de origem, as quais, no mais das vezes, são transmitidas por anciões à geração mais nova durante cerimónias e ritos de iniciação, sendo, por isso, no mais das vezes, tais informações de carácter sigilosa e sagrada (*mandj²⁸*), e os indivíduos sujeitos à “penalização”, em caso de defasar a informação numa esfera social não apropriada. As tabancas Bijagó, em geral, constituem unidades socio-políticas autonômas em relação aos demais da mesma ilha (SILVA, 2007; CARDOSO; PEREIRA; CARDOSO, 2008). De acordo com vários autores, para a compreensão do modo como a sociedade Bijagó se organiza, é necessário levar em conta dois

²⁸ Mecanismo tradicional de proibição de práticas sociais desviantes e uso indevido e abusivo dos recursos da natureza cuja punição, no mais das vezes, é relegada aos ancestrais.

aspectos essenciais, a saber: o sistema de *djorçon* (referido na história reproduzida como geração) e a chamada categoria de idade ou *mandjuandad*²⁹.

Na sociedade Bijagó a comunidade possui várias sub-dimensões, entre elas a dos ancestrais, onde se enquadram os mortos, os espíritos sagrados, os *Irãs*, estes últimos são considerados a origem social da comunidade, e constituem para os Bijagó a *djorçon* em essência, o corpo a partir do qual todos os Bijagó descendem. Por terem sido os *Irãs* os primeiros a habitar as ilhas, de acordo com o imaginário social Bijagó: “tendo feito primeiramente o pacto com a terra, isto é, o estabelecimento de regras e procedimentos para a manipulação da terra, considerada como sagrada, necessitando de atos propiciatórios para sua utilização” (SILVA, 2007, p. 57). O contrato social por estes estabelecido, constitui ainda hoje a base da vida social dos Bijagó, em grande medida, determina a existência de relação harmônica dos Bijagó com a natureza, sendo os *Irãs* parte integrante desta última.

Existem, em geral, quatro *djorçon*: Ominka, Ogubane, Oraga e Orakuma (SILVA, 2007; CARDOSO; PEREIRA; CARDOSO, 2008). Em algumas ilhas, como são os casos de N’ago, Tchediã, Caraxe e Caravela além das quatro, existem por volta de mais seis *djorçons*³⁰. No entanto, das quatro existentes em todas as comunidades Bijagó, cada uma possui poder sobre um determinado elemento da natureza:

Ogubane - poder do fogo;

Oraga – poder da chuva e dos ventos;

Ominca – poder das plantas medicinais

Orácuma - poder do *tchon*

Posto isso, pode-se dizer que a condição *sine qua non* para que o indivíduo seja considerado um Bijagó reside no fato deste descender de uma destas *djorçons*. É no seio daqueles que são ascendentes diretos da *djorçon* dona do *tchon* que são escolhidos homens e mulheres para serem líderes políticos e

²⁹ Grupo de pessoas pertencentes a mesma classe social com base em iniciação tradicional.

³⁰ Para maiores informações sobre este assunto vide Cardoso, Pereira e Cardoso (2008)

religiosos, responsáveis, em grande medida, pela manutenção do pacto com a terra estabelecida por seus ancestrais (SILVA, 2007). O pertencimento, nesse caso, advém da matrilinearidade, isto é, o indivíduo adota a origem social da mãe.

Entretanto, se a nascença constitui um motivo de diferenciação social, o processo de socialização pela qual as pessoas passam, reequaciona as formas de diferenciação dentro do grupo. Isto é, nas comunidades Bijagó, de acordo com Silva (2000, p.69), “todos os indivíduos têm as mesmas oportunidades de obter o *status*, poder e riqueza, sendo a idade o elemento propiciador a cada pessoa de *garandez*, tornando-a um integrante do Etute (Conselho dos Grandes)”. Nesse sentido, o processo de socialização do indivíduo Bijagó, seja rapaz ou rapariga, é marcado sobretudo, por um conjunto de cerimônias e ritos de iniciação, pelas quais todos os membros da comunidade, que se queiram legitimados a sua pertença e participação efetiva nos processos decisórios dentro do grupo, devem passar (SILVA, 2007; CARDOSO; PEREIRA; CARDOSO, 2008). Em geral, nas comunidades Bijagó, a diferença social é pautada, sobretudo pelo sistema de classe de idade ou *mandjuandadi*.

A definição da posição social do indivíduo é prescrita pelas categorias de idade, correspondentes a um estágio definido do ciclo de vida, determinando os direitos e deveres de cada um para com o grupo. Desse modo, o indivíduo é integrado lentamente no corpo social, num longo processo de socialização, pelo qual se faz a transmissão dos conhecimentos concernentes à sociedade e sua organização, bem como à produção e suas técnicas (SILVA, 2007, p.69).

A idade é um aspecto importante na sociedade Bijagó. Todavia, ela não é fundamental, sendo a participação nas cerimônias e ritos de iniciação de capital importância para a mobilidade social dentro do grupo. A idade condiciona, em certa medida, a participação em uma determinada cerimônia de iniciação, no entanto, ela não é central na passagem de uma *mandjuandadi* à outra, muito menos na conquista de prestígios dentro do grupo. Na medida em que um indivíduo não iniciado mesmo que seja um adulto ou um idoso, tem uma série de limitações no processo de participação e de tomada de decisão dentro do seu grupo de origem.

A pertença à uma determinada *mandjuandadi* tem a ver com a partilha dos mesmos valores e códigos sociais internalizados durante as cerimónias e ritos iniciáticos, realizados, em geral, em lugares de carácter sagrado e distantes da tabanca. Tanto os homens como as mulheres têm reservados os seus próprios espaços sagrados nas tabancas para cerimónias e ritos de iniciação.

[...] todos avançam, lentamente, em direção à *grandeza*³¹, sendo que os mais moços devem se submeter aos que estejam acima deles, prestando-lhes (70) obediência e tendo de lhes pagar grandeza com diferentes produtos: óleo de palma, vinho de palma, peixe, arroz, tabaco, tecido etc.³²

Ao todo, são oito grupos de *mandjuandadi*, subdivididas de seguinte modo:

Quadro 3: Representação de diferentes grupos de *mandjuandadi*

Fases	Categorias Maculinas	Categorias Femininas
1	Recém-nascido (B. Neea)	Recém nascido (B.Neea)
2	Criança pequena (B. Ongbá)	Criança pequena (B.Ongbá)
3	Criança (B.Cadene)	Criança (B.Cadene)
4	Adolescente (B.Canhocam)	Adolescente (B.Canhocam)
5	Rapaz (B.Cabaro)	Mulher casada (B.Ocanto)
6	Jovem adulto (B.Camabi)	-----
7	Adulto (B.Caxuca)	-----
8	Homem grande (B. Ocoto)	Mulher grande (B.Ocoto)

Fonte: SILVA, 2007.

No quadro 3, apresentamos uma aproximação do que seria as diferentes fases, *mandjuandadi*, de um indivíduo Bijagó, no entanto, vale ressaltar que ela varia de comunidade para comunidade ou de ilha para ilha, podendo em algumas ilhas, respeitar a outros tipos de categorias que não sejam as apresentadas. Por exemplo, em algumas ilhas, um indivíduo em fase de canhocam pode atingir a idade de 25 até 30 anos antes de passar a fase de cabaro, não sendo por isso, este necessariamente um adolescente.

³¹ Fase adulta em que o indivíduo passa a ser ancião ou anciã da tabanca.

³² Loc. cit.

De acordo Cardoso, Pereira e Cardoso (2008), algumas fases, como são os casos de B. Neea e Ongbá, não são necessariamente *mandjuandadi*, isto é, constituem simplesmente fases sociais da vida de um indivíduo. Significa dizer que estas são “isentos” de deveres e direitos para com a comunidade. Em fase B. Neea, por exemplo, a educação seria reservada ao núcleo familiar, aos pais e aos demais familiares. A partir de Cadene, contudo, os indivíduos vão sendo introduzido às práticas mais socializantes, envolvendo todo o grupo, os homens se ocupam da socialização dos meninos e as mulheres se ocupam das meninas. Pode-se dizer que é ali, também, que começa o processo da construção da identidade de gênero, da diferenciação em torno de actividades ligadas à produção da subsistência e da ocupação social reservada a cada um dos gêneros.

Embora o sistema de *mandjuandadi* na comunidade Bijagó seja uma condição social presente tanto no processo de socialização dos homens como das mulheres, de acordo com Cardoso, Pereira e Cardoso (2008), é entre os homens que este assume uma maior importância. Em se referindo aos homens, a fase de Cabaro, de acordo com Silva (2007), é a mais marcante para o indivíduo Bijagó. Ela é caracterizada por muitas festas e danças. Em certa medida, pode-se dizer que é uma fase de permissividade, onde o iniciado é permitido a extrapolação, goza plenamente da sua juventude assim como prepara-se também para a vida adulta. A fase subsequente, Camabi, ao contrário de Cabaro, é caracterizada por privações. Nesta, o indivíduo passa a assumir maior responsabilidade perante seu grupo, junta-se aos mais velhos na realização de cerimônias e passa a ser responsável pela orientação dos novos iniciados, bem como é responsabilizado pela fiscalização das regras tradicionais relacionadas as práticas sociais e ao uso dos recursos naturais. Junto com este processo, há, ainda, o que os Bijagó chamam de *paga garadessa*³³, onde os mais velhos esperam ser retribuídos pelos mais novos em forma de prestação de serviços, os saberes e práticas transmitidos por eles durante o processo de iniciação. Os serviços realizados pelos mais novos variam conforme a necessidade dos primeiros. Estes vão desde fornecimento de vinho e peixe, conforme havíamos citado anteriormente, à produção agrícola de todo o tipo. Este é a subdimensão social das comunidades Bijagó, vivida, sempre numa correlação direta com a dimensão dos ancestrais.

³³ Retribuir favor aos mais velhos pelas práticas e saberes transmitidos

Alias, é esta relação contínua entre o “natural”, da qual faz parte os ancestrais, e o “social” que caracteriza a sociedade Bijagó.

Em relação à produção da subsistência, pode-se dizer que ela ocorre a partir da organização coletiva da comunidade, havendo pouco espaço para o individualismo (SILVA, 2007). Com isso, antes do início de uma atividade específica há uma proibição tradicional de outras atividades para permitir que todo o mundo dedique com total exclusividade a atividade que a maioria do grupo realiza e que é própria da época. A atividade produtiva de subsistência mais importante para os Bijagó é a produção de arroz, a qual os mesmos chamam de *pabi*. Esta atividade dura quase o ano inteiro, havendo no máximo dois meses de intervalo para o reinício de todo o ciclo de produção. As actividades de pesca, colheita, coleta de mariscos e frutos silvestres, são todos complementares a produção de arroz.

O sistema de cultivo agrícola, baseado em cultura itinerante e em queimadas, obriga a uma extensa mobilidade, pela necessidade de aumentar o espaço da subsistência. As práticas económicas milenares repetem-se ao quadro de um ciclo de produção determinado pelo clima, pelas necessidades de subsistência e pelo calendário das cerimónias religiosas [...] (SILVA, 2007, p.58).

A terra, fator básico de produção e da relação com o ancestral é de propriedade coletiva. A sua distribuição entre os membros da comunidade, para o fim de produção, é feita pelos indivíduos mais velhos, pertencentes ao *Djorçon* dona do *tchon*. De acordo com Biai e Cardoso:

[...] embora o processo de distribuição das terras seja da responsabilidade do dono do *tchon*, este é feito em estreita colaboração e controle do conselho dos anciões da tabanca. Cada chefe de família recebe a quantidade de terra necessária para suas actividades agrícolas, obedecendo a determinados critérios, tais como o número total e dos membros activos da família, existência ou não de predadores na zona e a produtividade dos solos de cultivo assim como das realizações cerimoniais previstas³⁴ (RACHID & DA FONSECA, 1990 *apud* BIAI; CARDOSO, 2008, p. 15).

³⁴ SAID, R.A. & DA FONSECA, J.F. **Etude socio-economique des iles Bijagos**. INEP. Bissau. 1990.

Ou seja, este processo ocorre de seguinte maneira: ao aproximar a época de produção, a comunidade se reúne para decidir o terreno onde será realizado o cultivo, considerando o intervalo de pousio pelo qual este passou, assim como outros fatores acima citados. Após essa escolha, entretanto, os membros da *djorçon* dona do *tchon* junto com os anciãos procedem a distribuição do lugar de produção, o tamanho do lugar cedido temporariamente para este fim, é definido conforme as demandas apresentadas pelos membros interessados. Não se nega terreno a nenhum membro da comunidade. Tradicionalmente todos têm direito a um lugar para produção.

A produção de arroz, no entanto, é caracterizada por uma intercalação de atividades materiais, cerimônias e ritos propiciatórios para o uso da terra (SILVA, 2007). O ciclo de produção de arroz, em geral, tem o seu início a partir de dezembro com a cerimônia de “*cura fanadu*”: anciões e jovens *camabis*, sob a liderança dos *Balobeiros*, deslocam-se à um lugar sagrado e isolado na floresta por um período de duas a quatro semanas, onde realizam rituais, pedindo aos ancestrais uma boa safra para o ano agrícola que começará. Ao terminarem tal cerimônia, comunicam a comunidade que já foi abatida a primeira árvore, *corta pó*. Este é um ato simbólico, que autoriza as pessoas a procederem com as suas atividades produtivas. A partir de fevereiro, começam as atividades no campo: os indivíduos do sexo masculino, adultos, jovens e adolescentes responsabilizam-se pela limpeza de terreno, derrubada do mato, queima das árvores e arbustos (SILVA, 2007). Esta atividade leva o mês de fevereiro e março inteiro para ser concluída.

A partir de abril, passa-se para a cerimônia que autoriza o desrrame (desrramamento) das palmeiras. Nesta, pede-se aos ancestrais que proteja a comunidade sobretudo os homens, dos riscos de trepar uma palmeira e do perigo de encontrar com algum animal perigoso, como é o caso de cobras, animal abundante nas ilhas. Em tal cerimônia, participam os mais velhos, isentando os *camabis* de participação “obrigatória”. O desrrame (desrramamento) de palmeiras assim como a primeira atividade, também fica a cargo de indivíduos do sexo masculino. Esta é, porventura, a atividade mais perigosa do processo produtivo, exige muita cautela devido aos riscos anteriormente referidos.

Após os ramos se secarem, já no mês de maio, procede-se com a queimada³⁵. Ao terminarem esta atividade, o terreno fica pronto para ser semeado. Para isso, novamente, os mais velhos considerados intermediários no diálogo com o ancestral realizam a cerimônia que permitirá à comunidade começar a semear. Ela é iniciada após a primeira chuva. Nos meados do fim do maio para início de junho, as mulheres entram em cena, responsabilizando-se pela semeadura ou plantio e cuidado com a planta durante os seus momentos iniciais de desenvolvimento (SILVA, 2007). A partir do mês de setembro/outubro, com a planta já em fase avançada de desenvolvimento, todos os responsáveis por um campo de cultivo, o *lugar*, sacrificam uma galinha, pedindo uma boa safra aos Irs.

No final de outubro e meados de novembro, com o arroz já amadurecido, as mulheres passam a assumir também parte da cerimônia, retirando parte do produto final para ser oferendada aos ancestrais em sinal de reconhecimento e agradecimento pelos serviços prestados a comunidade durante todo o processo.

A primeira família da comunidade que tiver pronta a sua safra deverá avisar ao Balobeiro, para este agradecer aos ancestrais, esta cerimônia possui menos formalidades, porém, é obrigatória efetuar a comunicação antes de começar a colheita.

De acordo com Silva (2007, p.67),

[...] as formas de cooperação dentro dos processos de trabalho, nas unidades produtivas, fornecem-nos indícios significativos para compreendermos as relações entre os sexos e a forma pela qual surgem grupos associativos, conforme as [diorçons] *gerações donas do chão [tchon]*, ou seja, as relações clônicas referidas ao ancestral comum- ou, as categorias de idade, que são um outro elemento básico para a estruturação do grupo.

A realização de cerimônias antes do período da produção visa não somente produzir um efeito de controle sobre a natureza, como também teria como objetivo oferecer garantia de segurança a comunidade no sentido de realizarem sua

³⁵ De acordo com os relatos, a queimada possui duas funções principais: a de melhorar a fertilização do solo e a de diminuir a capacidade de crescimento de ervas daninhas.

atividade sem se preocuparem com possibilidades de insucesso, isto é, de obterem uma má safra.

Segundo Silva:

[...] a produção supõe uma relação fundamental com o sagrado – a terra é entidade sagrada cuja utilização pede atos propiciatórios, oferendas - há um limite à extensão e alcance de sua exploração. O ritmo do processo produtivo regula-se por um total respeito à natureza. **Os homens apenas ajudam as entidades na obtenção da produção realizando cerimônias para conseguir uma colheita mais favorável, pedindo mais chuva.** Não há outro modo para interferir no aumento da produção, uma vez que o que ela pede é o resultado da ação das forças pré-existentes que formam as entranhas da terra. Inexistente a vontade de um domínio sobre a natureza, pois a relação com ela é sempre uma relação sagrada (SILVA, 2007, p. 95. Grifo nosso).

Ainda nesta perspectiva, sugere Silva:

[...] as atividades relacionadas com a obtenção de bens para sobrevivência não se distinguem das rituais-religiosas, pois todas se realizam sob a égide do relacionamento com manifestações da força vital. Numa complementaridade de ações, a vida é garantida, não existindo lugar, nem para a acumulação, nem para a especialização das funções. Ocorrendo uma produção maior, uma melhor colheita, isso significa que os irãs são benfazejos, sendo um indicador de que são dadivosos para com a comunidade, devendo ser grande a festa de repartição do arroz. Muitas serão as oferendas e, evidentemente o consumo, pois há muito o que comemorar. Assim, festas, cerimônias antigas, que não puderam ser feitas, serão realizadas. Vivendo num equilíbrio instável com os fatores da natureza, sobre os quais o grupo não possui nenhuma forma de interferência, as atividades econômicas subordinam-se aos atos propiciatórios, capazes, esses sim, de uma eficácia sobre a produção.³⁶

³⁶ Loc. cit.

CAPITULO 4 – ASPECTOS DA SOCIABILIDADE DOS BIJAGÓ EM IMAGENS

Este capítulo é de certa forma, uma continuidade do capítulo anterior, se diferenciando no fato de neste optarmos por apresentar o grupo pesquisado através de imagens de diferentes aspectos do seu cotidiano, acompanhadas de pequenos excertos de textos que ilustram um pouco da história por detrás do conjunto das imagens que aqui apresentamos.

Formosa: sua gente e sua cultura



Foto 1. Legenda: Porto de Pindjiguiti, Bissau, um lugar de encontros, desencontros e de saudades! Nos dias de funcionamento normal do porto é comum encontrar ali pessoas oriundas de Formosa e de outras ilhas que residem, do momento, em Bissau. Ali, no mais das vezes, vão buscar junto aos que estão chegando das ilhas, notícias, recados, encomendas etc., dos amigos, familiares e demais entes queridos. A atribulada vida urbana, em comparação com a das tabancas, faz do porto um ponto de encontro privilegiado para esses indivíduos (Fonte:SANTY,B.outubro,2011).



Foto 2. Legenda: Aspecto da vista principal do porto de Bissau (Fonte: SANTY, B. outubro, 2011).



Foto 3. Legenda: Principal porto de Formosa, *Ponta de Fanadu*. Este é um lugar sagrado. Ali é realizada, por um período de tempo relativamente longo, a maior cerimônia de iniciação dos Bijagó, o *fanadu* masculino. Pessoas não iniciadas não podem desembarcar nesse porto durante o período de realização de tal cerimônia, sob pena de graves conseqüências. Esta cerimônia de iniciação é realizada num intervalo mínimo de quinze em quinze anos (Fonte: SANTY, B. outubro, 2011).



Foto 4. Legenda: Placa da Área Marinha Protegida de Urok, porto de Formosa (Fonte: SANTY, B, outubro, 2011).



Foto 5. Legenda: *Ponta de fanadu*, embarque para Bissau. É período de dezembro, os membros das comunidades levam seus pertences à Bissau, animais, bebidas alcoólicas típica das ilhas, artesanatos etc., para vender ou servir de moeda de troca por outros bens. Para deslocar os animais e os produtos locais das ilhas de um lugar para o outro é exigido um rito propiciatório para evitar infortúnios durante a viagem e para evitar a escassez dos produtos a serem transportados. Durante o embarque, um dos tripulantes é encarregado de certificar que estes ritos sejam realizados. Por exemplo: uma cabra precisa ser molhada com água do mar e esbofeteadas duas vezes antes do seu embarque, ela é considerada um animal azarento, e o rito visa controlar os efeitos nefastos de sua sorte. Cacho de chabeu precisa ser molhada na água do mar. Combé, um marisco típico das ilhas, não pode ser transportado com a casca sem autorização dos ancestrais. Nos casos de recursos das ilhas como frutas e mariscos, esses ritos propiciatórios são exigidos por que o processo de transportar simboliza um deslocamento para longe. Ao deslocar um determinado recurso para longe sem o ritual propiciatório, o indivíduo estará provocando a fuga dos demais da mesma espécie para lugares longínquos (Fonte: SANTY, B. dezembro, 2011).



Foto 6. Legenda: Interior da canoa com destino à Bissau (Fonte: SANTY, B. dezembro, 2011).



Foto 7. Legenda: Abu, principal tabanca da ilha de Formosa. Sinais de novos tempos, casa de ambiente e cultura. Nesse espaço funciona uma rádio comunitária e serve também como espaço de congeração das comunidades locais. As cadeiras apostas era para receber uma reunião de jovens que ali se realizaria. Em meio a outras casas, o espaço apresenta uma arquitetura diferenciada, um misto do moderno e tradicional, com estrutura moderna e cobertura tradicional, de palha, usada pelos Bijagó nas suas construções (Fonte: SANTY, B.dezembro, 2011).



Foto 8. Legenda: Aspecto da vista de tabanca de Acóó. Ambiente típico da época das atividades produtivas no arrozal, lugar. Tabanca quase deserta, restando ali, no mais das vezes, às mulheres e os homens velhos e os animais domésticos das famílias da comunidade (Fonte: SANTY, B. outubro, 2011)..



Foto 9. Legenda: Casa na tabanca de Ambô. Uma casa com arquitetura diferente das demais casas tradicionais Bijagó. Com acabamento de cimento e cobertura de zinco(Fonte: SANTY, B. outubro, 2011).



Foto 10. Legenda: Anciã da tabanca de Cudjanqui, seu filho e o autor. Embora aparente novo, este senhor ja participou de todas as cerimónias Bijagó, cumpriu o seu dever para com a comunidade, por isso, é considerado um anciã para os Bijagó, que representa respeito e *status* dentro de sua coletividade (Fonte: SANTY, B. outubro, 2011).



Foto 11. Legenda: O autor e jovens da tabanca de Pandja. (Fonte: ABDU, J. A. outubro, 2011).



Foto 12. Legenda: O autor e jovens da tabanca de Uada, em *Cadjiqui*. Um espaço de socialização da *mandjuandadi* dos homens, geralmente situado longe da tabanca. É uma espécie de clube privado, abastecido diariamente com comida e bebidas pelos membros. Na foto, dois rapazes seguram a pasta de arquivo do autor, pego emprestada por um deles para o ato da foto (Fonte: CABRAL, L. dezembro, 2011).

Processos sociais de produção da subsistência



Foto 13. Legenda: Terreno preparado durante a primeira fase do trabalho no arrozal, *lugar* (Fonte: SANTY, B. fevereiro, 2012).



Foto 14. Legenda: Ramo de palmeira, simbolizando a interdição, *mandjidura*, marca a fronteira entre o *lugar (es)* (Fonte: SANTY, B. fevereiro, 2011).



Foto 15. Legenda: arrozal, *lugar*. Conservação, aspecto importante da relação dos Bijagó com a natureza. A manutenção de palmeiras no arrozal, tem a ver com o respeito pela natureza. Palmeira possui um valor simbólico para os Bijagó, entre outras utilidades, ela dá fruto nutricional mais utilizado pelos Bijagó, o chabeu, e dá vinho, vinho de palma, utilizada nas cerimónias (Fonte: SANTY, B. outubro, 2011).



Foto 16. Legenda: Abrigo, reprodução de modelo de casa Bijagó no meio do *lugar* (Fonte: SANTY, B. outubro, 2011).



Foto 17. Legenda: O autor, uma anciã da tabanca de Ambô e o seu neto, no *lugar*. Durante o período de produção de arroz, as mulheres, sobretudo, passam a maior parte do seu tempo no *lugar*, transferindo todas as suas atividades domésticas para ali (Fonte: ABDU, J. A. outubro, 2011).



Foto 18. Legenda: Tarrafe (mangue), alternativa nutricional nas ilhas (Fonte: SANTY, B. novembro, 2011).



Foto 19. Legenda: Extração de grãos de arroz no *lugar*. Crianças auxiliando na extração de arroz para confecção da refeição do dia (Fonte: SANTY, B. novembro, 2011).



Foto 20. Legenda: O autor e uma família Bijagó, no *lugar* (Fonte: ABDU, J.A. novembro de 2011).



Foto 21. Legenda: Mulheres colhendo arroz (Fonte: SANTY, B. novembro, 2011)



Foto 22. Legenda: Ancião Bijagó, no arrozal, *lugar*. Geralmente, membros da coletividade de sua idade, não participam ativamente do trabalho no arrozal, salvo em alguns casos, por exemplo: a ausência massiva dos familiares. No entanto, tem o direito de solicitar o “*paga garandessa*” aos membros mais jovens da coletividade (Fonte: SANTY, B. novembro, 2011).



Foto 23. Legenda: Ninhos de Pássaro em palmeiras (Fonte: SANTY, B. novembro, 2011).



Foto 24. Legenda: Criança vigiando plantação de arroz de ataque de animais (Fonte: SANTY, B. novembro, 2011).



Foto 25. Legenda: Guarida adaptada para vigiar a plantação de arroz do ataque de animais. Sinais de incorporação de novos valores vindo de fora. Na foto, chamamos atenção para a salera, recipiente de conservação de água, utilizada, geralmente, por indivíduos da etnia religião muçulmana (Fonte: SANTY, B. novembro, 2011).



Foto 26. Legenda: Crianças descansando sob a sombra de uma guarida (Fonte: SANTY, B. novembro, 2011).



Foto 27. Legenda: Arroz sob a proteção de mosquiteiro contra ataque de pássaros (Fonte: SANTY, B. novembro, 2011).



Foto 28. Legenda: Jovens coletando arroz. É comum as famílias menores recorrerem ao auxílio de jovens da tabanca na coleta e demais fases do trabalho no lugar (Fonte: SANTY, B. novembro, 2011).



Foto 29. Legenda: Coleta de arroz (Fonte: SANTY, B. novembro, 2011).



Foto 30. Legenda: Jovem Bijagó segurando feixes de arroz durante a atividade de colheita (Fonte: SANTY, B. novembro, 2011).



Foto 31. Legenda: Feixes de arroz (Fonte: SANTY, B. novembro, 2011).

Mandji, uma maneira de conservar



Foto 32. Legenda: *Mandjidura*. Durante a época de frutas como caju e manga, nos primeiros meses, é proibida a sua exploração. É permitido o seu consumo desde que não sejam pegues direta nos pés. Em Abu, usa-se a mandjidura dos muçulmanos por considerar que a dos Bijagó é severo demais, e que poderá colocar os membros da coletividade em risco, sobretudo as crianças. Em casos de mandjidura Bijagó, geralmente, usa-se de recurso da magia para fazer valer a proibição. No caso da mandjidura muçulmana os guardiões são os jovens iniciados cuja punição ao transgressor é, geralmente, física. Mandji é uma forma de conservar para que todo mundo possa fazer igual uso dos recursos (Fonte: SANTY, B. novembro, 2011).



Foto 33. Legenda: *Mandjidura* (Fonte: SANTY, B. fevereiro, 2012).



Foto 34. Legenda: Crianças Bijagó segurando feixes de caju colhidos no chão (Fonte: SANTY, B. março, 2012).

As marcas de *mandjuandadi*



Foto 35. Legenda: Reunião em Acóció I. A Classe de idade e a relação de gênero perpassam todas as formas de sociabilidade na sociedade Bijagó. A forma como diferentes grupos de *mandjuandadi* ocupam seu espaço nesta foto revela um pouco dessa relação (Fonte: SANTY, B. novembro, 2011).



Foto 36. Legenda: Reunião em Acóó II. Os membros adultos (Fonte: SANTY, B. novembro, 2011).



Foto 37. Legenda: Reunião de Acóó III. Discreta presença feminina (Fonte: SANTY, B. novembro,



Foto 38. Legenda: Diversão de mulheres I. Restrito às mulheres (Fonte: SANTY, B. novembro, 2011).



Foto 39. Legenda: Diversão de mulheres II (Fonte: SANTY, B. novembro, 2011).

CAPITULO 5 – AS AMEAÇAS E PERIGOS EXPRESSADOS PELOS BIJAGÓ EM RELAÇÃO A SUA SUBSISTÊNCIA E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO

Ao todo, foram identificados três diferentes discursos relacionados às ameaças expressas pelos Bijagó. Embora sejam um pouco diferente uma em relação a outra, elas se complementam entre si. O primeiro discurso tem a ver com a escassez de recursos alimentares em razão da alta variabilidade da chuva. De acordo com os pesquisados, ora chove muito, ora chove pouco. Isto, de acordo com os mesmos, tem uma enorme repercussão no seu processo de produção agrícola de subsistência, na medida em que os dispositivos que os mesmos possuem para dar resposta à situação de imprevisto nem sempre são suficientes para fazer frente aos desafios apresentados. O segundo discurso sugere que a chuva seja um fator secundário. O principal problema, nesse caso, seriam os atrasos nas cerimônias e ritos propiciatórios que autorizam e viabilizam todo o processo produtivo, sendo, por isso, dependente da disposição e disponibilidade dos membros da comunidade. O terceiro discurso sugere que a chuva seja um problema para a produção agrícola no lugar, mas que, entretanto, esta tem sua origem em fatores sociais, ou seja, a variabilidade da chuva é socialmente construída a partir do momento em que ela depende do comportamento da comunidade em relação ao seu compromisso com os ancestrais e o pacto estabelecido por estes a quando do seu primeiro momento de ocupação do *tchon*.

A seguir apresentaremos as ameaças expressadas pelos Bijagó em forma de DSC.

Idéia Central: Chuva como maior perigo à produção da subsistência

Clima atual é diferente com o do passado, antes chovia muito, trabalho corria satisfatoriamente, trabalhávamos sem problema. Atualmente, chove, mas não como dantes, chove uma vez, demora muito tempo para voltar a chover, por vezes, chove numa região, e na outra não. Geralmente, chovia no mês de maio, trabalho de campo era feito em dois a três meses, mas agora, chove só no fim de junho e início de julho, com isso, as pessoas são obrigadas a trabalhar somente dois meses (julho e agosto), se não terminarem o seu trabalho nestes dois meses, tudo o que vier a ser feito depois, corre o risco de não dar certo, porque termina de chover em outubro. Tem-se agora, mais ou menos, quatro meses de chuva, ao invés de seis, não chove mais em maio, nem em novembro. Quando demora para chover, nos traz muito problema, muitos não conseguem nada no “lugar”, parte da plantação sai bem e outra não, por isso, perdem vontade de repetir o mesmo trabalho, com medo de se fracassar novamente. A chuva tem sido o nosso maior problema, não se sabe o que será dela daqui para frente, há ano em que chove bem, em outro, chove mal.

A produção de arroz é a maior atividade de subsistência dos Bijagó. Os recursos tecnológicos utilizados em tal processo são muito simples, e, assim como a maioria dos povos tradicionais africanos (IPCC, 2007b), a sua atividade de subsistência depende, em grande medida, da variabilidade das chuvas e estas condicionam o sucesso ou não da produção.

O calendário das chuvas de certa forma determina, em partes, a organização social dos Bijagó, na medida em que muitas atividades de carácter cultural e sociopolítico são programadas de acordo com este. A alteração da periodicidade da chuva, afeta a produção que por sua vez reflete diretamente nas cerimónias e outras atividades sociais, por um lado.

Por outro lado, quando há problemas na produção interna de arroz, seu principal produto nutricional, a comunidade local vê aumentar o seu grau de dependência da importação de arroz do mercado nacional. Contudo, o seu isolamento territorial dificulta o transporte de produtos da capital ou de outras regiões para ali, o que contribui no encarecimento dos mesmos. Ocorre uma

situação perversa, na medida em que há poucas atividades monetárias, portanto a circulação monetária é restrita a um pequeno grupo de pessoas ligadas diretamente a essas atividades. Vende-se bens de primeira necessidade por um preço duas vezes mais caras que o particado na capital para uma população muito mais pobre monetariamente que a da capital. A solução tem sido a opção por atividade econômica de troca simples, isto é, troca de produtos locais por outros tipos de bens da primeira necessidade. No entanto, essa modalidade se esbarra nas regras tradicionais que proibem a exploração comercial de produtos locais valorizados no mercado nacional, muitos deles utilizados nas cerimônias Bijagó, portanto possuem valores simbólicos que obriga a vedação de sua exploração comercial. Por ser a Formosa pertencente a uma Área Marinha Protegida, alguns produtos são permitidos o seu “comércio” a nível local desde que observadas as regras existentes no plano de gestão que rege a área.

Uma boa produção interna de certa forma diminui os constrangimentos supracitados, no entanto, não os anula de todo. Há relatos de existência de um *período de fome*, que geralmente coincide com o mês de agosto, período de maior intensidade das chuvas, quando os recursos naturais como: frutos silvestres; produtos agrícolas como manga, caju etc; peixes e demais recursos naturais existente nas ilhas se escasseiam temporariamente. Estão sendo desenvolvidas medidas endógenas para a superação desse *período de fome*, mas ainda não se tem respostas suficientes. Com isso o ciclo vicioso se mantém.

Entretanto, ao buscar entender, de acordo com o imaginário social Bijagó, as possíveis causas dos problemas revelados, isto é, a variabilidade da chuva e a sua repercussão no processo produtivo, deparamos com duas explicações diferentes: a primeira, coloca as ameaças da chuva como fator secundário; e a segunda, reconhece a centralidade da chuva, no entanto, o problema relacionado a ela tem sua origem nos processos sociais, não sendo este simplesmente um fator da natureza.

Idéia Central: As cerimônias e os ritos propiciatórios constituem o segredo de uma boa produção.

O problema maior da produção de arroz reside no calendário das cerimônias que não é respeitado. Antes, geralmente, no início de maio, todo mundo já teria preparado o seu lugar, assim que chovesse, plantava-se, em três meses ficava tudo pronto. No entanto, uma dificuldade que encontramos, talvez mais forte do que a da chuva, tem a ver com o calendário das cerimônias. Os Bijagó, antes do processo de produção no “lugar”, fazem cerimônias para que todo processo corra bem. Antes se fazia cerimônia em tempo certo, no entanto, dada algumas mudanças, jovens vêm abandonando as cerimônias. É uma das coisas que nos atrasa mais, por que antes das cerimônias não se pode fazer absolutamente nada. Devido esse atraso, as pessoas começam o trabalho só em abril, meados de maio, as vezes chove antes do término do trabalho preparatório necessário para uma boa produção, antes, por exemplo, da queimada, o que prejudica todo o processo de produção, por que o arroz não cresce como deveria. Mais do que a chuva, o atraso nas cerimônias constitui maior ameaça a nossa produção.

Neste discurso, há um reconhecimento da comunidade em relação às mudanças que estão ocorrendo no meio natural mais concretamente, a diminuição da chuva. No entanto, ela não parece constituir uma grande ameaça para reprodução social local, na medida em que o atraso na realização das cerimônias e os ritos propiciatórios se destacam como maior preocupação do grupo. Este discurso revela o papel fundamental dos ancestrais no processo de reprodução social dos Bijagó, sobretudo no seu processo produção da subsistência, que não se diferencia muito com outros rituais da cosmologia Bijagó (SILVA, 2007). O modo como as transformações no meio natural são concebidas aparece sobretudo no terceiro discurso, o qual apresentaremos em seguida.

Idéia Central: A escassez da chuva, um problema socialmente construído

Quando não chove, os mais velhos se reúnem no “fanado” para pedir chuva aos “Irans”, estes por seu turno, se estiverem satisfeitos, geralmente, nos enviam a chuva. Chove, porém vem e vai rápido. Todos os grupos étnicos da Guiné-Bissau têm seu uso e costume, mas, atualmente, nós estamos espalhados, não existe união. Não se consegue falar sozinho pela comunidade, as pessoas têm de se juntar em torno do mesmo objetivo. É importante que os mais velhos, antes que morram, transmitam aos mais novos os ensinamentos e “segredos” do “tchon”, para que os nossos laços se mantenham firmes. Tudo o que se faz é parte da lei dos Bijagós de todo o país. Todos têm sua Baloba que nos diz o que fazer, essa é a regra. O “tchon” está estragando conosco devido o abandono dos mais jovens, não empenham mais em aprender com os mais velhos, nem se dedicam a comunidade. Costumamos buscar solução de “tchon” para o problema da escassez da chuva. Quando a comunidade se junta ao balobeiro as coisas decorrem como desejado, mas as pessoas estão abandonando a tradição e os “irans” não ficam satisfeito com isso.

Para muitas sociedades tradicionais, de acordo com Diegues,

existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Nesse sentido, [...] não existe uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o “natural” e o “social” mas sim um continuum entre ambos (DIEGUES, 2000, p.1).

No caso dos Bijagó, o terceiro discurso reflete de forma clara tal relação. Este último complementa o segundo discurso, apresentando com mais profundidade a concepção do natural que a comunidade possui. Ele revela uma falha no processo de socialização dos membros mais novos da comunidade, que, por sua vez, reflete diretamente na sua reprodução produtiva da vida social. Qualquer falha, ou desarmonia social seria prejudicial à relação da comunidade com os ancestrais, cujos poderes controlam e manipulam os eventos da natureza.

Nesse sentido, de acordo com os Bijagó, os eventos severos da natureza que, de vez em quando, acomete a tabanca, constituem sinais de desagrado dos ancestrais para com a comunidade. Sendo o *tchon* um elemento de supra

importância na cultura Bijagó, o seu abandono, isto é, a não renovação dos pactos estabelecido pelos ancestrais com o sobrenatural, através de cerimônias e ritos de iniciação, acarreta em punição da comunidade pelos espíritos ancestrais. Vale salientar que suas representações sobre as transformações naturais em ocorrência são circunscritas ao ambiente no entorno de suas ilhas e residências, isto é, o lugar. Não se tem explicações desta coletividade sobre o que ocorre no ambiente global, de modo que o que ocorre no *tchon* dos Bijagó seria restrito ao *tchon* dos Bijagó.

Por ser o processo de territorialização diretamente ligada às práticas sociais tradicionais, poder-se-ia dizer que para os Bijagó a desterritorialização, significa muito menos a deslocação de um determinado território para outro, e muito mais a desencorporação de valores e práticas tradicionais a qual constituem fatores importantes para a manutenção do pacto com o *tchon*. Sendo a identidade diretamente imbricada com o *tchon*, a crise de um tem forte reflexo no outro.

Ocorre que os Bijagó estão inseridos no contexto de um país empobrecido, a Guiné-Bissau, de acordo com os dados do PNUD (2010), é o sétimo país mais pobre do mundo, onde o processo de globalização vem ocorrendo principalmente através de suas consequências mais perversas, entre elas: a corrupção, constante instabilidade político-militar, assassinatos políticos, a miséria etc. Nas comunidades pesquisadas, nota-se que a diminuição do isolamento através de introdução de meios de transporte, o contacto com o mundo exterior e com os valores da modernidade, constituem parte de uma situação paradoxal que está se desenvolvendo. Jovens Bijagó, desemparradas pelo estado e sem perspectivas de um futuro melhor no seu *tchon*, têm buscado nas áreas urbanas o acesso aos bens e recursos e, conseqüentemente, a sua ascensão social. No entanto, sua deslocação, de acordo com os pesquisados, tem criado problemas locais, na medida em que alguns processos de socialização que envolvem os membros mais jovens da comunidade estão perdendo.

Envolvidos em outras atividades e redes e sociais em zonas urbanas, dificilmente os jovens retornam as ilhas definitivamente. A sua ausência, contudo, seria problema para a realização de algumas cerimônias da renovação do pacto dos ancestrais com o *tchon*.

Por um lado, tem-se o anseio dos jovens por uma vida melhor e , por outro lado, o afrouxamento dos valores e laços sociais que unem os mesmos à sua comunidade e ao seu *tchon*, diante da incorporação dos valores da vida urbana. O que constitui para o grupo social da nossa pesquisa a maior forma de desterritorialização. Importante salientar que isto ocorre no plano concreto mas também constitui no imaginário social do grupo, não se restringindo somente à concepção dos membros mais velhos da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem constitui aqui a medida de todas as coisas. Para os Bijagó, as transformações no ambiente natural decorrem da falha no relacionamento entre os homens de um mesmo grupo social. Um pacto estabelecido no passado pelos ancestrais e por meio do qual a sociedade Bijagó ainda se orienta e tal pacto não tem sido cumprido plenamente, particularmente, por parte dos membros mais jovens.

É interessante observar a forma como a natureza é concebida por esse grupo étnico e a relação que os membros mantêm simbolicamente com ela. Pode-se dizer que a natureza, para os Bijagó, constitui uma entidade viva a qual, por meio de um conjunto de pactos, contribuem um para a sobrevivência do outro. Os problemas na comunidade em razão da imigração dos membros mais jovens, a influência dos valores exógenos da modernidade, entre outros, são evocados como as principais causas da crise dentro da comunidade Bijagó, que teriam reflexo na forma como a natureza se manifesta adversamente.

*Ronea Irã*³⁷ e *mandji* têm sido os principais recursos de controle social Bijagó para fazer face aos problemas que este grupo vêm enfrentando. Devido sua alta confiança na capacidade de proteção dos *Irãs*, os Bijagó não se vêm como altamente vulneráveis. Asseveram que o recurso aos *Irãs* em casos de perigo ou ameaça, geralmente, tem dado resultados satisfatórios.

Durante as entrevistas, os medos e as incertezas expressados são sempre referentes as pessoas e não as coisas, por exemplo, o êxodo massivo dos jovens, a perda de referências e valores tradicionais que poderão influenciar futuramente na sua relação com *tchon*, a qual poderão não ter nenhum domínio de manipulação com vistas à produção de subsistência.

Até então os riscos expressados são, em certa medida, “controláveis”, e nesse caso, ele é apresentado das duas formas: tanto objetivo como subjetivamente. O objetivo seria, por exemplo, a alta variabilidade da chuva e o

³⁷ Adoração de *Irã*, geralmente feita acompanhada de sacrifícios de galinhas, oferta de bebidas e realização de danças tradicionais sob os auspícios do Balobeiro.

subjetivo seria, nesse caso, eventuais transtornos na relação entre a comunidade e os seus ancestrais.

As demais ameaças levantadas pelo PANA (REPÚBLICA DA GUINE-BISSAU, 2006a), tais como: a subida do nível do mar, a erosão costeira e outros não foram alvo de grande preocupação por parte do grupo social pesquisado, embora reconheçam que estes poderão constituir um problema sério futuramente. Questionados sobre as possíveis causas, as respostas são sempre dúbias, uma mescla de compreensão científica moderna e tradicional.

Todavia, medidas adaptativas em relação a ameaça da chuva estão sendo adotados, por exemplo, a alteração do calendário do processo produtivo da tabanca em função da chuva. Há uma forte campanha de sensibilização dos mais velhos e jovens “camabis” levado a cabo por demais membros da comunidade, no sentido de se realizarem cedo os ritos propiciatórios para a realização da produção. Outro fato importante tem a ver com a adoção de sementes de arroz de curto ciclo em detrimento das antigas sementes que possuem ciclo de reprodução mais longos.

No que tange à inserção das comunidades Bijagó da ilha de Formosa em espaços mais amplos de relações, em particular a sua relação com o Estado, é pertinente afirmar que o Estado tem-se eximido de sua responsabilidade para com estes grupos. Não existe fornecimento estatal de serviços básicos, tais como: educação de qualidade, fornecimento de água potável e transportes. Em Formosa, existe um centro de saúde, que oferece os serviços básicos de saúde. Situações mais graves exigem a evacuação para ilhas próximas ou para a capital, no entanto, nem sempre há transportes disponíveis para tal.

Existe uma relação de vulnerabilização entre o Estado e as comunidades locais que remonta há muito tempo. O isolamento geográfico, pelo qual se faz pouco para sua minimização, continua sendo usado como pretexto pelo abandono a que foram submetidos os grupos sociais da nossa pesquisa.

Por fim, vale ressaltar que ainda que, haja aqui uma compreensão bem particular dos Bijagó na forma como o natural e o social se relacionam, eles se mostraram aberto às contribuições do saber científico moderno na resolução dos

problemas de *tchon*. A sociedade Bijagó se encontra em um forte processo de mutação, influências externas são cada vez mais visíveis, o reforço da tradição, no entanto, tem sido preocupação da população, principalmente dos membros mais velhos das comunidades.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações**. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Lógicas e práticas sócio-políticas que ampliam a vulnerabilidade social: o papel da pesquisa**. II SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA EM EMERGÊNCIAS E DESASTRES. CFP; CRP, BRASILIA, 2011.

ADGER, W. N.; KELLY, P. M. **Theory and practice in assessing vulnerability to climate change and facilitating adaptation**. *Climatic Change* 47. 2000.

ADGER, N. W. **Vulnerability**. *Global Environmental Change*, Elsevier, v. 16, p. 268–281, 2006.

AMBROISE, B. RAMOS, E. HENRIQUES, A. **Palavra de Urok!** Ensinaamentos e impactos da Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok. 2009. Disponível em: www.lafiba.org/index.php/fr/content/.../1/.../101ParolesUROKPort.pdf Acesso em: 29/10/2010.

AMSELLE, J-L. **Etnias e espaços: por uma antropologia topológica**. In: AMSELLE, J. L. e M'Bokolo, E. *Au coeur de l'ethnie. Ethnie, tribalisme et Etat en Afrique*. La Découverte / Poche, 2005. Tradução de Irene Ernest Dias. 2008.

AUGEL, J. Guiné-Bissau: **Vanguarda anti-imperialista, falência do estado e esperança num novo começo**. In: JOHANNES AUGEL E CARLOS CARDOSO. *Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*. Kacu Martel, n.10, 1996.

BANCO MUNDIAL. **Prestação de Serviços Sociais Básicos num Contexto de Fragilidade Estatal e de Transição Social**. REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, BISSAU, 2008.

BECK, U; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**; tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BECKER, H. S.; ESTEVAO, M. Trad. AGUIAR, R. Trad. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 3 ed. São Paulo : Hucitec, 1997.

BIAI, J; CARDOSO, L. **Estudo do Impacto Socioeconômico da Criação da Área Marinha Protegida de Gestão Comunitária das Ilhas “UROK” (Formosa, Nago e Chediã)**. Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bolama-Bijagós- Guiné-Bissau. Bissau, 2004.

BORDONARO, L. I. **Living at the Margins. Youth and Modernity in Bijagó Islands (Guiné-Bissau)**. 275f. (Tese de Doutorado em Antropologia). Department of Anthropology, University Institute for Social Sciences, Business Studies and Technologies, Italy, 2006.

BROOKS, N. **Vulnerability, Risk and Adaptation**: A Conceptual Framework, Working Paper 38, 845 Tyndall Centre for Climate Change Research, Norwich, UK. 2003.

CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau**: um parto difícil. In: JOHANNES AUGEL E CARLOS CARDOSO. Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios. Kacu Martel, n. 10, 1996.

_____ **Guineenses contra guineenses**: para um debate sobre a (s) identidade(s) na Guiné-Bissau. In: JOHANNES AUGEL E CARLOS CARDOSO. Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios. Kacu Martel, n.10, 1996.

CARDOSO, F. L. M; PEREIRA, H. F; CARDOSO, F. **Os Bijagós**: Estrutura e Funcionamento do Poder. Dakar, CODESRIA, 2008.

CAMPREDON, P. et. al. **PLANO DE GESTÃO DA ZONA COSTEIRA DAS ILHAS FORMOSA, NAGO E CHEDIÃ (Ilhas Urok) 2004-2008**. Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bolama/Bijagós, Guiné-Bissau, Bissau, 2003.

DIEGUES, A. C. Conhecimento e manejo tradicionais; **Ciência e Biodiversidade**. São Paulo, NUPAUB-USP. 2000.

DJALÓ, I. **Contribuição para uma reflexão**: educação, multilinguismo e identidade nacional. In: A Construção da Nação em África: os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). Kacu Martel, n.7, 1989. p.199-218.

DOUGLAS, M. **Risk acceptability according to the social sciences**. Russel Sage Foundation: New York. 1985.

DOUGLAS, M; WILDASKY, A. **Risk and culture**. An essay on the selection of technical and environmental dangers. Berkeley, CA: University of California Press.1982.

DOUGLAS. M. **Pureza e perigo ensaio sobre a noção de poluição e tabu**. Tradução de Sónia Pereira da Silva. Lisboa. Edições 70. 1991.

EMBALO, F. **Os desajustes do programa de ajustamento**. In: Soronda. Revista de estudos guineenses. Nº16, 1993. p. 51-72.

FAO. Climate change implications for food security. **Twenty-sixth regional conference for África**. Luanda, Angola, May, 2010.

FERNANDES, R. M. **Partido único e poderes tradicionais**. In: Soronda, Revista de Estudos Guineenses. Nº16, 1993. p. 39-50.

FERREIRA, D. Estórias do chão de urok. Pasadas de con de urok. **Histórias tradicionais das ilhas Urok** - Guiné-Bissau. IMVF, 2009.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**; tradução de Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Tradução, Plínio Dentzien. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 200.

GRUPOS ÉTNICOS DA GUINÉ-BISSAU. Disponível em: <<http://www.joshuaproject.net/international/pt/countries.php?rog3=PU>>. Acesso em 01/02/2011.

GUIVANT, J.S. **A trajetória das análises do risco**: da periferia ao centro da teoria social. Rio de Janeiro: BIB, n.46, p. 3-33, 1998.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. **Quem Precisa de Identidade?** In: da Silva, Tomas Tadeu. (org.) Identidade e Di GUIVANT, J. S. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. ANPOCS. N°46, 1998.

HENRIQUES, A. CAMPREDON, P. **From sacred areas to the creation of marine protected areas in the Bijagós archipelago (Guinea Bissau, West Africa)** Disponível em: http://www.unesco.org/csi/smis/siv/Forum/BijagosArchipelago_Henriques-Campredon.pdf Acesso em 12/ 01/2011.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEFEVRE, F; LEFEVRE, A.M. C. Os novos instrumentos no contexto da pesquisa qualitativa. In: LEFEVRE, F; LEFEVRE, A.M. C.; TEIXEIRA, J.J.V, organizadores. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: EDUCS; 2000. p. 11-35.

LOPES, C. **A historicidade da Construção nacional na Guiné-Bissau**. In: A Construção da Nação em África: os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). Kacu Martel, n.7, 1989. p. 243-266.

_____ **Crise ecológica e conflitos sociais na Guiné-Bissau**. In: Soronda, Revista de Estudos Guineenses. N°6, 1988. p. 21-38.

Mapa da África com a Guiné Bissau em destaque. Disponível em: <<http://www.worldatlas.com/webimage/countrys/africa/printpage/gwmap2.htm>>. Acesso em 15/06/2012.

MARCHEZINI, V. **Dos desastres da natureza a natureza dos desastres**. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa. **Sociologia dos Desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima Editora, 2009. p. 48-57.

MARTINS, J. S. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 20ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Edição em Inglês de Gerard Duveen. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. & Ed.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta de criação. In: MINAYO, M. C.S.(Org.), **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes,1994.

NUNES, L. H. **Compreensões e ações frente aos padrões espaciais e temporais de riscos e desastres**. Territorium, v. 16, p. 181-189, 2009.

O'BRIEN, K. ERIKSEN, S. SCHJOLDEN, A. NYGAARD, L. **What's in a word? Conflicting interpretations of vulnerability in climate change research**. CICERO Working Paper. 2004.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS DO CLIMA. **A Base das ciências físicas**. Paris, 2007 a.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS DO CLIMA. **Mitigação das mudanças climáticas**. Bancoc - Tailândia, 2007b.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS DO CLIMA. **Impactos, adaptação e vulnerabilidade**. Bruxelas, 2007c.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS DO CLIMA. **Formuladores de políticas do relatório síntese**. Valência, 2007d.

PERRY, R.W.; QUARANTELLI, E.L (orgs). **What is a disaster?** New answers to old questions. Philadelphia: Xlibris Press, 2005.442p.

PROGRADA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **A Verdadeira Riqueza das Nações**: Vias para o desenvolvimento Humano. Relatório do Desenvolvimento Humano 2010.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

REPÚBLICA DA GUINE BISSAU. MINISTÉRIO DOS RECURSOS NATURAIS E AMBIENTE. **Programa de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas na Guiné-Bissau (PANA)**. Bissau: PNUD, 2006 a.

_____. MINISTÉRIO DE ECONOMIA, PLANO E INTEGRAÇÃO. **Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP)**. Bissau. 2005b.

_____. MINISTÉRIO DE ECONOMIA, PLANO E INTEGRAÇÃO. **II Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II)**. Bissau. 2011 a.

_____. **Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza**. Bissau. 2001.

_____. **II Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza**. Bissau. 2011b.

REPUBLICA DA GUINÉ-BISSAU. MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E CENSOS (INEC). **Avaliação da Pobreza na Guiné-Bissau**. SYLLA, M. B. Bissau, Dezembro 2002.

Prestação de Serviços Sociais Básicos num Contexto de Fragilidade Estatal e de Transição Social. Banco Mundial, 2008.

Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP). **Estratégia Nacional para as Áreas Protegidas e a Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau 2007 – 2011**. Bissau, 78 pag. 2007.

SANTOS, Boaventura, Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

A construção multicultural da igualdade e da diferença. Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia – IFCS/UFRJ – 04 a 06 de setembro de 1995.

SAID, R. A. **Censo Geral das Ilhas Urok**. Tiniguena: Bissau, 2007.

SANTOS, Manuel. **Guiné-Bissau: a formação da Nação**. In: A Construção da Nação em África: os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). Kacu Martel, n.7, 1989. p.198-198.

SEMEDO, R. **PAIGC: a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)**. São Carlos: UFSCar, 2009. 115 p. Dissertação do Mestrado em Ciência Política.

SIENA, M. **A Dimensão de Gênero na Análise Sociológica de Desastres: conflitos entre desabrigadas e gestoras de abrigos temporários**. São Carlos: UFSCar/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2009. 161p. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Dilma, Melo. **Por entre as Dórcades Encantadas: os Bijagó da Guiné-Bissau**. 2. Ed. São Paulo: Terceira Margem, 2007.

TOMÁS, A. **O fazedor de utopias**. Uma biografia de Amílcar Cabral. Lisboa: Tinta da China, 2007.

VALENCIO, N. **O desastre como desafio para a construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados**. Revista Cronos, Natal, v. 8, n. 1, p. 81-100, 2007.

Da ‘área de risco’ ao abrigo temporário: uma análise sociológica dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32, 2008, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS, 2008, 28p.

Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano

Costa. **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: Rima Editora, 2009. p. 3-18.

_____. **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: RiMa, 2009.280p.

_____. **Defesa civil num contexto multiétnico e multireligioso: Uma contribuição sociológica nos caminhos para assistência humanitária em Guiné-Bissau.** In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa. **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: Rima Editora, 2009. p. 227-234.

_____. **Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro.** Saúde Soc. São Paulo, v.19, n.4, p.748-762, 2010.

ZOCTIZOUM, Y. **O Estado e a reprodução étnica na África.** In: Soronda, Revista de estudos guineenses. Nº 6, 1988. p. 7-20.

Glossário

B.

Bijagó - Um dos vários grupos étnicos da Guiné-Bissau.

Bolanhas – Termo em Guiné Bissau que significa Arrozal em português

Balobeiros (as) - Líder espiritual animista. Todas as tabancas Bijagó têm o seu Balobeiro ou Balobeira.

C.

Cassanga - Um dos vários grupos étnicos da Guiné-Bissau.

F.

Fanado - Um dos principais e mais sagrados cerimônias de iniciação dos Bijagó.

G.

Grandeza - Fase adulta em que o indivíduo passa a ser ancião ou anciã da tabanca.

I.

Irãs - Entidade sagrada de práticas espirituais animista, existente na maioria do povo tradicional da Guiné-Bissau.

M.

Mandji - Mecanismo tradicional de proibição de práticas sociais desviantes e uso indevido e abusivo dos recursos da natureza cuja punição, no mais das vezes, é relegada aos ancestrais.

Mandjuandadi - Grupo de pessoas pertencentes a mesma classe social com base em iniciação tradicional.

P.

Paga garadessa - Retribuir favor aos mais velhos pelas práticas e saberes transmitidos.

T.

Tabanca - Termo em crioulo da Guiné Bissau que significa Aldeia em português

Tchon - Um termo nativo em crioulo da Guiné-Bissau, que significa território. Na Guiné-Bissau é utilizado para se referir a território étnico, ou seja, expressa a relação simbólica e sagrada entre os grupos étnicos e seu território de residência, sobretudo.